

IHU ONLINE

Revista do Instituto Humanitas Unisinos

Nº 450 - Ano XIV - 11/08/2014

ISSN 1981-8769 (impresso)

ISSN 1981-8793 (online)



UNISINOS



INSTITUTO
HUMANITAS
UNISINOS



História, verdade e ética



Foto: Rodrigo Blum/Unisinos

Rodrigo de Sá Motta:

O campo de atuação
do historiador

Ana Monteiro:

O fim do monopólio do
professor e da escola

Rodrigo Weimer:

O lastro do período
pós-abolição

EMAISS

Giorgio Agamben:

Parábolas, a língua
do Reino

Diarmuid O'Murchu:

O pós-colonialismo e
a fé cristã. Desafios

Castor Bartolomé Ruiz:

Forma de vida e os dispositivos
biopolíticos de exceção

História, verdade e ética

O lugar social dos historiadores e da disciplina de História na contemporaneidade está em debate na edição da revista IHU On-Line desta semana. O número é inspirado no tema central do XII Encontro Estadual de História: “História, verdade e ética”. O evento será realizado na Unisinos entre os dias 11 e 14 de agosto, promovido pela Associação Nacional de História – Seção Rio Grande do Sul – ANPUH-RS. Professores e professoras, pesquisadores e pesquisadoras participam do debate.

Rodrigo Patto Sá Motta, professor da Universidade Federal de Minas Gerais e presidente da Associação Nacional de História, discute o campo de atuação do historiador.

Ana Maria Monteiro, professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ e coordenadora do Laboratório de Estudos e Pesquisas em Ensino de História - LEPEH, sustenta que o papel do professor é promover a reflexão crítica nos alunos, e não simplesmente passar informação.

José D’Assunção Barros, professor da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ, considera que “a Verdade, na História, é incessantemente reconstruída, enriquecida com novas perspectivas de apreensão de elementos da realidade e com novas possibilidades expressivas”.

Carla Meinerz, professora adjunta do Departamento de Ensino e Currículo da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, constata que a disciplina e o

ensino de História se constituem, atualmente, a partir de outras formas de pensar e relacionar.

A vertente de estudos chamada micro-história é debatida por **Paulo Moreira**, professor da Universidade do Vale do Rio dos Sinos - Unisinos, e por **Maria Cristina Martins**, professora da Unisinos e coordenadora do grupo de pesquisas “Jesuítas nas Américas”.

Haike Kleber da Silva, responsável pelo Centro de Difusão e Apoio à Pesquisa no Arquivo Público do Estado de São Paulo, ressalta a importância de dar visibilidade às informações disponíveis em acervos.

Renato Pinto Venâncio, professor na Universidade Federal de Minas Gerais e coordenador da Comissão de Implantação da Diretoria de Arquivos Institucionais da UFMG, aborda a importância dos arquivos para a pesquisa historiográfica a partir da constituição de valores de prova para fundamentar a verdade histórica.

Benito Bisso Schmidt, professor do Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS, reflete sobre a diferença formal do trabalho biográfico realizado pelo profissional de História, ressaltando que ele busca responder a perguntas de caráter histórico através da vida de um indivíduo.

Vinicius de Oliveira, doutor em História pela UFRGS e mestre em História pela Unisinos, revela os vestígios deixados pela luta de Manoel Congo contra a condição de escravo, tema que debate em seu livro *De Manoel Congo a Manoel de Paula: um africano ladino em terras*

meridionais (São Leopoldo: EST Edições, 2006).

O historiador **Eduardo França Paiva**, professor associado da UFMG e diretor do Centro de Estudos sobre a Presença Africana no Mundo Moderno - CEPAMM-UFMG, retoma os usos do conceito de mestiço nos séculos XVI a XVIII para explorar as dinâmicas de mestiçagem que ainda hoje marcam essa sociedade.

Para o historiador **Rodrigo Weimer**, bolsista de pós-doutorado na Unisinos, o pós-abolição não acabou e se manifesta na questão racial que permanece uma chaga aberta na sociedade brasileira.

Complementam esta edição duas entrevistas e um artigo. **Diarmuid O’Murchu**, psicólogo social, comenta o seu livro lançado recentemente chamado *On Being a Postcolonial Christian: Embracing an Empowering Faith* (New York: Amazon, 2014), em tradução livre: “Sobre ser um cristão pós-colonial: abraçando e empoderando a fé”.

Castor Bartolomé Ruiz, professor e pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Unisinos, comenta o livro *Altíssima Pobreza* (São Paulo: Boitempo, 2014), de Giorgio Agamben. O artigo “*Parábolas, a língua do Reino*”, capítulo do livro mais recente de Giorgio Agamben, *Il fuoco e il racconto* (Roma: Nottetempo, 2014) foi traduzido pelo Prof. Dr. Selvino Assmann, da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, a quem agradecemos o envio do mesmo.

A todas e a todos uma boa leitura e uma excelente semana!



Instituto Humanitas
Unisinos

UNISINOS

Endereço: Av.
Unisinos, 950,
São Leopoldo/RS.
CEP: 93022-000

Telefone: 51 3591 1122 – ramal 4128.

E-mail: humanitas@unisinos.br.

Diretor: Prof. Dr. Inácio Neutzling.
Gerente Administrativo: Jacinto
Schneider (jacintos@unisinos.br).

IHU

IHU On-Line é a revista
semanal do Instituto
Humanitas Unisinos – IHU
ISSN 1981-8769.

IHU On-Line pode ser
acessada às segundas-feiras,
no site www.ihu.unisinos.br.

Sua versão impressa circula em
terças-feiras, a partir das 8h,
na Unisinos.

REDAÇÃO

Diretor de redação: Inácio
Neutzling (inacio@unisinos.br).
Redação: Inácio Neutzling,
Andriolli Costa MTB 896/MS
(andriollicb@unisinos.br),
Luciano Gallas MTB 9660
(lucgallas@unisinos.br),
Márcia Junges MTB 9447
(mjunges@unisinos.br),
Patrícia Fachin MTB 13.062
(prfachin@unisinos.br) e
Ricardo Machado MTB 15.598
(ricardom@unisinos.br).
Revisão: Carla Bigliardi

Colaboração: César Sanson,
André Langer e Darli Sampaio,
do Centro de Pesquisa e Apoio
aos Trabalhadores – CEPAT, de
Curitiba-PR.

Projeto gráfico: Agência
Experimental de Comunicação
da Unisinos – Agexcom.

Editoração: Rafael Tarcísio
Fornack

Atualização diária do site:
Inácio Neutzling, Patrícia Fachin,
Fernando Dupont, Suélen
Farias, Julian Kober, Nahiene
Machado e Larissa Tassinari

LEIA NESTA EDIÇÃO

TEMA DE CAPA | Entrevistas

- 5 **Reportagem da Semana** – História, verdade e ética em debate na Unisinos
- 7 **Rodrio Patto Sá Motta** – Diálogos e enfrentamentos – O campo de atuação do historiador
- 10 **Ana Maria Monteiro** – O fim do monopólio do professor e da instituição escolar
- 13 **José D’Assunção Barros** – A permanente construção da verdade pelo tempo
- 16 **Carla Meinerz** – A redescoberta da História em novos cenários e novos saberes
- 19 **Rodrigo Weimer** – O lastro do pós-abolição
- 24 **Vinicius de Oliveira** – Manoel Congo e a jornada em busca da liberdade
- 29 **Eduardo França Paiva** – As dinâmicas de mestiçagem e a distinção social na Ibero-América
- 32 **Paulo Moreira e Maria Cristina Martins** – As particularidades da história construída em cada aldeia
- 37 **Benito Bisso Schmidt** – O historiador e as distinções do relato biográfico
- 41 **Haike Kleber da Silva** – Acessar e questionar o documento – a importância da ação educativa em acervo
- 45 **Renato Pinto Venâncio** – História e verdade – Os arquivos como valor de prova

DESTAQUES DA SEMANA

- 49 **Destques On-Line**
- 51 **Diarmuid O’Murchu** – O pós-colonialismo e a fé cristã. Desafios
- 53 **Giorgio Agamben** – Parábolas, a língua do Reino

IHU EM REVISTA

- 57 **Castor Bartolomé Ruiz** – Forma de vida e os dispositivos biopolíticos de exceção e governamentalização da vida humana
- 62 **Publicação em Desaque** – Cadernos IHU Ideias – Verdade e História – arqueologia de uma relação
- 63 **Retrovisor**



twitter.com/_ihu



<http://bit.ly/ihuon>



www.ihu.unisinos.br

**Tema
de
Capa**

**Destques
da Semana**

**IHU em
Revista**

História, verdade e ética em debate na Unisinos



POR RICARDO MACHADO | FOTOS: RODRIGO BLUM

As complexidades contemporâneas nos colocam todos a todo o tempo em crise. Nesse sentido, valores e conceitos, que na modernidade eram delineados de maneira clara e objetiva, são impactados pelos contornos que o século XXI nos oferece e, até certa medida, nos impõe. Afinal, como se relacionam “história”, “verdade” e “ética”? Em busca não de apresentar respostas a tais desafios, mas de ampliar o debate sobre o tema, será realizado, entre os dias 11 e 14 de agosto de 2014, na Unisinos, o XII Encontro Estadual de História da Associação Nacional de História – Seção Rio Grande do Sul – ANPUH-RS. A programação completa pode ser acessado no link <http://bit.ly/anpuhRS2014>.

O papel dos historiadores está em permanente construção, afinal, a própria história não é um dado que

ocorreu no passado e que é interpretado infinitamente do mesmo modo, mas é vivo dinâmico, muda conforme mudamos. Trata-se muito mais de uma alegoria de eventos acontecidos do que de um símbolo fechado em suas interpretações. “É a inserção cultural no presente que condiciona a interpretação do passado. E é justamente o diálogo com a cultura contemporânea que marca o trabalho dos historiadores”, pontua Marluza Marques Harres, presidenta da ANPUH-RS e professora doutora da Unisinos.

Estão previstas muitas atividades ao longo dos quatro dias de encontro, considerando os minicursos, mesas-redondas, simpósios temáticos, lançamento de livros e conferências. De acordo com Marluza, a média dos últimos encontros estaduais da organização contou com a participação de

aproximadamente 800 pessoas. “No Rio Grande do Sul, a ANPUH tem tido muita expressão e tem conseguido congregar muitos historiadores, especialmente, nos eventos. Por exemplo, conseguimos reunir quase a totalidade dos alunos da pós-graduação em diferentes eixos de atuação e debate”, explica Marluza.

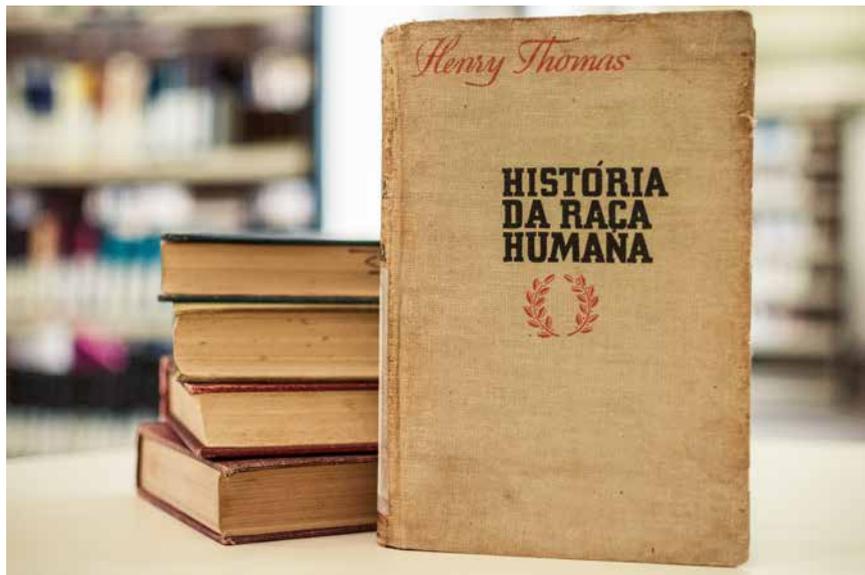
Evento

Considerando todo o RS, são mais de 22 cursos de graduação funcionando pelo estado e mais de 14 cursos de pós-graduação, incluindo mestrados profissionais, mestrados acadêmicos e doutorados. Diante de tal contexto, fica simples de compreender a pluralidade de vozes que compõem toda a teia de pesquisadores em História, divididos em 26 subáreas, que são, atualmente, os grupos de trabalho (GTs) organizados na ANPUH-RS.

A tarefa empreendida para o encontro, no entanto, não é fácil. Isso porque pensar os fazeres e a própria condição dos historiadores não é algo simples. Para além dos desafios específicos da área, a sociedade está enfrentando uma revolução tecnológica que coloca ideias seculares que balizaram a compreensão do mundo em causa. “Os princípios epistêmicos que tradicionalmente embasavam o trabalho historiográfico estão sendo questionados e, muito lentamente, estão surgindo novas inspirações em diálogo com a cultura contemporânea, mas estamos experimentando, tateando...”, reflete Marluza.

Novos desafios

A institucionalização da História como disciplina ocorreu no contexto do século XIX e a autonomia na formação profissional foi uma longa conquista. A história oficial, os nacionalismos e os interesses dos Estados sempre foram um fardo na formação dos historiadores. Pensa-se principalmente frente à necessidade de um discurso oficial, preso a uma interpretação do passado conveniente para determinados projetos de sociedades tipicamente modernos. O exercício crítico e a renovação permanente fizeram avançar o campo do conhecimento historiográfico ao longo do século XX, conseguindo ampliar significativamente a contribuição potencial que a perspectiva da história pode proporcionar à reflexão e compreensão da dinâmica social em suas diversas temporalidades. O século XXI, porém, trouxe, além da falência das grandes narrativas, uma relativização – diferente de relativismo – da ciência histórica capaz de fazer emergir modos de compreensão dos eventos passados compatíveis com nosso tempo. Muitos são os desafios, mas métodos, perspectivas e campos novos estão se multiplicando e enriquecendo o fazer historiográfico. O XII Encontro da ANPUH-RS se propõe a ser um espaço de diálogo e construção permanente da disciplina e dos historiadores. Ao longo de quatro dias, a Unisinos será o palco de intensas discussões, que buscam desde uma visada política e intelectual, objetivando debates sobre a verdade e a ética no presente, ainda que os desafios permaneçam às gerações futuras.



ANPUH-RS

Desde 1979, a ANPUH-RS tem atuado no estado debatendo questões relacionadas à área da História. Em 1995 a entidade passou por um processo de reestruturação e segue em ampla atividade até hoje. Tornou-se uma das Seções Regionais com maior número de associados em todo o Brasil. “Além do estímulo ao trabalho acadêmico, a ANPUH-RS sempre assumiu compromissos políticos, como a defesa da qualidade do ensino, a preservação dos arquivos e acervos históricos, a ampliação e preservação dos espaços culturais de nossas cidades. Para tanto, buscou sempre manter diálogo com as Secretarias de municípios e de governos do estado”, descreve Marluza.

Em 2008 a entidade adquiriu uma sala no centro de Porto Alegre – RS, onde funciona o gabinete da administração da Associação. Espaço que também abriga um pequeno auditório, usado, especialmente, pelos Grupos de Trabalho (GTs) como local de estudos, apresentação e discussão de trabalhos e reuniões administrativas. Além disso, há 10 anos a associação deu iniciativa a um empreendimento ousado, resultado não só de uma vontade coletiva, mas também de uma boa administração gestora, denominado Coleção ANPUH-RS. Trata-se de um concurso para premiar dissertações e teses e que tem um edital lançado a cada gestão da ANPUH-RS. Já está publicando o nono volume impresso da Coleção e abrindo um novo formato de publicações em e-books para divulgar os trabalhos que recebem Menção Honrosa.

ANPUH Nacional

A origem da entidade em âmbito nacional foi no ano de 1961, na cidade de Marília, em São Paulo, que surgiu com o nome de Associação Nacional dos Professores Universitários de História, ANPUH. A entidade trazia na sua fundação a aspiração da profissionalização do ensino e da pesquisa na área de História, opondo-se de certa forma à tradição de uma historiografia não acadêmica e autodidata ainda amplamente majoritária à época.

Atuando desde seu aparecimento no ambiente profissional da graduação e da pós-graduação em História, a ANPUH foi aos poucos ampliando sua base de associados, passando a incluir professores dos ensinos fundamental e médio e, mais recentemente, profissionais atuantes nos arquivos públicos e privados, assim como em instituições de patrimônio e memória espalhadas por todo o país. O quadro atual de associados da ANPUH reflete a diversidade de espaços de trabalho hoje ocupados pelos historiadores em nossa sociedade. A abertura da entidade ao conjunto dos profissionais de História levou também à mudança do nome que, a partir de 1993, passou a se chamar Associação Nacional de História, preservando-se, contudo, o acrônimo que a identifica há mais de 40 anos.

Diálogos e enfrentamentos – O campo de atuação do historiador

Rodrigo Patto Sá Motta explora um panorama geral dos embates contemporâneos para a consolidação e regulamentação do profissional em História

POR ANDRIOLLI COSTA

Como campo de atuação, a História remonta ao período clássico, remetendo aos tempos de Heródoto de Halicarnasso. Apenas no século XIX, no entanto, ela passa a ganhar ares de disciplina científica. No Brasil, os primeiros cursos superiores de História surgem em 1934, na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo – USP, e em 1935 na Universidade do Distrito Federal – UDF. De início, no entanto, todos estes cursos eram vinculados à Geografia, sendo que apenas em setembro de 1955 a Lei nº 2.594 estabelece o desmembramento dos cursos de graduação das duas disciplinas.

Nesta rápida contextualização, que condensa em um parágrafo vários séculos de construção do campo de atuação do historiador, é possível vislumbrar os diversos enfrentamentos e tensionamentos necessários para a formação deste campo. “Sabemos que grandes historiadores nunca tiveram formação específica na área, e nem por isso os consideramos menos”, esclarece Rodrigo Patto Sá Motta, presidente da Associação Nacional de História – ANPUH. “Porém, a questão é que hoje temos um amplo e competente sistema universitário, e precisamos valorizar a formação profissional.”

Em entrevista concedida por e-mail à **IHU On-Line**, Motta deixa claro, no entanto, que estes enfrentamentos buscam muito mais o diálogo do que a rigidez. Ele aborda as negociações para a aprovação do Projeto de Lei que regulamenta a profissão do historiador, explora a relação com a História da Arte,

História das Ciências e outros campos relacionados e trata da importância dos mestrados acadêmicos e profissionais.

Centra-se, ainda, nos principais desafios para o historiador no contexto brasileiro: aperfeiçoar a pós-graduação e, especialmente, a graduação; equilibrar a produção com a divulgação de conhecimento; internacionalizar as redes de cooperação e, também, melhorar “as condições de trabalho para os docentes do ensino básico, para elevar a qualidade do nosso sistema escolar”.

Rodrigo Patto Sá Motta é graduado em História pela Universidade Federal de Minas Gerais, onde também obteve o título de mestre nesta área. Na Universidade de São Paulo, realizou o doutorado em História Econômica, e na University of Maryland, nos Estados Unidos, obteve o título de pós-doutor. Atualmente, é professor da UFMG e é presidente da Associação Nacional de História – ANPUH. Autor de inúmeras obras, dentre as quais destacamos *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil* (São Paulo: Editora Perspectiva/Fapesp, 2002), *Jango e o golpe de 1964 na caricatura* (Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006) e *Introdução à história dos partidos políticos brasileiros* (Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2008). Este ano ele lançou dois outros livros: *A ditadura que mudou o Brasil* (Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2014), organizado juntamente com Daniel Aarão Reis e Marcelo Ridenti, e *As universidades e o regime militar* (Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2014).

Confira a entrevista.

IHU On-Line – O que caracteriza um historiador? Seria mais que o domínio das metodologias históricas?

Rodrigo Patto Sá Motta – O que distingue o historiador é o estudo das sociedades humanas (em suas múltiplas dimensões) tendo como referência o tempo, com o propósito de perceber o jogo entre mudanças e continuidades que caracteriza a história dos seres humanos. Os historiadores profissionais devem dominar as diferentes metodologias e aparatos teóricos desenvolvidos pela nossa área do saber ao longo dos séculos, o que permite a realização de um trabalho com maior qualidade. Antes da existência de cursos regulares, os historiadores se formavam sozinhos, é claro, tomando como referência o trabalho dos grandes nomes que inauguraram esse campo do saber.

Com o advento da formação universitária, que, a propósito, é relativamente recente no Brasil, abriu-se caminho para a profissionalização e o treinamento sistemático de novos historiadores, atendendo à demanda do mercado de trabalho. Sabemos que grandes historiadores nunca tiveram formação específica na área, e nem por isso os consideramos menos. Porém, a questão é que hoje temos um amplo e competente sistema universitário, e precisamos valorizar a formação profissional.

IHU On-Line – Desde 2009¹ tramitam no Senado propostas de projetos de lei para a regulamentação da profissão de Historiador. De lá para cá, foram diversas alterações e críticas feitas por entidades como a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência ou a Sociedade Brasileira de História da Educação. Qual a atual situação das propostas? O que mudou desde sua concepção original?

Rodrigo Patto Sá Motta – A ANPUH negociou com outras entidades interessadas (principalmente a Sociedade Brasileira de História da Ciência – SBHC e a Sociedade Brasileira de História da Educação – SBHE) algumas mudanças no projeto de lei que tramita no Congresso, para não deixar margem a interpretações equi-

“É preciso melhorar as condições de trabalho para os docentes do ensino básico, para elevar a qualidade do nosso sistema escolar”

vocadas. Fizemos três intervenções mais importantes, todas no sentido de ampliar o escopo dos que serão considerados historiadores com base na lei. Primeiramente, tal como em outras leis profissionais semelhantes, incluiu-se um inciso para contemplar pessoas que trabalham como historiadores há pelo menos cinco anos. Pelo que sabemos da realidade do mercado de trabalho, essa mudança vai contemplar principalmente professores do ensino básico que lecionam História sem a devida formação universitária.

Outra novidade importante foi incluir as pessoas com títulos de Mestrado ou Doutorado obtidos em Programas de Pós-Graduação com área de concentração ligada a outro campo do saber, mas que tenham linhas de pesquisa regulares dedicadas à História (da Educação, da Ciência, da Arte, etc.). Assim, por exemplo, quem fizer uma tese sobre História da Educação em um curso da área de Educação será considerado historiador também. Com isso, ficam preservados – e valorizados – os espaços interdisciplinares que aproximam a História de outros campos do saber. Finalmente, para não deixar dúvidas que a autonomia das Universidades deve ser preservada, propusemos retirar do projeto de lei a menção ao ensino superior como atribuição dos historiadores. Assim, ficará mantido o quadro atual, em que o perfil dos docentes para atuação no

ensino superior é definido pelas instituições universitárias (Câmaras, colegiados, bancas).

IHU On-Line – Abrir o campo e escapar ao corporativismo foi uma necessidade da própria sociedade contemporânea ou um reflexo das demandas corporativas?

Rodrigo Patto Sá Motta – As mudanças no projeto que o relator (deputado Roberto Policarpo) incluiu foram sugeridas pela ANPUH, SBHC e SBHE. A razão principal para termos negociado as mudanças no PL foi o entendimento de que era preciso aperfeiçoar o projeto original, para adequá-lo melhor às necessidades da sociedade. Do ponto de vista político foi conveniente também, porque tornou mais fácil a tramitação do projeto no Congresso. Porém, o mais significativo é que construímos um projeto mais consistente e capaz de atender à necessidade de regulamentação profissional de maneira mais adequada.

IHU On-Line – Dentro desta perspectiva interdisciplinar, quais os benefícios de uma formação continuada em História? Seria mais vantajoso buscar o diálogo com outras disciplinas?

Rodrigo Patto Sá Motta – Eu penso que as pessoas vocacionadas para a História deveriam fazer a graduação na própria disciplina, até porque a preocupação interdisciplinar já foi incorporada nos cursos de graduação. Em outras palavras, você pode ter uma formação apenas em cursos de História (graduação, mestrado e doutorado) e mesmo assim manter intenso diálogo com outras áreas do saber. Por outro lado, acredito que o local mais adequado para praticar a inter e a transdisciplinaridade é a pós-graduação, quando as pessoas estão um pouco mais maduras. Os programas de pós-graduação em História são em geral muito abertos ao diálogo interdisciplinar, mas a depender do campo de pesquisa os alunos podem ganhar fazendo cursos em outras áreas também. Vários cursos de pós-graduação em outras áreas têm linhas de pesquisa dedicadas à História, o que é estimulante e muito auspicioso. Exatamente por essa razão propusemos incluir os profissionais formados nes-

¹ Ver <http://bit.ly/PLS368> (Nota da IHU On-Line).

ses cursos no escopo da lei de regulamentação do historiador.

IHU On-Line – Pensando na História como campo de conhecimento, o que é mais importante? Mestrados acadêmicos ou profissionais?

Rodrigo Patto Sá Motta – São dois tipos diferentes de formação, com peculiaridades próprias. O mestrado profissional visa formar profissionais para o mercado de trabalho, com um viés mais técnico, enquanto o acadêmico tem a vocação de formar pesquisadores e docentes universitários. Acho mais importante o último, já que tem efeito multiplicador, ou seja, ele ajuda a preparar pessoas que vão produzir novos conhecimentos e também vão formar outros profissionais.

IHU On-Line – Atualmente, tendo em vista tanto o campo da pesquisa quanto do ensino, quais você diria serem os principais desafios do historiador?

Rodrigo Patto Sá Motta – Vejo muitos desafios, mas vou mencionar alguns que considero mais importantes:

“A questão é que hoje temos um amplo e competente sistema universitário, e precisamos valorizar a formação profissional”

- Aperfeiçoar e melhorar a qualidade dos cursos de graduação e pós-graduação, tendo o cuidado de evitar desequilíbrios, especialmente o risco de investir demasiado na pós-graduação e esquecer que a graduação é a base.

- Investir mais na “internacionalização” da historiografia brasileira, ampliando as redes de cooperação internacional e intensificando as pesquisas em história comparada (ou conectada).
- Equilibrar de maneira adequada a necessidade de produzir conhecimentos novos com a demanda por divulgar esse saber, fazendo-o chegar à sociedade e ao sistema escolar básico sem perda de qualidade.
- Conseguir que as autoridades melhorem as condições de trabalho para os docentes do ensino básico, para elevar a qualidade do nosso sistema escolar (não adianta colocar computadores nas escolas se os professores continuam a receber salários miseráveis).

Leia mais...

- *Repressão e modernização: impactos do regime militar nas universidades.* Entrevista com Rodrigo Patto Sá Motta publicada na **IHU On-Line**, disponível em <http://bit.ly/1vmjely>.

Acompanhe o IHU no Blog

The screenshot shows a blog post from the Instituto Humanitas Unisinos. The title is "@segundasemcarne por tudo e todos" dated 10 April 2013. The main image features four cartoon animals (cow, pig, chicken, and rabbit) with the text "SEGUNDA SEM CARNE descubra novos sabores" and "Pelos pessoas. Pelos animais. Pelo planeta." Below the image, there is a paragraph of text discussing the environmental and ethical implications of meat consumption.

O fim do monopólio do professor e da instituição escolar

Para a pesquisadora Ana Maria Monteiro, os alunos são instados por uma quantidade infinita de informações, o que implica que o papel da educação escolar deve ser reflexivo e crítico

POR ANDRIOLLI COSTA E RICARDO MACHADO

“**Q**uero deixar claro que essa concepção que defendo implica desenvolver educação reflexiva e crítica, e não apenas informativa. As informações estão disponíveis nas mídias e redes sociais. Na escola, temos a oportunidade e o dever de auxiliar nossos alunos a compreender a construção histórica da vida social e a produzir conhecimentos sobre o mundo com as informações que recebem e podem acessar”, considera a professora doutora Ana Maria Monteiro, em entrevista por e-mail à **IHU On-Line**. “Nem o professor nem a instituição escolar possuem mais o monopólio da divulgação da informação. Nesse sentido, aulas para a simples transmissão de informações tornaram-se anacrônicas e desinteressantes. Nós professores temos que aproveitar a disponibilidade de acesso à informação e desenvolver em nossas aulas projetos de pesquisa, busca de estabelecimento de relações, problematizações”, complementa.

Segundo Ana Maria, ao longo do século XX, sobretudo durante o recrudescimento do regime militar, a partir da década de 1970, houve uma série de mudanças nas formas de organização do currículo escolar, o que implicou a retirada das disciplinas de Geografia e História, para dar lugar, por exemplo, a “Moral e Cívica”. “O movimento em defesa do ensino da Sociologia e Filosofia no Ensino Médio gerou lei que as tornou obrigatórias a partir da década de 1990. E hoje nos defrontamos com o desafio de dar conta dessas disciplinas no

mesmo calendário escolar de escolas de dois turnos, o que acaba por acarretar a redução da carga horária das disciplinas no currículo”, avalia a professora.

“Defendo a manutenção das disciplinas no currículo, de um currículo disciplinarizado, pois elas são a base a partir da qual os saberes são organizados e reelaborados didaticamente, e também lugar de formação de nossos professores. Porém, se faz urgente o trabalho interdisciplinar que possibilite a potencialização das abordagens sobre temas comuns das áreas das Ciências Sociais”, argumenta.

Ana Maria Monteiro é graduada em licenciatura e bacharelado em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ. Realizou mestrado em História pela Universidade Federal Fluminense – UFF e doutorado na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC/Rio. Atualmente é professora associada da UFRJ, onde exerce a função de Diretora da Faculdade de Educação. Coordena o Laboratório de Estudos e Pesquisas em Ensino de História – LEPEH, integra também como pesquisadora o Núcleo de Estudos de Currículo – NEC da Faculdade de Educação/UFRJ e o grupo de pesquisa interinstitucional Oficinas da História. É autora, entre outros, de *Professores de História: entre saberes e práticas* (Rio de Janeiro: Editora Mauad X, 2007) e *Ensino de História e culturas afro-brasileiras e indígenas* (Rio de Janeiro: Pallas Editora, 2013).

Confira a entrevista.

IHU On-Line – Muitos têm questionado os atuais currículos de Ciências Sociais na educação básica, que separaram diversas disciplinas sem, no entanto, aumentar a carga horária. Qual a sua visão sobre isso?

Ana Maria Monteiro – Os currículos expressam o resultado das opções das gerações adultas sobre o que é importante ser ensinado e aprendido pelas gerações mais novas. Estão, portanto, sujeitos às mu-

danças culturais, sociais e políticas, como também continuamente desafiados a incorporar as novas contribuições das pesquisas científicas. Nesse sentido, alguns autores têm utilizado a metáfora da “arena po-

lítica e cultural” para se referir ao currículo.

As disputas e polêmicas parecem se aguçar no que se refere ao ensino das disciplinas das Ciências Sociais que abordam saberes diretamente voltados à formação de cidadãos e à viabilização de participação política, o que parece confirmar o papel estratégico e crucial desempenhado pelo currículo e pelos saberes escolares na leitura de mundo e construção de um projeto político de sociedade. Assim, ao longo do século XX – e mais intensamente a partir da década de 1970 –, temos acompanhado uma série de mudanças nas formas de organização do currículo que implicaram a retirada de disciplinas como, por exemplo, a História e a Geografia no 1º Grau, determinada pela Lei 5.692/71, substituídas por Estudos Sociais; e a inclusão de Educação Moral e Cívica e de Organização Social e Política Brasileira – OSPB, pela mesma lei, disciplinas estas excluídas a partir de 1985, com o retorno do ensino de História e Geografia no 1º Grau, e depois no Ensino Fundamental e Médio, com a Lei 9.394/96.

O movimento em defesa do ensino da Sociologia e da Filosofia no Ensino Médio gerou lei que as tornou obrigatórias a partir da década de 1990. E hoje nos defrontamos com o desafio de dar conta dessas disciplinas no mesmo calendário escolar de escolas de dois turnos, o que acaba por acarretar a redução da carga horária das disciplinas no currículo.

Defendo a manutenção das disciplinas no currículo, de um currículo disciplinarizado, pois elas são a base a partir da qual os saberes são organizados e reelaborados didaticamente, e também lugar de formação de nossos professores. Porém, se faz urgente o trabalho interdisciplinar que possibilite a potencialização das abordagens sobre temas comuns das áreas das Ciências Sociais.

Isso implica, necessariamente, revisão de programas em sua sequência e organização para compatibilizar a realização de projetos interdisciplinares. E exige tempo de planejamento para que os professores possam pensar, planejar e avaliar o desenvolvimento deste trabalho realizado de forma integrada. O que não é possível

é continuarmos nesta lógica aditiva, principalmente no que se refere à História – que sempre terá novos temas a serem abordados –, e que disputa com outras disciplinas o tempo para seu ensino. Discordo de uma organização por áreas que anule a base disciplinar e que esvazie o currículo dos saberes necessários à formação cidadã.

Quero deixar claro que essa concepção que defendo implica desenvolver educação reflexiva e crítica, e não apenas informativa. As informações estão disponíveis nas mídias e redes sociais. Na escola, temos a oportunidade e o dever de auxiliar nossos alunos a compreender a construção histórica da vida social e a produzir conhecimentos sobre o mundo com as informações que recebem e podem acessar.

IHU On-Line – Qual o papel de atuação do historiador quando este se depara com um mercado que exige dele aulas de áreas correlatas como Filosofia, Sociologia, etc.?

Ana Maria Monteiro – Como defendi na resposta anterior, cabe ao professor de História buscar se articular com professores dessas disciplinas para que as diferentes abordagens potencializem o estudo reflexivo de temas a serem abordados. Isso exige reorganização curricular, o que implica alterar algumas tradições consolidadas no ensino das disciplinas como, por exemplo, a “história quadripartite”¹ tão questionada, mas ainda base de referência para o ensino de História.

Defendo que o Estado precisa melhorar as condições de trabalho para que tenhamos professores suficientes para o ensino das diferentes disciplinas. Assumir disciplina para a qual você não foi formado é improvisação e aposta na precarização da educação.

Os governantes precisam se convencer que oferecer educação de qualidade exige recursos financeiros

¹ Trata-se de um modo de divisão da história europeia em Idades Antiga, Média, Moderna e Contemporânea. Em outras palavras, quer dizer que apesar de estarem integradas, ou unidas, em um mesmo contexto (história europeia) são quadripartite. (Nota da IHU On-Line)

para que tenhamos, além de instalações escolares adequadas, professores com formação inicial e continuada consistente. Os professores devem lutar para que tenhamos os docentes em número suficiente. Para isso precisamos, também, de salários atraentes no magistério e condições de trabalho que possibilitem a realização da atividade docente em uma escola, com remuneração compatível e tempo para o desenvolvimento do trabalho com qualidade.

IHU On-Line – Tendo em vista os frequentes questionamentos à verdade histórica, como esta se localiza dentro do paradigma da incerteza?

Ana Maria Monteiro – Vários autores têm nos ensinado que vivemos no meio de disputas entre diferentes regimes de verdade. A “verdade” deve ser buscada nas pesquisas, é meta a ser alcançada, horizonte para o trabalho de pesquisadores científicos. Os historiadores, em seus estudos, produzem e fundamentam versões que são geradas a partir de diferentes teorias e metodologias de pesquisa. Mas uma vez a pesquisa realizada, novas questões podem ser levantadas e “verdades” tornam-se versões.

Mas, qual a versão “que cai na prova?”, perguntam os alunos. Os professores precisam se manter atualizados e se posicionar diante das diferentes versões. É preciso, também, que os alunos aprendam como se faz a história, como se produz o conhecimento histórico, mas, também, qual a versão mais atual e eticamente comprometida. Contrastar versões e criticá-las é um excelente exercício a ser realizado em aulas de História.

IHU On-Line – Se antes a escola era lugar de propagação de saber legítimo, hoje, graças às novas tecnologias e produtos midiáticos de fundamentação histórica, o acesso à informação permite diversas novas formas de acesso a esse conhecimento. De que forma estas mudanças tensionam o ensino da História e o próprio papel do professor?

Ana Maria Monteiro – Certamente o acesso quase ilimitado à informação tensiona o ensino da História e de outras disciplinas também. Nem o professor nem a instituição es-

colar possuem mais o monopólio da divulgação da informação. Nesse sentido, aulas para a simples transmissão de informações tornaram-se anacrônicas e desinteressantes. Nós professores temos que aproveitar a disponibilidade de acesso à informação e desenvolver em nossas aulas projetos de pesquisa, busca de estabelecimento de relações, problematizações. No lugar de apresentar relatos já equacionados, utilizar o tempo da aula para desestabilizar, pôr em questão verdades estabelecidas, preconceitos, discriminações, compreender que há origens históricas. Ensinar que somos todos iguais, seres humanos que somos, mas muito diferentes. Aprender, compreender e estabelecer o diálogo com a experiência do “outro” é, no meu entender, o maior desafio do ensino de História hoje.

IHU On-Line – Por questões de ordem didática, é preciso que o historiador selecione determinados acontecimentos da historiografia mundial a serem apresentados em sala de aula. De que forma mudanças nos atuais paradigmas da disciplina influenciaram na mudança desta seleção?

Ana Maria Monteiro – As mudanças nos atuais paradigmas da disciplina influenciam muito no sentido, por exemplo, de realizarmos uma revisão em abordagens pautadas pela preocupação com a construção da ideia de nação, ou com a denúncia de situações de exploração que levaram a uma perspectiva de vitimização com efeitos contrários ao que se esperava. No lugar de uma reação à situação de exploração, víamos alunos acuados e assumindo posições de subalternidade. Atualmente, a influência da história cultural tem sido importante para a abordagem dos processos de formação e desenvolvimento das sociedades e grupos com suas características próprias. Mas não podemos esquecer que ensino de História e das demais Ciências Sociais e Filosofia é questão política, envolve relações de poder que se expressam naquilo que enfatizamos, afirmamos e naquilo que negamos, omitimos. Currículo contribui para a formação de identidades sociais. Aquilo que aprendemos e vivenciamos nas escolas é constituinte

“Nós professores temos que aproveitar a disponibilidade de acesso à informação e desenvolver em nossas aulas projetos de pesquisa, busca de estabelecimento de relações, problematizações”

de nossas identidades, para o bem e para o mal.

IHU On-Line – A Lei nº 10.639/03 estabelece o ensino da história e da cultura afro-brasileira nas escolas. Como ela vem sendo recebida? Que outras medidas são necessárias para promover um ensino de uma história pós-colonial?

Ana Maria Monteiro – A Lei 10.639 e posteriormente a 11.545 foram bem recebidas pelos professores que, no entanto, sentiram-se muitas vezes despreparados para desenvolver este trabalho com propriedade. Essa temática, inclusive, era abordada de forma insuficiente nos cursos de graduação. A Lei provocou um interesse maior por esses temas e a divulgação de pesquisas com novas abordagens que possibilitaram um ensino que apresenta os africanos não mais como “escravos” – conceito que expressava uma essencialização da condição –, e sim como “escravizados”, que possibilita a compreensão da historicidade da condição de submissão. O desafio atual é como inserir esses conteúdos nas aulas de modo que não se tornem ape-

nas um capítulo a mais no fim do livro ou do ano letivo, ou um texto complementar.

Defendo que o ensino de história precisa ser reorganizado, principalmente a história do Brasil, para que a abordagem eurocêntrica dê lugar a uma abordagem que torne possível a compreensão da constituição da sociedade brasileira a partir das ações e interações dos diferentes grupos, com suas lutas, resistências e realizações.

IHU On-Line – Deseja acrescentar mais alguma coisa?

Ana Maria Monteiro – Ao longo de minha trajetória profissional, que iniciei como professora primária, depois professora de História nos ensinos fundamental e médio, e na educação superior, trabalhei com o ensino da disciplina que sempre me apaixonou e desafiou. A experiência com um projeto de reformulação curricular para a retirada de Estudos Sociais e o retorno da implantação da História e da Geografia no currículo das escolas da cidade do Rio de Janeiro em 1986-1990 me possibilitou o envolvimento com os estudos de currículo e o trabalho com a formação de professores.

Desde 1994 trabalho na UFRJ com a formação inicial e continuada de professores de História e com a pesquisa em ensino da história, tema de minha tese de doutorado e pesquisas recentes. Ao longo desses anos tenho vivido e acompanhado as lutas dos professores, a denúncia da crise da escola pública e, também testemunhei, trabalhos admiráveis com resultados relevantes.

A escola precisa ser reformulada, reinventada, mas considero que ainda é uma instituição fundamental para a formação de cidadãos, atores sociais, com pensamento crítico e criativo e reponsabilidade social. Como já afirmei em artigo publicado em 2004 na *Revista Nossa História*, considero que professores ainda são necessários e, entre eles, professores de História com suas possibilidades de fazer compreender que não somos reféns de nossa circunstância, construída historicamente e, portanto, somos capazes de colaborar para construir outras alternativas de vida como agentes de transformação social.

A permanente construção da verdade pelo tempo

“A Verdade, na História, é incessantemente reconstruída, enriquecida com novas perspectivas de apreensão de elementos da realidade e com novas possibilidades expressivas”, declara José D’Assunção Barros

POR ANDRIOLLI COSTA E LUCIANO GALLAS

“Vivemos uma época desconfiada em relação às grandes certezas e também em relação às perspectivas unilaterais. Compreende-se, hoje, que não existe uma verdade histórica única, acabada, inquestionável, mas sim várias possibilidades de possuir um conhecimento verdadeiro sobre a infinidade de aspectos que envolvem a vida humana”, afirma o historiador José D’Assunção Barros. “As diversas demandas que surgem a cada geração permitem que se desenvolvam novos pontos de vista, que se façam novas perguntas, que se tomem novas posições em torno de antigos ou novos problemas. A Verdade, na História, é incessantemente reconstruída, enriquecida com novas perspectivas de apreensão de elementos da realidade e com novas possibilidades expressivas”, complementa.

Nesta entrevista, concedida por e-mail à **IHU On-Line**, Barros analisa as relações entre verdade, memória e história, a relevância do presente para a investigação histórica e o tempo enquanto objeto central de interesse das reflexões historiográficas, elas próprias impactadas pelo tempo (e pelo lugar) em que foram produzidas. “A produção de memória – as lembranças construídas por um indivíduo, por exemplo, ou os mitos e tradições inventados coletivamente – sempre revelam algo sobre aqueles que os produziram para muito além dos eventos aos quais pretensamente eles se referem”, avalia. Por fim, destaca que a memória, para além de tratar de aspectos do passado no presente, faz emergir aspectos sobre a verdade produzidos pela coletividade. “A Memória –

independentemente daquilo sobre o qual se fala – é reveladora de traços constitutivos daqueles que produzem memória: fala-nos de seus modos de apreender o mundo, de seus recursos expressivos, de suas formas de sociabilidade, de sua cultura, das relações de poder que os envolvem”, argumenta.

José D’Assunção Barros possui doutorado e mestrado em História pela Universidade Federal Fluminense – UFF, graduação em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ e graduação em Música (Composição Musical) pela mesma instituição. É professor adjunto da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ. Na área de História, tem atuado principalmente com temáticas ligadas à Historiografia, Teoria da História, Metodologia da História, História Cultural, História da Arte, Cinema-História. Na área de Música, tem desenvolvido pesquisas na área de Musicologia Histórica e História da Música. Publicou 15 livros e cerca de cem artigos, 22 dos quais em revistas internacionais. Entre os livros publicados, destacam-se *O Campo da História – especialidades e abordagens* (Petrópolis: Editora Vozes, 2004), *O Projeto de Pesquisa em História* (Petrópolis: Editora Vozes, 2005), *A Construção Social da Cor* (Petrópolis: Editora Vozes, 2009), *Raízes da Música Brasileira* (São Paulo: Jucitec, 2011), *Teoria da História*, em cinco volumes (Petrópolis: Vozes, 2011), *A Expansão da História* (Petrópolis: Vozes, 2013) e *O Tempo dos Historiadores* (Petrópolis: Vozes, 2013).

Confira a entrevista.

IHU On-Line – O que a visão da História como “o estudo do homem no tempo (e no espaço)” diz sobre os atuais horizontes deste campo do conhecimento? Em que difere da visão da História como relato ou estudo do passado?

José D’Assunção Barros – A redefinição da História como “estudo dos

homens no tempo e no espaço” tem permitido ampliar os horizontes do campo em pelo menos duas dimensões. De um lado, ao superar a antiga noção de que a História é somente um relato ou estudo do passado – o que é apenas parcialmente correto –, os historiadores que começaram a definir a História como um estudo do

“tempo” tiveram sucesso em ampliar o campo de interesses dela até a contemporaneidade. Os historiadores de hoje estudam não apenas o passado distante ou recente, mas também o tempo presente. De igual maneira, conceber a história como um estudo dos homens no tempo, uma definição formulada pela primeira vez por Marc

Bloch¹, permite chamar atenção não apenas para o fato de que os historiadores estudam o tempo, mas que também produzem seus estudos no tempo.

Por outro lado, há ainda a questão do espaço, ou do “lugar” em um sentido mais amplo. Tem-se aqui a compreensão intensificada de que qualquer objeto histórico deve ser pensado na sua conexão com um tempo e um lugar (ou espaço) específicos, e de que, adicionalmente, toda operação historiográfica também se dá em um espaço-tempo. Compreender que estas duas dimensões – o tempo e o espaço – são as instâncias fundamentais da História, sendo elas mesmas de certo modo históricas, completou um processo de humanização da História, de compreensão deste saber como uma forma de conhecimento feita pelos homens e sobre os homens.

IHU On-Line – O senhor afirma que, entre os objetos de interesse do historiador, passam a se incluir também as “temporalidades imaginárias da Memória ou da Ficção” e mesmo os “espaços imaginados”. Como é possível compreender estes elementos na pesquisa? Pode citar exemplos de trabalhos onde este universo imaginário foi contemplado?

José D’Assunção Barros – O espaço com o qual trabalha o historiador pode ser um espaço físico (e social), como é também o espaço do geógrafo. Entrementes, a noção de espaço e de sua assimilação pelo trabalho historiográfico pode levar a muito mais do que isto. Pensemos no espaço da ficção. Em um romance ou uma obra de literatura criativa, um determinado

autor pode recriar o espaço, reproduzi-lo conforme os modelos por ele conhecidos ou mesmo repensá-lo em novos termos. Temos grandes obras, na literatura, nas artes visuais e no cinema, sobre cidades imaginárias, que não existem no mundo extratextual. Essas criações literárias e artísticas podem se tornar objeto de estudo para os historiadores, o que já é um primeiro aspecto da questão. Ao mesmo tempo, os historiadores podem perfeitamente estudar as marcas de uma realidade histórica ou do mundo vivido no espaço (e no tempo) criados pela imaginação humana. De igual maneira, a Memória é hoje um importante objeto de interesse para a História. O espaço e o tempo da Memória – individual ou coletiva – impõem certamente as suas próprias regras, limites e riquezas. O historiador também deve se empenhar em trabalhar com este espaço-tempo psicológico, imaginário, recriado pelos homens para além do espaço meramente físico.

IHU On-Line – De que forma a virtualidade dos espaços compartilhados e do tempo nos ambientes em rede pode ser capturada e compreendida pela história?

José D’Assunção Barros – Ainda temos poucas pesquisas sobre o ciberespaço, mas este é um campo que está crescendo, e já se encontra em avançado estágio de formação uma nova modalidade historiográfica que poderia ser denominada História Digital. Esse novo campo historiográfico de possibilidades pode se relacionar de inúmeras maneiras com o mundo virtual, com as redes sociais, com as formas de comunicação instantânea. Por exemplo, não demorará para que os e-mails, os sites, as redes sociais e os chats sejam utilizados pelos historiadores como fontes tão importantes como quaisquer outras. Além disso, o mundo digital não oferece aos historiadores apenas um grande manancial de novas fontes, mas também uma infinidade de novos objetos. Por fim, não devemos esquecer que os recursos virtuais também já são empregados cada vez mais para a produção de novos tipos de textos historiográficos e para a conformação de novos instrumentos e recursos de pesquisa.

IHU On-Line – Como o rompimento com um paradigma do tem-

po levou a uma reestruturação dos objetos de pesquisa do historiador, abrindo espaço, por exemplo, para o estudo do presente?

José D’Assunção Barros – Os historiadores, nas últimas décadas, têm se interessado cada vez mais em compreender o tempo em toda a sua complexidade, não apenas aceitando o tempo como uma instância naturalizada. Historiadores como Reinhart Koselleck² e François Hartog³, apenas para citar alguns dos mais destacados dos tempos recentes, têm se empenhado em oferecer à comunidade historiográfica um novo sistema conceitual e teórico para compreensão do tempo e de suas instâncias fundamentais: as temporalidades que denominamos passado, presente e futuro. Neste novo momento da reflexão historiográfica, o antigo modelo de tempo linear foi superado por novos modelos que chamam atenção para novos problemas: por exemplo, as relações entre o passado, o presente e o futuro. A ideia de um “tempo presente” como objeto para a pesquisa e reflexão historiográfica está também ligada à crescente consciência de que o passado e o futuro concretizam-se e interferem no presente de inúmeras maneiras, inclusive como campo de experiências e horizonte de expectativas, para lembrar duas noções bem estabelecidas por Koselleck. O Tempo Presente tornou-se, mais do que nunca, objeto de interesse direto para os historiadores.

² **Reinhart Koselleck** (1923-2006): um dos mais importantes historiadores alemães do pós-guerra, destacando-se como um dos fundadores e o principal teórico da História dos Conceitos. As suas investigações, ensaios e monografias cobrem um vasto campo temático. No geral, pode-se dizer que a obra de Koselleck gira em torno da história intelectual da Europa ocidental do século XVIII aos dias atuais. Também é notável o seu interesse pela Teoria da História. (Nota da IHU On-Line)

³ **François Hartog** (1946): historiador francês. Aluno de Jean-Pierre Vernant e leitor de Reinhart Koselleck, contribuiu para a formação e disseminação do conceito de “regime de historicidade”, que define as variações da articulação entre as categorias de passado, presente e futuro conforme o espaço e o tempo. Segundo Hartog, o regime de historicidade (relatar uma sociedade no passado, presente e futuro) está marcado por certo presentismo que privilegia a memória (traços do passado que se tornam presentes por sucessivos passados) à história (reconstruções e distanciamentos do tempo passado). (Nota da IHU On-Line)

¹ **Marc Bloch** (Marc Léopold Benjamim Bloch, 1886-1944): historiador francês, um dos fundadores da Escola dos Annales. Estudou na Escola Normal Superior de Paris, em Berlim e em Leipzig. Participou da Primeira Guerra Mundial, sendo ferido e recebendo uma condecoração militar. Após a guerra, ingressou na Universidade de Estrasburgo, onde conheceu Lucien Febvre. Com ele, fundou, em 1929, a “Revue des Annales”, a qual deu origem à Escola dos Annales, cuja linha de estudos influenciou a chamada “Nova história”. Com a eclosão da Segunda Guerra Mundial e a ocupação nazista da França, Bloch, por ser judeu, teve que deixar a direção da revista. O historiador militou na resistência francesa, foi preso e torturado, sendo fuzilado em 16-06-1944. Definia a História como “a ciência dos homens no transcurso do tempo”. (Nota da IHU On-Line)

IHU On-Line – A perspectiva da História como relato pressupõe a ideia de estabelecimento de uma verdade histórica. Como atualmente é vista a questão da verdade no campo da História?

José D’Assunção Barros – Vivemos uma época desconfiada em relação às grandes certezas, e também em relação às perspectivas unilaterais. Compreende-se, hoje, que não existe uma verdade histórica única, acabada, inquestionável, mas sim várias possibilidades de possuir um conhecimento verdadeiro sobre a infinidade de aspectos que envolvem a vida humana. As diversas demandas que surgem a cada geração permitem que se desenvolvam novos pontos de vista, que se façam novas perguntas, que se tomem novas posições em torno de antigos ou novos problemas. A Verdade, na História, é incessantemente reconstruída, enriquecida com novas perspectivas de apreensão de elementos da realidade e com novas possibilidades expressivas. Existem também setores na historiografia que negam a possibilidade de atingir qualquer verdade histórica (por vezes os chamamos de tendências pós-modernas). Todavia, acredito que ainda seja importante demarcar a distância entre uma História que não constrói suas formulações no vazio, e sim a partir de conexões com uma realidade que deixou seus traços nas fontes, e uma Literatura que, esta sim, é o território possível da criatividade absoluta. A História, a meu ver, ainda pode almejar a produção de um conhecimento verdadeiro, ainda que multidiversificado. Sustento que a História, para a produção deste conhecimento verdadeiro, trabalha ainda com as categorias da veracidade e da veridicidade. Não é de modo nenhum uma ficção, embora possa se valer da ficção em suas possibilidades expressivas.

IHU On-Line – A memória individual é parte fundamental dos estudos em história oral. No entanto, é frequentemente vinculada a uma instância criativa ou forma de produção simbólica. Se a memória reconstrói constantemente no presente as lembranças do passado a partir da experiência, como esta se insere na historiografia?

José D’Assunção Barros – Devemos compreender que, ao trabalhar

com a memória individual através da modalidade da História Oral, o historiador não está *necessariamente* interessado em recuperar acontecimentos “verdadeiros”, que se deram para além dos indivíduos que produzem a memória. Pode se dar que a Memória – individual ou coletiva – seja acessada pelos historiadores, de fato, com vistas à busca de informações sobre as quais possam se desenvolver novas reflexões historiográficas. Entretanto, a própria memória produzida é ela mesma um objeto importante para o historiador. De igual maneira, a produção de memória – as lembranças construídas por um indivíduo, por exemplo, ou os mitos e tradições inventados coletivamente – sempre revelam algo sobre aqueles que os produziram, para muito além dos eventos aos quais pretensamente eles se referem. A memória fala não apenas de acontecimentos que se deram no passado ou foram distorcidos no presente. Fala também de aspectos verdadeiros, pertinentes aos indivíduos e coletividades que produzem a memória.

A Memória – independentemente daquilo sobre o qual se fala – é reveladora de traços constitutivos daqueles que produzem memória: fala-nos de seus modos de apreender o mundo, de seus recursos expressivos, de suas formas de sociabilidade, de sua cultura, das relações de poder que os envolvem. Através da memória de um indivíduo, um historiador não estuda apenas aquilo de que ele se lembra, mas estuda também o próprio indivíduo e seu modo específico de lembrar ou de reconstruir o que julga ser o conjunto de suas lembranças. Sobretudo, ao estudar a memória construída por um indivíduo, o historiador estuda a sociedade dentro da qual ele se insere.

IHU On-Line – Neste sentido, que relações se pode traçar entre História, Memória e Verdade?

José D’Assunção Barros – A História surgiu sob o signo da intenção de verdade. Não há historiador, ou se houver ele estará deslocado em relação ao próprio tipo de saber que pretensamente produz, que não almeje construir algum tipo de conhecimento verdadeiro com a sua operação historiográfica. Na Antiguidade, um grande espaço era dado à Memória em termos de produção do conhecimento

histórico. Nos primeiros tempos da Historiografia Científica, a forte e emblemática noção de “documento histórico” – particularmente no seu suporte escrito – relegou para segundo plano o papel da Memória provocada através de entrevista e coleta de depoimentos. Os historiadores, por assim dizer, tornaram-se desconfiados em relação ao papel da Memória e das fontes orais na operação historiográfica.

Nas últimas décadas do século XX, contudo, o surgimento de uma vigorosa História Oral contribuiu para repensar as relações entre Memória e História. As técnicas de crítica e apreensão da memória – tão importantes para um setor da historiografia de hoje como havia sido a emergência de sofisticadas técnicas de crítica documental nos primórdios da historiografia científica – permitiram uma nova equação entre estes três termos: História, Memória e Verdade. As três noções, aliás, inclusive a própria noção de História, precisam ser compreendidas historicamente.

IHU On-Line – Deseja acrescentar mais alguma coisa?

José D’Assunção Barros – Quero acrescentar que as relações entre Verdade e História continuam sendo uma temática bastante atual. Acredito que sempre serão, pois, ao mesmo tempo em que não existe História sem “intenções de verdade”, sabemos também hoje que é muito questionável se pensar em termos de verdades absolutas. A História vive desta relação ao mesmo tempo ambígua e rica com a Verdade. Ao ser convidado para fazer uma conferência sobre o assunto no Encontro da ANPUH do Rio Grande do Sul, comecei a escrever um texto⁴ que acabou extrapolando os limites de uma conferência, em vista da riqueza de aspectos que a questão envolve. Presentemente, motivado pela tarefa que me foi atribuída, estou começando a transformar o conjunto de minhas reflexões sobre o assunto em um livro a ser publicado futuramente. Talvez se chame, simplesmente, *Verdade e História*, um título que já foi utilizado por diversos autores, mas que permanece sempre atual.

⁴ O texto será publicado na próxima edição de Cadernos IHU ideias, sob o título *Verdade e História - arqueologia de uma relação*, cuja apresentação fazemos na editoria Publicações deste número.

A redescoberta da História em novos cenários e novos saberes

Para a professora Carla Meinerz, a disciplina e o ensino de História se constituem, atualmente, a partir de outras formas de pensar e relacionar, mais abertas e dinâmicas

POR ANDRIOLLI COSTA E RICARDO MACHADO

Ainda que os desafios ao ensino de História não sejam totalmente novos, há os que se apresentam a partir das singularidades de nosso tempo atual. “Vou destacar um acontecimento recente no Brasil, que é o aumento do número de pesquisadores e programas de pesquisa vinculados ao ensino de História, com o conseqüente alargamento e reconhecimento desse campo entre os historiadores em geral”, explica a professora doutora Carla Beatriz Meinerz, em entrevista por e-mail à **IHU On-Line**. “Isso faz com que possamos frutificar os diálogos em torno desse entrelaçamento entre teoria, metodologia e ensino de História, tanto na Educação Básica quanto na Educação Superior, tendo possíveis novos interlocutores no debate”, complementa.

A compreensão de que a história não é um evento estanque, preso ao passado, mas sim algo que é construído e reconstruído no presente, permite que o professor seja capaz de articular conexões com a realidade atual. “Sendo o objeto de estudo da História as ações e interações humanas em diferentes tempos e espaços, nada mais pertinente do que pensar historicamente essas temáticas e, sobretudo, expandi-las na perspectiva da

fundamentação de ações que promovam a justiça, o diálogo intercultural, a paz e a igualdade racial”, argumenta Carla. Além disso, os próprios aparatos tecnológicos e as redes de convivência on-line promovem uma profunda reorganização dos processos de aprendizagem, ainda que o papel do educador de história permaneça fundamental. “Parece importante compreender as mídias como redes de interação social e de troca de inferências, não necessariamente fundamentadas. Os historiadores trabalham com análise de fontes. Não creio que sites, blogs ou páginas do Facebook sejam concorrentes, mas gosto da ideia de complementaridade, na medida em que elas provocam polêmicas e nos instigam ao diálogo com diferentes abordagens e à exposição pública do que conseguimos aferir”, pontua.

Carla Beatriz Meinerz é graduada em Licenciatura e Bacharelado em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, onde também realizou mestrado e doutorado em Educação. Atualmente é professora adjunta do Departamento de Ensino e Currículo da Faculdade de Educação da UFRGS.

Confira a entrevista.

IHU On-Line – Quais são os principais desafios deste ensino nos dias de hoje?

Carla Meinerz – Ensinar História pressupõe escolhas didáticas e metodológicas, opções temáticas e conceituais, criação de perguntas complexas, recortes espaciais e temporais específicos, estratégias pedagógicas, numa conjugação em que forma e conteúdo

são indissociáveis. Se considerarmos a própria historicidade do ensino de História, parece difícil encontrar desafios totalmente novos. Alguns desafios se apresentam com diferenças ou singularidades nos dias de hoje, outros se desenvolvem dentro de contextos pouco experimentados até o momento. Vou destacar um acontecimento recente no Brasil, que é o au-

mento do número de pesquisadores e programas de pesquisa vinculados ao ensino de História, com o conseqüente alargamento e reconhecimento desse campo entre os historiadores em geral. Isso faz com que possamos frutificar os diálogos em torno desse entrelaçamento entre teoria, metodologia e ensino de História, tanto na Educação Básica quanto na Educação

Superior, tendo possíveis novos interlocutores no debate. A indissociabilidade entre passado e presente, no exercício da leitura e interpretação histórica, é uma tarefa que instiga o historiador e desafia o professor de História à postura reflexiva e investigativa. Destaco que o historiador no Brasil, em geral, é também professor nas Instituições de Educação Superior e que, nesses territórios educativos, o ensino de História pode e deve igualmente ser tratado como desafio.

No caso brasileiro, temos ainda uma especificidade a ser referenciada como desafio político e pedagógico importante: a definição pela educação para a diversidade, que inclui a educação das relações étnico-raciais e a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Indígena, Africana e Afro-brasileira. É no cotidiano da cultura escolar que nossos jovens passam grande parte de suas vidas, construindo laços com os saberes científicos em distintas áreas do conhecimento, assim como vivenciando relações sociais marcadas por atributos étnico-raciais, de gênero, pertencimento religioso, geracional, entre outros. Nas proposições de construção dos conhecimentos históricos e nas trocas socioculturais, próprias das aprendizagens escolares, é desafio do professor de História articular conexões entre passado e presente para a compreensão e valorização das pluralidades e das diferenças étnico-raciais, por exemplo. Sendo o objeto de estudo da História as ações e interações humanas em diferentes tempos e espaços, nada mais pertinente do que pensar historicamente essas temáticas e, sobretudo, expandi-las na perspectiva da fundamentação de ações que promovam a justiça, o diálogo intercultural, a paz e a igualdade racial.

IHU On-Line – A opção pelo ensino, especialmente na educação básica, ainda é uma opção de carreira buscada pelos jovens estudantes de História?

Carla Meinerz – Para falar de opções é preciso delimitar as possibilidades e os condicionamentos que se oferecem àquele que pode escolher.

“Possamos frutificar os diálogos em torno desse entrelaçamento entre teoria, metodologia e ensino de História”

Podemos inferir que, no Brasil, opta-se pela licenciatura também em função das escassas possibilidades que o mercado oferece à carreira de historiador, quando comparadas às da carreira de professor na Educação Básica. Em minha docência, acompanho os jovens licenciandos do curso de História, na Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, através dos estágios curriculares obrigatórios, das ações do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência – Pibid/subprojeto História e do Laboratório de Ensino de História e Educação – LHIS-TE. Nessa inserção, compreendo que a opção pela docência é um caminho construído na trajetória de cada sujeito, nas relações estabelecidas com as disciplinas e os professores do curso, com os programas de pesquisa e extensão e nas experiências políticas e culturais dentro e fora dos espaços acadêmicos. No universo acadêmico em que transito, a proliferação de programas de incentivo à licenciatura e à formação de professores tem significado também um encontro mais sólido e qualificado de muitos jovens estudantes com as possibilidades da carreira docente na Educação Básica. Dados atuais publicados pela Fundação Carlos Chagas, em pesquisa encomendada pela Fundação Victor Civita, demonstram que no terceiro ano do Ensino Médio apenas 2% dos jovens desejam cursar Pedagogia ou alguma

licenciatura em nosso país. Mesmo entre os jovens que estão nos cursos de licenciatura, é comum encontrar estudantes que ainda não consolidaram sua opção pela docência na Educação Básica. Porém, sou otimista no quesito que chamo de encontro com o ensino de História, ou seja, a descoberta de um campo que apresenta diversidade de concepções teóricas e metodológicas, capaz de criar a beleza que extrapola a saturação da experiência e encaminha para novas formas de agir e de pensar a docência.

IHU On-Line – Tendo em vista a perspectiva da memória, qual a importância dos professores de História para a construção de uma relação de afecção (afeição?) à disciplina?

Carla Meinerz – Estou pensando o ensino de História nos espaços escolares da Educação Básica, mas afirmo que o ensino de História nos territórios educativos da Educação Superior também deve ser polemizado. O licenciando é, ao mesmo tempo, professor em formação e estudante de História. Muito do que ele experimenta na Educação Superior, como estudante, serve de referência e memória para sua prática docente, especialmente nos estágios curriculares obrigatórios. Na disciplina de Introdução à Prática e Estágio de História, no curso de licenciatura em História da UFRGS, os estudantes são desafiados a evocar memórias pessoais para narrar sua opção pela atividade laboral docente. Na leitura dessas narrativas, nem sempre há uma relação direta entre gostar de estudar História e gostar do professor de História. O que tenho atentado é para outras influências que se destacam nessas trajetórias. Na leitura desses memoriais e de pesquisas sobre memórias de professores de História, são os comentários dos alunos sobre a influência dos amigos, avós ou de outros familiares que me chamam a atenção. A opção pela docência e pela História é relacionada ao fato do avô/avó/pai/mãe ter sido professor da disciplina, as lembranças das histórias por eles contadas, ou ainda pela própria história de vida escolar desses sujeitos. O primeiro contato construído com a possibilidade de estudar His-

tória está nas narrativas construídas dentro dos grupos familiares ou de sociabilidades outras.

IHU On-Line – Se antes o aluno era limitado ao conhecimento do professor e dos livros didáticos, atualmente a escola não é mais um meio único de acesso à informação. De maneira geral, o historiador percebe minisséries, sites, blogs ou páginas do Facebook de fundamentação histórica como concorrentes ou mais como modos complementares de ensino?

Carla Meinerz – Parece importante compreender as referidas mídias como redes de interação social e de troca de inferências, não necessariamente fundamentadas. Os historiadores trabalham com análise de fontes. Não creio que sites, blogs ou páginas do Facebook sejam concorrentes, mas gosto da ideia de complementaridade, na medida em que elas provocam polêmicas e nos instigam ao diálogo com diferentes abordagens e à exposição pública do que conseguimos aferir. Os sujeitos não constroem seus saberes em relação ao conhecimento histórico somente com o que os historiadores oferecem, mas também por intermédio das variadas redes que podem incluir a família, a escola, grupos culturais, políticos, religiosos e igualmente através das novas tecnologias de informação. Estamos diante de novos cenários que produzem outras formas de relação com os saberes, distintas inserções e interações sociais, diversas formas de pensar os outros e a nós mesmos. Num contexto no qual a informação está cada vez menos restrita ao ambiente escolar ou acadêmico, é fundamental consolidar a nossa função social como professores e pesquisadores, ou seja, como mediadores culturais.

IHU On-Line – Da mesma forma, em um universo de informações ao qual estamos imersos, é muito comum a presença de informações incorretas ou de fonte questionável. Neste sentido, qual a importância de um profissional capaz de realizar a mediação entre conteúdo legítimo e não legítimo?

“Não creio que sites, blogs ou páginas do Facebook sejam concorrentes, mas gosto da ideia de complementaridade”

Carla Meinerz – Essa mediação é fundamental e nos coloca diante da tarefa de democratizar o conhecimento histórico, não apenas na forma da docência escolar, que por tradição consolidamos, mas através do diálogo com grupos sociais distintos e, por vezes, adversos. A comunidade de profissionais da História não é uma comunidade homogênea em pensamento e ação. Porém, temos algo em nosso ofício, que tendencialmente nos congrega: olhar a fonte e criar perguntas complexas é nosso fazer cotidiano: que fonte é essa? O que ela nos diz? Qual sua autoria? Qual sua legitimidade? O que podemos inferir a partir dela? Como a relacionamos com outras fontes? Que contextos de poder estão nela imbricados?

Para mim, o legítimo e o não legítimo estão diretamente relacionados à análise das fontes, como citei antes, mas igualmente com as conquistas que fizemos e que estamos por fazer em relação à justiça, à cidadania, ao diálogo intercultural e à promoção da igualdade. É preciso posicionar-se, sim, diante de questões como o racismo, por exemplo, compostas de conteúdo histórico e interrogações do tempo presente.

IHU On-Line – Ao permitir uma relação mais próxima com a história local – como no nome dos logradouros ou monumentos, qual a importância da educação patrimonial

para engajar o aluno na perspectiva histórica?

Carla Meinerz – Eu tenho aprendido muito com os debates em torno da Educação e Patrimônio, porque inseridos nos processos de reconhecimento da indissociabilidade entre memórias individuais e coletivas e na valorização dos saberes evocados pelas comunidades locais. No caso do ensino, esse saber está reconhecido na interação com o que tem a dizer o jovem estudante, a partir de suas experiências de vida, seus pertencimentos e atributos identitários. Ir até a praça onde o jovem vive sua sociabilidade, canta, joga, anda de skate, toma chimarrão, e reconhecer ali histórias, memórias, narrativas... não poderia estar aí um possível engajamento na perspectiva histórica?

IHU On-Line – Falando em engajamento, é possível utilizar um ambiente tão dispersivo quanto o on-line para engajar os alunos em relações pedagógicas mais participativas? Existem exemplos de práticas deste tipo?

Carla Meinerz – Para criar uma relação pedagógica participativa é preciso estar convencido de que a aprendizagem exige protagonismo do estudante. É preciso reconhecer no jovem um interlocutor. Não é possível aprender o ofício do historiador, por exemplo, sem manusear fontes, aprender a fazer perguntas complexas, exercitar escolhas e recortes conceituais, temporais ou espaciais. Também não é possível fazer tudo isso sem ler, escrever, expor ideias, trabalhar em grupos de estudo e pesquisa. Por isso, a teoria, a metodologia e o ensino são indissociáveis. Quando colocamos o estudante como protagonista do processo de ensino, escutamos e observamos, incentivamos mais perguntas que nos surpreendem e menos repostas que desejamos. O ambiente on-line, com criação de páginas específicas, como blogs, pode sim se transformar em um ambiente virtual de estudo, com um grande potencial interativo. Existem boas práticas nessa perspectiva.

O lastro do pós-abolição

Para o historiador Rodrigo Weimer, o pós-abolição não acabou e se manifesta na questão racial que permanece uma chaga aberta na sociedade brasileira

POR ANDRIOLLI COSTA

Sancionada em 13 de maio de 1888, a Lei Áurea foi considerada durante muito tempo como um marco historiográfico para a escravidão no país. No entanto, já em sua dissertação de mestrado, o pesquisador Rodrigo Weimer propõe “negar a relevância de 1888 como evento histórico divisor de águas”. No período final do escravismo, “as fronteiras entre escravidão e liberdade estavam borradas”. Os próprios escravos já experimentavam (ou ao menos vislumbravam) a ideia de liberdade. Evidentemente o período é marcadamente relevante, suscitando novos debates, problemas, relações sociais e disputas de poder. No entanto, para ele, alguns estudiosos supervalorizam a especificidade deste pós-abolição, desprezando “qualquer conexão com o período anterior”.

Conforme aponta o pesquisador, a partir de 13 de maio os ex-escravos foram socializados em um regime escravocrata. “Traziam a memória da escravidão em suas mentes e eventualmente suas marcas em suas peles. Mesmo os negros livres estavam profundamente marcados por uma sociedade cuja lógica até então era escravista.” Mais do que isso, esse lastro pode ser percebido até os dias de hoje. Aponta Weimer: “A questão racial está longe de poder ser considerada resolvida no Brasil, e nesse sentido estou de acordo com aqueles que pensam que o pós-abolição não acabou. O racismo da virada do século XX para o XXI não é o mesmo de cem anos antes, mas segue sendo uma chaga aberta na sociedade brasileira”.

Em entrevista concedida por e-mail à **IHU On-Line**, Weimer aborda a relevância do trabalho do historiador para a demarcação de terras quilombolas, questiona a “vitimização” que as pesquisas costumavam ter sobre a figura do negro e expõe as dificuldades do escravo recém-liberto em construir seus espaços privados de atuação. A entrevista trata ainda da revisão do papel do escravo e da escravidão no Rio Grande do Sul e disserta sobre as dificuldades da pesquisa no período pós-abolição, caracterizado especialmente por um “silenciamento da cor” nos registros documentais. Isto é, quando a cor era omitida. “Creio que após o ‘elogio da mestiçagem’ promovido por Gilberto Freyre, a ‘cor’ deixou de ser um tabu tão grande. Mesmo assim, é uma informação ausente em grande parte da documentação oficial.”

Rodrigo de Azevedo Weimer possui graduação em História (licenciatura e bacharelado) pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, com mestrado em História pela Unisinos e doutorado na mesma área pela Universidade Federal Fluminense – UFF. Atualmente é bolsista de pós-doutorado na Unisinos. Weimer é autor de *Os nomes da liberdade. Ex-escravos na serra gaúcha no pós-abolição* (São Leopoldo: Oikos/Ed. Unisinos, 2008) e é um dos autores do livro *Comunidade Negra de Morro Alto: Historicidade, Identidade e Territorialidade* (Porto Alegre: UFRGS, 2004).

Confira a entrevista.

IHU On-Line – Qual período abrange a pós-abolição? Quais elementos o caracterizam na história brasileira?

Rodrigo Weimer – Esta questão está longe de ser resolvida. Há certo consenso entre os estudiosos de que o pós-abolição se situa naquilo que

está para além da lógica do escravismo, das sociedades escravocratas. A liberdade trouxe novos parâmetros comportamentais e novos estatutos sociais a serem negociados e disputados. As pessoas não eram mais escravas, e agora, o que são? Quais são as novas relações sociais definidas? Des-

ta maneira, a maior parte dos trabalhos situa o “início” do pós-abolição, e eu concordo, em 1888, com a extinção da distinção jurídica entre livres, libertos e escravos. No entanto, há historiadores que datam tal referência a partir de momentos marcantes da decadência do sistema escravista

no Brasil, como 1831, 1850 ou 1871. Creio, porém, que uma sociedade imperial com um sistema escravista em corrosão ainda é bastante diferente de uma sociedade na qual inexistia escravidão.

A historiografia sobre o século XIX se debruçou sobre questões absolutamente diferentes do que aquelas propostas para o pós-1888. O pós-abolição se caracteriza por uma série de desafios com os quais se defrontou o Brasil a partir da inexistência da distinção livre/escravo, particularmente a racialização das relações sociais no sentido de manutenção de hierarquias que não mais podiam ser definidas em termos jurídicos. Quer dizer, a estratificação livre/escravo ce-deu lugar à hierarquia branco/negro. Quando homens deixaram de ser propriedade de outros homens, surgiu a hierarquia racial a reafirmar estatutos sociais diferenciados. A questão racial está longe de poder ser considerada resolvida no Brasil, e nesse sentido estou de acordo com aqueles que pensam que o pós-abolição não acabou. O racismo da virada do século XX para o XXI não é o mesmo de cem anos antes, mas segue sendo uma chaga aberta na sociedade brasileira.

IHU On-Line – Como era para estes negros recém-libertos lidar com a novidade do conceito de “liberdade”? Por exemplo, quais as dificuldades para encarar questões como de limite de propriedade, de espaços produtivos e de seu próprio papel social?

Rodrigo Weimer – Este conceito não era exatamente uma novidade. De acordo com a historiadora Hebe Mattos¹, os escravos tinham noções sobre a liberdade ao se defrontarem com a realidade do cativo. Há que considerar que em 13 de maio de 1888 a maior parte dos negros brasileiros já era livre, e mesmo para os que não eram, a liberdade era uma noção presente e almejada. O que caracteriza o final do período escla-

1 **Hebe Mattos**: doutora em História pela Universidade Federal Fluminense, atualmente é livre-docente na mesma universidade. Mattos é ainda coordenadora associada do Laboratório de História Oral e Imagem da UFF e trabalha especialmente com escravidão, memória e abolição. (Nota da IHU On-Line)

vocrata e o imediato pós-abolição é exatamente a disputa em torno dos significados do “ser livre”.

Desta maneira, Mattos e outros autores (Ana Rios², Maria Helena Machado³) propõem a ideia de “projeto camponês”, isto é, a ambição de definir espaços de cultivo próprios, definição de ritmos de trabalho em uma economia familiar. Escravidão era “trabalhar para os outros”, liberdade era “trabalhar para si”. Boa parte dos queixumes senhoriais de que os ex-escravos “não queriam trabalhar” deve ser lida nestes termos. Refere-se, em realidade, ao fato de eles quererem trabalhar para si mesmos, em sua gleba familiar. E isso não era uma novidade, porque já durante o regime escravista alguns escravos conquistaram o direito costumeiro de produzir alimentos dentro das unidades produtivas ou ter casas próprias separadas das senzalas. Tratava-se de experiências sociais que os afastavam do cativo e os aproximavam da liberdade.

Assim, no período final do escravismo, as fronteiras entre escravidão e liberdade estavam borradas. Havia possibilidade de aproximação com experiências de liberdade e com indivíduos livres o suficiente para formar um “conceito”. Uma vez finda a escravidão, alguns foram bem-sucedidos, outros não, nesta almejada possibilidade de se estabelecer de forma autônoma.

Um fenômeno que tenho constatado foi um apego dos ex-escravos às delimitações dos espaços e aos meios de produção que julgavam seus durante o período escravista. Assim, procurei demonstrar em minha dissertação de mestrado que a apropria-

2 **Ana Maria Lugão Rios**: historiadora brasileira falecida em 2012. Seu doutorado na University of Minnesota gerou a tese *My mother was a slave, not me*. Foi professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro e autora de *Memórias do cativo: família, trabalho e cidadania no pós-abolição* (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005). (Nota da IHU On-Line)

3 **Maria Helena Pereira Toledo Machado**: historiadora brasileira especialista em história social da escravidão, abolição e pós-emancipação, tem vasta experiência de pesquisa em arquivos no Brasil e nos EUA, com destaque para os seguintes temas: criminalidade e resistência escrava, movimentos abolicionistas, viagens científicas e debates sobre raça. (Nota da IHU On-Line)

ção do gado senhorial, prática costumeira durante a vigência do cativo, foi criminalizada após 1888, já que os ex-escravos foram “desligados” dos meios de produção que compunham as unidades produtivas de que eram parte integrante. Da mesma forma, encontrei, em um processo criminal analisado em minha tese de doutorado, um caso em que houve resistência da parte dos antigos escravos em delimitar com cercas espaços produtivos da antiga propriedade senhorial até então cultivados coletivamente e costumeiramente.

IHU On-Line – Em sua dissertação de mestrado você propõe “negar a relevância de 1888 como evento histórico divisor de águas”. O que esta decisão representa?

Rodrigo Weimer – Esta afirmação deve ser lida na perspectiva de um debate historiográfico. Há praticamente um consenso entre os historiadores do pós-abolição de que este é um período novo, no sentido de que traz novos debates, novos problemas, novas relações sociais, novas disputas em relação àquilo que vinha sendo a realidade do escravismo.

Há uma rejeição a ideias presentes em Gilberto Freyre⁴ e Florestan Fernandes⁵ de que o período posterior a 1888 possa ser definido, simplesmente, pela “herança da escravidão”, considerem-na os autores positiva ou negativa. No entanto, parece-me que alguns estudiosos vão longe demais, quando, no afã de ver o período pós-abolição em sua especifi-

4 **Gilberto Freyre** (1900-1987): escritor, professor, conferencista e deputado federal. Colaborou em revistas e jornais brasileiros. Foi professor convidado da Universidade de Stanford (EUA). Recebeu vários prêmios por sua obra, entre os quais, em 1967, o prêmio Aspen, do Instituto Aspen de Estudos Humanísticos (EUA) e o Prêmio Internacional La Madoninna, em 1969. Entre seus livros, citamos: *Casa grande & Senzala e Sobrados e Mocambos*. Sobre Freyre, confira o *Cadernos IHU* nº 6, de 2004, intitulado *Gilberto Freyre: da Casa-Grande ao Sobrado. Gênese e Dissolução do Patriarcalismo Escravista no Brasil. Algumas Considerações*, disponível em <http://bit.ly/cadihu06>. (Nota da IHU On-Line)

5 **Florestan Fernandes** (1920-1995): foi um sociólogo e político brasileiro. Foi duas vezes deputado federal pelo Partido dos Trabalhadores. (Nota da IHU On-Line)

cidade, desprezam qualquer conexão com o período anterior. Essa perspectiva me parece equivocada.

13 de maio de 1888 não é um divisor de águas no sentido de que os ex-escravos foram socializados em um regime escravocrata. Traziam a memória da escravidão em suas mentes e eventualmente suas marcas em suas peles. Mesmo os negros livres estavam profundamente marcados por uma sociedade cuja lógica até então era escravista, e podiam ter pais, avós, amigos, tios, irmãos, libertados pela lei Áurea. O período pós-abolição tem sua especificidade e traz novos problemas, sim. Mas não faz *tabula rasa* de experiências sociais tão arraigadas.

IHU On-Line – Você aponta uma tendência dos historiadores do pós-abolição de, em uma tentativa de apontar as mazelas do negro recém-liberto, assumirem também um discurso preconceituoso. Como isso se dá? Qual seria uma postura recomendada para o historiador que lida com um período tão marcante?

Rodrigo Weimer – Quando falei em preconceito, creio que me referia à apropriação acrítica por Florestan Fernandes das fontes senhoriais. Mas não acho que seja uma tendência dos estudos recentes. A reprodução dos queixumes senhoriais como “verdade” – de que os negros não queriam trabalhar, etc. – não resiste à crítica documental e levou, na melhor das boas intenções, de denúncia do racismo por parte dos autores da Escola Sociológica Paulista, anos 50 e 60, à construção de uma imagem estereotipada, vitimizadora, e portanto preconceituosa, da população negra: famílias desestruturadas, ausência de ética do trabalho, consumo de álcool, prostituição, mendicância, etc. O próprio aparato metodológico do bom historiador – saber criticar uma fonte, como ela foi produzida, por quem, para quê – já é uma boa recomendação para evitar determinadas armadilhas.

IHU On-Line – Na contemporaneidade ainda é possível identificar a presença de características do pós-abolição? Quais?

Rodrigo Weimer – Eu já destaquei anteriormente o racismo como

“Uma sociedade imperial com um sistema escravista em corrosão ainda é bastante diferente de uma sociedade na qual inexistente escravidão”

uma questão presente na sociedade brasileira desde então. É claro que na década de 1930 ocorreu o elogio da mestiçagem, a construção da ideia de democracia racial por parte de Gilberto Freyre. O racismo de hoje não é mais o racismo biologizante, pretensamente científico, do século XIX, mas está presente. Outra característica também em aberto do período posterior à Abolição está no acesso da população negra rural à terra. A Abolição no Brasil foi feita sem nenhum esforço pela incorporação dos libertos como pequenos proprietários. No entanto, diversas comunidades, hoje denominadas “remanescentes de quilombos”, permaneceram em territórios de ocupação tradicional, mediante diversas modalidades: doações, aquisições, posse, permanência de localidades de negros fugitivos durante o século XIX, ou um pouco de tudo isso misturado, como é o caso do quilombo do Morro Alto,⁶ aqui no Rio Grande do Sul. O fato é que temos uma questão social tremenda em relação a estas comunidades, pois elas procuram, amparadas por direitos constitucionais, efetivar a propriedade de suas territorialidades históricas. Isso atualiza e traz à tona –

⁶ **Quilombo Morro Alto:** é uma comunidade quilombola localizada no interior do município gaúcho de Osório, próximo ao litoral Norte. Em janeiro de 2013 havia cerca de 500 famílias morando em uma área de 4,3 mil hectares. (Nota da IHU On-Line)

mas não cria – inúmeros antigos conflitos fundiários.

IHU On-Line – Como é registrada a presença do negro na historiografia do Rio Grande do Sul? Existe um apagamento de sua figura?

Rodrigo Weimer – Sim. Durante muito tempo se acreditou que, por se tratar de uma província de produção pecuária durante o século XIX, a escravidão teria tido um papel secundário no Rio Grande do Sul. Afinal – se afirmava – se tivesse acesso a um cavalo, o escravo necessariamente fugiria. Portanto, não poderiam ter existido escravos na pecuária. Felizmente, novos estudos, em lugar de conjecturas, têm analisado o material empírico e encontrado uma incidência muito grande de cativos trabalhando na pecuária. Esta nova historiografia também tem tentado encontrar explicações mais sofisticadas para a permanência dos escravos nas unidades produtivas. Além disso, nem todo o Rio Grande do Sul criava gado. Na região que estudo, Conceição do Arroio, atual Osório, se produzia açúcar, que é um produto que sempre exigiu muita mão de obra escrava. Em Pelotas – e isso já se sabia anteriormente – as charqueadas aumentavam a concentração de cativos.

Quanto ao pós-abolição, o apagamento é ainda maior. Decidi dedicar meus estudos ao tema porque, participando de equipes responsáveis pela elaboração de laudos histórico-antropológicos, percebi uma lacuna imensa no que diz respeito a estudos sobre negros no Rio Grande do Sul rural no século XX. Parecia que, com raras e importantes exceções, 1888 era o limite máximo de abrangência do trabalho do historiador e, digamos, as décadas de 1970 e 1980, o limite mínimo da abordagem do antropólogo. Entre uma coisa e outra, nada. É incrível, mas até recentemente na produção acadêmica, e até hoje em livros didáticos, aparentemente é como se a população negra simplesmente tivesse desaparecido depois da chegada dos imigrantes. Acho que era essa minha preocupação, complementando a pergunta anterior, em dizer que 1888 não pode ser um divisor de águas. E esse silêncio, esse apagamento da historicidade de todo um povo ao longo

de um século eu credito ao racismo. Não um racismo intencional, mas um racismo latente. O racismo que nega a historicidade dos negros. Que afirma que ou eles são escravos, ou são uma alteridade exótica no presente. Eles não aparecem como um povo dotado de história.

IHU On-Line – Você aponta o problema do “silenciamento da cor” nos registros de negros no Brasil. Durante quanto tempo isso ocorreu e quais foram os motivos que levaram a isto?

Rodrigo Weimer – O silêncio sobre a cor foi uma conclusão de Hebe Mattos ao analisar a documentação da segunda metade do século XIX. Com isso, a autora quis dizer que em situações de igualdade formal a cor era omitida, silenciada. Isso é uma enorme dificuldade para o historiador do pós-abolição, já que dificulta a identificação dos sujeitos históricos de interesse, mas pode ser tema de reflexão. Ocorre que, por exemplo, perante um juiz, em uma situação em que todos eram admitidos e apresentados como iguais, como cidadãos, a partir de determinado momento tornou-se inconveniente apontar a “cor” dos sujeitos.

Devemos levar em conta que a generalização do uso do termo “negro” de uma forma positivada é um fenômeno histórico muito recente. Em uma sociedade escravocrata, ou recém-saída do escravismo, identificar um sujeito como “preto”, por exemplo, uma categoria de “cor” da época, era bastante ofensivo. Assim, havia necessidade de simulação de uma igualdade formal, em um momento de afirmação de determinada ideia de cidadania. Isso não quer dizer que hierarquias raciais não operassem na informalidade. De certa forma, isso ainda hoje é assim. Em situações de igualdade formal não há registro de categorias de cor, mas a hierarquização racial não deixa de estar presente. É evidente que este silêncio hoje não é radical como o foi na Primeira República. Creio que após o “elogio da mestiçagem” promovido por Gilberto Freyre, a “cor” deixou de ser um tabu tão grande. Mesmo assim, é uma informação ausente em grande parte da documentação oficial. A não ser mui-

to recentemente, quando em um contexto de ações afirmativas as pessoas se autodeclararam negras. Mas nesse caso é diferente, porque há uma discriminação positiva, e não negativa em torno destas categorias.

É claro que existiam fissuras neste silenciamento. Quando a coisa apertava, nos momentos de tensão, a igualdade formal se esvaía e as cores podiam voltar com tudo. Ou até mesmo a categoria “ex-escravo”, que fazia a vinculação explícita com o cativo, e portanto o maior estigma de todos, podia voltar. Em minha tese de doutorado, analisei um processo da primeira década do século XX no qual se tornou informação-chave para as investigações descobrir se um suspeito tinha sido escravo de grandes fazendeiros da região, que poderiam estar acobertando ele. Por esta razão, em quase todos os depoimentos esta é uma questão investigada e ressaltada. Então é na polícia, e não na justiça, que podemos encontrar maiores referências raciais, porque a igualdade formal é menor. Ainda assim, encontrei nos inquéritos policiais muitos e muitos nomes que para mim eram conhecidos pelo seu pertencimento a famílias negras e que não eram explicitados ou se explicitavam como tal. Realmente, isso acontecia apenas em situações-limite.

IHU On-Line – Para a demarcação de áreas de quilombos, é fundamental a atuação do historiador da elaboração de laudos histórico-antropológicos para validar a solicitação. Quais as principais dificuldades para a realização deste tipo de trabalho?

Rodrigo Weimer – Existem problemas de toda ordem. Podemos ter, eu não tive, mas porque fizemos um esforço coletivo para nos “afinarmos”, problemas de entrosamento entre profissionais de diferentes áreas. É um trabalho que pode envolver a possibilidade de intimidação das partes prejudicadas: fazendeiros, posseiros, etc. Podemos ter dificuldade de acesso a arquivos locais pela desconfiança que este tipo de trabalho desperta. Por exemplo, quase dez anos depois da realização do laudo de Morro Alto, eu ainda precisei de autorização judicial para pesquisar no tabelionato de Ma-

quiné para minha tese de doutorado. Temos que eventualmente lidar com faccionalismos comunitários, o que é outra dificuldade. Mas, para mim, o principal dilema é de ordem ética: se acreditamos que as comunidades podem e devem se reconhecerem, e este é o critério correto academicamente e do ponto de vista dos Direitos Humanos, por que necessitariam de nosso aval? Na legislação atual, os Relatórios Técnicos de Identificação e Delimitação supostamente não têm um papel de validação, mas na prática é isso que ocorre. No caso dos dois laudos que realizei, na primeira ocasião era uma exigência legal, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso. No segundo, foi uma medida preventiva tomada pela Fundação Cultural Palmares.⁷ Não valia mais a legislação do governo FHC, não havia sido definida ainda a legislação do governo Lula em relação aos quilombos, então a Palmares entendeu ser necessária a realização de um laudo mesmo assim, para resguardar a comunidade com informações históricas e antropológicas que pudessem ser úteis em sua demanda. Eu prefiro pensar assim. Não tenho o poder de atestar a identidade alheia, mas posso produzir trabalhos dos quais eles possam se apropriar para fundamentar demandas identitárias. Mas a apropriação que os trabalhos vão ter já está além do meu controle.

IHU On-Line – Que tipo de mudanças em dinâmicas de trabalho ou em políticas públicas você julga serem necessárias para dar prosseguimento às demarcações de povos tradicionais?

Rodrigo Weimer – Essa discussão é muito complexa e eu vou colocar apenas algumas impressões gerais relativas às comunidades quilombolas, que conheço melhor. O fato é que a Constituição Federal que assegura

⁷ **Fundação Cultural Palmares:** primeira instituição pública voltada para promoção e preservação da arte e da cultura afro-brasileira. A entidade já emitiu mais de 2.476 certificações para comunidades quilombolas em todo o Brasil. O documento reconhece os direitos das comunidades quilombolas e dá acesso aos programas sociais do Governo Federal, além de ser referência na promoção, fomento e preservação das manifestações culturais negras. (Nota da IHU On-Line)

seu direito ao território tem mais de 15 anos, e muito, muito pouco foi feito. São pouquíssimas as comunidades titularizadas desde então, e, em relação à totalidade de quilombos, também há poucas reconhecidas. Nos últimos anos, se implantou um modelo governamental de desenvolvimento econômico a qualquer custo. Então se expropriam índios para fazer hidrelétricas, se fazem vistas grossas à invasão de terras tradicionais por plantações de soja ou eucaliptos, etc. Há um pacto pela governabilidade que compromete o Governo Federal com o agronegócio e que leva a esta situação lamentável. No governo Lula⁸ ocorreu também uma distribuição indiscriminada de “certidões de autorreconhecimento” sem a efetiva titulação. E essas certidões são uma coisa louca, o governo reconhece que eles se autorreconhecem! O autorreconhecimento significa, exatamente, a ausência de necessidade de aval externo. Quando o governo atesta este autorreconhecimento, temos uma grande contradição. E essa distribuição indiscriminada de certidões só serviu para criar expectativa nas comunidades, sem a contrapartida da garantia da terra. Uma irresponsabilidade. Enquanto isso, adotam-se políticas complemen-

8 Luiz Inácio Lula da Silva [Lula] (1945): trigésimo quinto presidente da República Federativa do Brasil. É cofundador e presidente de honra do Partido dos Trabalhadores (PT). Em 1990, foi um dos fundadores e organizadores do Foro de São Paulo, que congrega parte dos movimentos políticos de esquerda da América Latina e do Caribe. Foi candidato a presidente cinco vezes: em 1989 (perdeu para Fernando Collor de Mello), em 1994 (perdeu para Fernando Henrique Cardoso) e em 1998 (novamente perdeu para Fernando Henrique Cardoso); ganhou as eleições de 2002 (derrotando José Serra) e 2006 (derrotando Geraldo Alckmin). (Nota da IHU On-Line)

“Um fenômeno que tenho constatado foi um apego dos ex-escravos às delimitações dos espaços e aos meios de produção que julgavam seus durante o período escravista”

tares, importantes, como distribuição de cestas básicas, construção de casas, eletrificação rural, etc., mas que desviam o foco da atenção do verdadeiro objetivo destas comunidades, que é a regularização fundiária.

Mas seria equivocados colocar tudo na conta dos governos mais recentes. Os governos Collor⁹,

9 Fernando Collor de Mello (1949): político, jornalista, economista, empresário e escritor brasileiro, prefeito de Maceió de 1979 a 1982, governador de Alagoas de 1987 a 1989, deputado federal de 1982 a 1986, 32º presidente do Brasil, de 1990 a 1992, e senador por Alagoas de 2007 até a atualidade. Foi o presidente mais jovem da história do Brasil e o presidente eleito por voto direto do povo, após o Regime Militar (1964-1985). Seu governo foi marcado pela implementação do Plano Collor e a abertura do mercado nacional às im-

Itamar¹⁰ e Fernando Henrique¹¹ tampouco fizeram qualquer coisa pelas comunidades tradicionais. Collor e Itamar nada fizeram para regulamentar o artigo dos atos das disposições constitucionais transitórias para viabilizar a titulação das comunidades remanescentes de quilombos. E o governo FHC o fez de uma forma extremamente restritiva: as comunidades deveriam provar ocupação territorial em 1888 e 1988, o que chamávamos de “usucapião de um século”. O fato é que o Congresso Nacional – e esta, infelizmente, se tornou uma característica do sistema político brasileiro pós-1988 – permaneceu ocupado por velhas oligarquias interessadas na manutenção do *status quo* no meio rural. Eu acho que falta compromisso político do Estado nacional com os direitos das comunidades tradicionais. Deve haver uma política de Estado, não de governo.

portações e pelo início de um programa nacional de desestatização. Seu Plano, que no início teve uma boa aceitação, acabou por aprofundar a recessão econômica, corroborada pela extinção, em 1990, de mais de 920 mil postos de trabalho e uma inflação na casa dos 1.200% ao ano; junto a isso, denúncias de corrupção política envolvendo o tesoureiro de Collor, Paulo César Farias, feitas por Pedro Collor de Mello, irmão de Fernando Collor, culminaram com um processo de impugnação de mandato (Impeachment). (Nota da IHU On-Line)

10 Itamar Franco (1930- 2011): político brasileiro, foi o 33º presidente do Brasil, entre 1992 e 1994, após o impeachment de Fernando Collor de Mello. (Nota da IHU On-Line)

11 Fernando Henrique Cardoso (1931): sociólogo, cientista político, professor universitário e político brasileiro. Foi o 34º presidente do Brasil, por dois mandatos consecutivos. Conhecido como FHC, ganhou notoriedade como ministro da Fazenda (1993-1994), com a instauração do Plano Real para combater à inflação. (Nota da IHU On-Line)

LEIA OS CADERNOS IHU
NO SITE DO IHU
WWW.IHU.UNISINOS.BR

Manoel Congo e a jornada em busca da liberdade

Vinicius de Oliveira revela os vestígios deixados pela luta do africano contra sua condição de escravo, visto que Manoel era sabedor de que sua captura ocorreria em um momento em que o tráfico entre África e Brasil era considerado ilegal

POR ANDRIOLLI COSTA E LUCIANO GALLAS

“**A** trajetória de Manoel Congo possibilita que se pense a respeito do protagonismo dos trabalhadores escravizados e as suas diversificadas formas de enfrentamento da opressão. Aos poucos vão sendo revelados homens e mulheres que elaboraram uma gama ampla e riquíssima de estratégias de sobrevivência que ora podiam ser a fuga para o quilombo ou um ataque físico em resposta à violência senhorial, mas que incluía igualmente a luta diária pela conquista da alforria, a tenaz obstinação em manter a família unida mesmo sob o manto da escravidão, a manutenção e recriação de elementos culturais referenciados em sua cultura de origem ou a luta para construir espaços de autonomia e pequenas experiências de liberdade”, pondera Vinicius Pereira de Oliveira.

O historiador pesquisou os rastros deixados pelo africano Manoel Congo no Rio Grande do Sul, particularmente em São Leopoldo, após sua captura na África, em um período em que o tráfico transatlântico de escravos já se encontrava proibido, embora o regime escravagista permanecesse em operação no Brasil Império. Sabedor de sua condição de “africano emancipado”, por várias vezes Manoel fugiu da opressão de seus algozes em busca da liberdade. Vinicius de Oliveira recontou a história do africano no livro *De Manoel*

Congo a Manoel de Paula: um africano ladino em terras meridionais (São Leopoldo: EST Edições, 2006). “Esta talvez seja a dimensão mais fantástica a que pude ter acesso sobre a vida de Manoel Congo. Por ter conhecimento, ainda na África, da ilegalidade do tráfico de escravos para aqueles oriundos do comércio transatlântico, Manoel Congo chega ao Brasil determinado a buscar sua liberdade. Isso foi relatado pelo próprio africano às autoridades estatais que o interrogaram quando da denúncia contra o Capitão Joaquim José de Paula, seu ‘senhor’ em São Leopoldo, de tê-lo reduzido de forma ilegal ao cativo”, explica o historiador.

Vinicius Pereira de Oliveira é doutor em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, mestre em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS e licenciado em História pela UFRGS. Tem experiência em pesquisa nas áreas de História do Brasil e do Rio Grande do Sul; escravidão e afrodescendência; patrimônio imaterial, memória e identidade; História Marítima e do Mundo Atlântico. Atuou em estudos para regularização de comunidades remanescentes de quilombos e leciona História nos níveis fundamental, médio e superior de ensino.

Confira a entrevista.

IHU On-Line – De que forma e a partir de quais perspectivas acompanhar a trajetória de um único indivíduo permite a produção de conteúdo historiográfico relevante?

Vinicius Pereira de Oliveira – Os estudos de trajetórias têm possibilitado problematizar o papel do indivíduo

na história, destacando o seu protagonismo como sujeito ativo, seus projetos e estratégias de vida, bem como suas escolhas frente às incertezas e limitações do dia a dia, enfim, algo que podemos chamar de política da vida cotidiana. Questões difíceis de serem percebidas em estudos cons-

truídos unicamente a partir de escalas de análise mais amplas. Em termos de estilo de escrita, o estudo de trajetórias individuais tem se demonstrado ainda uma excelente forma de construir uma narrativa mais viva, já que se consegue visualizar o construir da história através dos atos dos próprios

homens que viveram um determinado momento histórico.

Porém, apesar da centralidade conferida a um indivíduo ou a um grupo, os estudos historiográficos atuais que adotam esta perspectiva não se restringem a abordagens do fragmento ou de questões isoladas, já que buscam articular diferentes escalas de análise que deem conta de processos amplos e de múltiplos contextos. No caso da minha pesquisa sobre Manoel Congo, busquei utilizar a sua trajetória como escravizado no Brasil como um recurso narrativo para discutir questões mais amplas da sociedade em que se inseriu, uma vez que [a pesquisa] possibilitou abordar aspectos diversos, como o processo de proibição do comércio transatlântico de escravos, as estratégias paternalistas de domínio senhorial e seus limites, a presença escrava em uma área de colonização alemã, as diferentes formas de resistência protagonizadas pelas populações escravizadas, a relação entre a construção da nação brasileira e o pensamento racial em voga, entre vários outros. Foi uma excelente porta de entrada para a reconstituição do ambiente social de uma época.

IHU On-Line – Porque Manoel Congo torna-se um personagem emblemático para a história da escravidão no Brasil?

Vinicius Pereira de Oliveira – Podemos dizer que sua vida comportou uma dimensão de excepcionalidade e outra que poderíamos chamar de ordinária, comum a grande parte dos escravizados no Brasil. Talvez por isso tenha se tornado tão emblemática, já que, como acabamos de dizer, permite um amplo voo analítico sobre o nosso passado, um passado que ainda tem suas marcas sobre a nossa sociedade atual.

Em relação ao Rio Grande do Sul, particularmente, a vida de Manoel Congo propicia que se discutam mitos e visões idealizadas do nosso passado, as quais, ainda que carecendo de embasamento empírico e analítico, reproduzem-se no dia a dia nem sempre com a devida problematização. Uma destas discussões dá conta da presença de trabalho escravo nas áreas de imigração alemã. Meu estudo, assim como os dos historiadores

“Manter os ‘africanos livres’ sob tutela era uma forma de educá-los para a vida em liberdade e lhes transmitir valores que confluíssem a um padrão de conduta desejado”

Miquéias H. Mügge¹, Paulo Roberto Staudt Moreira², Eliege Alves³ e Maria Angelica Zubarán⁴, se insere num esforço de contraponto a versões que reproduzem o discurso tradicional de que os imigrantes alemães e seus descendentes, por possuírem uma moral do trabalho supostamente superior

1 Miquéias Henrique Mügge: doutorando em História Social no Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ. Mestre em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS e graduado em História pela mesma instituição. (Nota da IHU On-Line)

2 Paulo Roberto Staudt Moreira: professor adjunto da Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS. Possui mestrado e doutorado em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS e pós-doutoramento pela Universidade Federal Fluminense - UFF, além de ser graduado em História pela Unisinos, onde também exerceu o cargo de coordenador do Programa de Pós-Graduação em História entre 2010 e 2014. (Nota da IHU On-Line)

3 Eliege Moura Alves: graduada e mestre em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS. Atualmente, é professora da rede municipal de ensino de Porto Alegre/RS. (Nota da IHU On-Line)

4 Maria Angelica Zubarán: graduada em História pela Universidade Federal de Santa Maria - UFSM, mestre em Latin American History pela State University of New York, doutora em História pela mesma instituição e pós-doutora em Iconografia e Literatura de Viagem no Brasil Oitocentista pelo Birkbeck College, Londres. É professora adjunta da Universidade Luterana do Brasil - ULBRA, atuando na graduação e especialização em História e no mestrado em Educação. (Nota da IHU On-Line)

e civilizada, considerada regeneradora da negatividade associada ao trabalho manual no Brasil, não teriam sido atraídos pela propriedade escrava. Versão que postula ainda que os poucos teuto-descendentes que se tornaram senhores de escravos os tratariam com benevolência.

O que pude constatar é que os imigrantes e seus descendentes “entraram” na lógica da sociedade brasileira, na qual ter escravos era, além de uma possibilidade de ganhos econômicos, um componente de status social. Também recorreram a estratégias de dominação semelhantes às acionadas pelos senhores luso-brasileiros, nas quais a violência e a opressão eram elementos recorrentemente presentes e articulados ao paternalismo.

Mas a trajetória de Manoel Congo possibilita que se pense igualmente a respeito do protagonismo dos trabalhadores escravizados e suas diversificadas formas de enfrentamento da opressão. Se a produção acadêmica das décadas de 1950 e 1960 inaugurou uma importante perspectiva de análise que se pautava pela denúncia do caráter intrinsecamente violento do passado escravista brasileiro (em contraponto ao mito da democracia racial freyriana), a nova historiografia social da escravidão tem proposto, desde a década de 1980, a ampliação na percepção da noção de resistência escrava. Aos poucos vão sendo revelados homens e mulheres que elaboraram uma gama ampla e riquíssima de estratégias de sobrevivência que ora podiam ser a fuga para o quilombo ou um ataque físico em resposta à violência senhorial, mas que incluía igualmente a luta diária pela conquista da alforria, a tenaz obstinação em manter a família unida mesmo sob o manto da escravidão, a manutenção e recriação de elementos culturais referenciados em sua cultura de origem ou a luta para construir espaços de autonomia e pequenas experiências de liberdade. São estratégias que, mesmo não rompendo diretamente com o sistema escravista, certamente fizeram diferença em suas vivências. E isso não pode ser subestimado pelo olhar de quem hoje, distante, olha para o passado a partir de seu gabinete acadêmico.

IHU On-Line – Manoel Congo é traficado ao Brasil em 1852, dois anos após a proibição do tráfico de negros no país. Quais contextos levaram a esta proibição? Ela se dava apenas na letra da lei ou realmente houve esforços para coibir o tráfico de escravos?

Vinicius Pereira de Oliveira – A chegada de Manoel Congo ao Brasil está relacionada com a proibição definitiva do tráfico internacional de escravos para o Brasil, efetivada em 1850 pela Lei Euzébio de Queirós.⁵ Mas, na realidade, a primeira lei antitráfico posta em vigor no Brasil data de 1831, resultado do tratado assinado em 1826 com a Grã-Bretanha e pelo qual o comércio de escravos com a África seria posto na ilegalidade para os súditos brasileiros ao fim de três anos, a contar da ratificação do documento pelos ingleses, ocorrida em 1827. A partir de então, os africanos introduzidos em território nacional seriam considerados como integrantes da categoria jurídica “africanos livres” ou “emancipados”.

A promulgação destas leis e tratados antitráfico foi produto de um longo processo em que diferentes atores e questões se faziam presentes. Por um lado, a Grã-Bretanha efetuava pressão desde a década de 1810 sobre Portugal e, após 1822, sobre o já independente Brasil, no sentido de estabelecer tratados e acordos prevendo o fim do comércio de escravos com a África. Para além das razões humanitárias e ideológicas – a crença europeia numa necessária evolução histórica, o renascido zelo pela catequese cristã e o prestígio da teoria da liberdade de comércio –, a potência europeia objetivava, ao coibir o tráfico de escravos, neutralizar as vantagens do acesso à mão de obra

⁵ **Lei Euzébio de Queirós:** legislação brasileira do Segundo Reinado, que proibiu o tráfico interatlântico de escravos. Foi aprovada em 4 de setembro de 1850, principalmente devido à pressão da Inglaterra, materializada pela aplicação unilateral, por aquele país, do chamado “Bill Aberdeen”. Por essa razão, no Brasil, o Partido Conservador, então no poder, passou a defender, no Poder Legislativo, o fim do tráfico negreiro. À frente dessa defesa esteve o ministro Euzébio de Queirós, que insistiu na necessidade de o país tomar por si só a decisão de colocar fim ao tráfico, preservando a imagem de nação soberana. (Nota da IHU On-Line)

“Quando finalmente atingissem a liberdade, estes africanos não estariam à margem de estruturas de poder que os sujeitassem, pois teriam criado laços de dependência com seus tutores”

cativa que os plantadores de açúcar de Cuba e Brasil possuíam em relação às Antilhas Britânicas, onde o tráfico fora abolido em 1807, além de enfraquecer as elites africanas envolvidas com tal atividade para assim facilitar o fortalecimento de sua posição comercial no continente.

Fatores internos devem ser também considerados para que se captem as diferentes questões que se colocavam para os heterogêneos interesses dos grupos dirigentes brasileiros. Em um país majoritariamente negro e mestiço, as elites da primeira metade do século XIX viam-se frente ao problema da construção de um modelo de nação desejado (entenda-se europeizado) e, neste sentido, preocupavam-se com as dificuldades impostas pela composição heterogênea do povo e pelos “males” advindos da disparidade entre as “raças”. Uma das questões colocadas era o tipo de povo ideal, capaz de promover o progresso da nação, e neste sentido temia-se o perigo representado pela presença de grandes contingentes de africanos na sociedade, vistos por muitos como difusores de uma cultura inferior e selvagem, degeneradora da moral e dos

bons costumes. Somava-se, ainda, aos anseios das elites, o medo de levantes e revoltas escravas, situação especialmente potencializada após a Revolta dos Males⁶ de 1835, na Bahia, a qual tornava muito próximo o espectro da Revolução Haitiana,⁷ quando negros insurgiram-se e, após 10 anos de luta, acabaram com a dominação colonial na região.

Cabe ressaltar que, na primeira metade do século XIX, a proibição do comércio negreiro internacional não necessariamente objetivava, aos olhos dos grupos dominantes nacionais, a eliminação do regime de trabalho servil no Brasil.

A efetividade destas leis e tratados é uma discussão interessante. A lei de 1831 foi rotulada como sendo “para inglês ver”, pois não teria se efetivado, e a proibição do tráfico teria apenas se dado em 1850. Bem, sabe-se pelas investigações mais recentes que, ao menos nos primeiros anos de sua vigência, parecia haver um clima propício à proibição do tráfico (aumento das perseguições a navios negreiros pelos cruzeiros ingleses, ascensão de um ministério liberal favorável ao término da atividade) e, neste contexto, a lei serviu para a repressão ao tráfico ilegal. Mas, no período da conturbada consolidação do Estado imperial brasileiro, a confluência dos interesses de senhores e traficantes brasileiros e das elites africanas na continuidade do lucrativo comércio de escravos encontrou, na alteração da conjuntura política em 1837-38 (regresso conservador), um ambiente favorável para a retomada da prática. Foi apenas em 1850 que o comércio de escravos da África para o Brasil entrou efetivamente para a clandestini-

⁶ **Revolta dos Malês:** mobilização de escravos de origem islâmica ocorrida entre 25 e 27 de janeiro de 1835 na cidade de Salvador, capital da então Província da Bahia. (Nota da IHU On-Line)

⁷ **Revolução Haitiana (1791-1804):** também conhecida por Revolta de São Domingos, foi o período de conflitos na colônia de Saint-Domingue, os quais levaram à eliminação da escravidão e à independência do Haiti, que se tornava a primeira república governada por pessoas de ascendência africana. Apesar das centenas de rebeliões ocorridas no “Novo Mundo” durante os séculos de escravidão, apenas a revolta de Saint-Domingue obteve sucesso em alcançar a independência permanente. (Nota da IHU On-Line)

dade e que ocorrem diversos registros de apreensões de navios negreiros e de desembarques ilegais ao longo do litoral nacional.

IHU On-Line – Um dos destinos de Manoel foi a região de São Leopoldo, no Rio Grande do Sul. Qual a importância do Estado (e desta região) para o contexto do comércio e trabalho escravos no país?

Vinicius Pereira de Oliveira – O Rio Grande do Sul era uma das principais províncias escravistas do Brasil. Só para se ter uma ideia, em 1874, quando o tráfico interprovincial de escravos já havia drenado parte da mão de obra escrava do Sul em direção às regiões economicamente mais prósperas do Sudeste, a província era a terceira com maior proporção de escravos em sua população. Os dados são inquestionáveis quanto à importância estrutural do trabalhador escravizado na construção econômica e social do Estado.

Quanto a São Leopoldo, apesar da posse de escravos não ter se constituído como a relação de trabalho predominante na região, teve uma difusão bastante considerável para ser omitida ou desconsiderada como objeto de estudo pela disciplina História. Isso porque cada vez mais estudos têm se preocupado em estudar áreas tradicionalmente não vistas como escravistas, e assim possibilitado perceber que os escravizados estavam presentes em todos os poros da sociedade brasileira, desempenhando uma diversidade de atividades urbanas e rurais, inclusive uma gama ampla delas extremamente especializadas. Era comum a presença de escravizados trabalhando como pedreiros, sapateiros, marceneiros, tipógrafos, marinheiros, calafates, costureiras, charqueadores, tropeiros, peões, campeiros, lavradores e outras muitas.

É importante ressaltar isso, pois o desconhecimento ou a omissão desta especialização técnica dos escravos incidiu na forma como seus descendentes foram vistos no pós-1888. Muito já se falou que a situação de desigualdade das populações afrodescendentes no Brasil após o fim do regime escravista se deveu ao fato de que estes trabalhadores não

estariam preparados para enfrentar o mundo do trabalho. Mas como? Eles desempenhavam quase todo o tipo de atividade que podemos imaginar. O que nem sempre se fala é que inexistiram o que hoje chamaríamos de políticas públicas de inserção social destes grupos originários do cativo, tal como a distribuição de terras, para que nelas trabalhassem aos moldes do que foi feito com os imigrantes europeus em muitas áreas do sul do Brasil. De trabalhadores fundamentais ao desenvolvimento do país, enquanto escravizados, os afrodescendentes passaram a ser vistos por setores da elite que pensava a nação como obstáculos à construção do país. Isso traz à tona a dimensão política ou ideológica, como quisermos chamar, de certas afirmações sobre a questão afrodescendente feitas até os dias de hoje, muitas vezes carregadas de concepções morais com funestas implicações.

IHU On-Line – Traficado e escravizado mesmo sendo um homem livre, Manoel planejou fugir de seu “senhor” e entregar-se às autoridades na tentativa de enquadrar-se como “africano livre”. Em que consistia essa figura no Brasil do século XIX?

Vinicius Pereira de Oliveira – Esta talvez seja a dimensão mais fantástica a que pude ter acesso sobre a vida de Manoel Congo. Por ter conhecimento, ainda na África, da ilegalidade do tráfico de escravos para aqueles oriundos do comércio transatlântico, Manoel Congo chega ao Brasil determinado a buscar sua liberdade. Isso foi relatado pelo próprio africano às autoridades estatais que o interrogaram quando da denúncia contra o Capitão Joaquim José de Paula⁸, seu “senhor” em São Leopoldo, de tê-lo reduzido de forma ilegal ao cativo. Os africanos introduzidos em território nacional posteriormente à proibição do tráfico em 1831, caso apreendidos pelas

⁸ Capitão José Joaquim de Paula: comandante da 4ª Seção de Infantaria de São Leopoldo, proprietário de uma pedreira localizada no limite territorial entre os municípios de São Leopoldo e Gravataí, na localidade hoje conhecida como Morro do Paula, filho do português Joaquim José de Paula. (Nota da IHU On-Line)

autoridades, eram considerados “africanos livres” ou “emancipados”. Esta categoria jurídica era intermediária entre a escravidão e a liberdade, uma vez que os africanos apreendidos por tráfico ilegal não seriam nem postos em liberdade imediatamente, nem remetidos de volta à África, mas sim deveriam trabalhar um determinado número de anos para o estado ou para concessionários particulares.

É interessante problematizar os motivos que levaram o estado brasileiro a negar a plena liberdade aos africanos nesta condição, mesmo que reconhecesse a ilegalidade do seu processo de escravização. Colocá-los em liberdade imediata, pela ótica do estado, não era cogitado pelo temor frente ao perigo representado por grandes contingentes de africanos *não assimilados* vivendo em liberdade. Mantê-los sob tutela era uma forma de educá-los para a vida em liberdade e lhes transmitir valores (seja morais, laborais ou religiosos) que confluíssem a um padrão de conduta desejado, ao mesmo tempo em que permaneceriam sob a vigilância senhorial. Acima de tudo, o estado procurou criar este período de “aprendizado” antes de emancipar os africanos livres, quando seriam então “preparados” para a vida em liberdade e transformados em trabalhadores “disciplinados”, para que não comprometessem o projeto de uma nação “harmônica”, evitando comportamentos indesejados pela elite, tais como o alcoolismo, as desordens sociais, a “indolência” e “imoralidades”. Ao mesmo tempo, quando finalmente atingissem a liberdade, estes africanos não estariam à margem de estruturas de poder que os sujeitassem, pois teriam criado laços de dependência com seus tutores. Evidentemente tratava-se de uma postura não imune ao ideário racial vigente à época e que via as culturas oriundas do continente africano como inferiores e como obstáculos à consolidação dos projetos de nação almejados por uma elite.

IHU On-Line – Seu livro é intitulado “De Manoel Congo a Manoel de Paula: um africano ladino em terras meridionais”. Em que consistia o adjetivo “ladino” dirigido a Manoel? Quais as origens deste termo?

Vinicius Pereira de Oliveira – Ladino era o termo utilizado pela sociedade escravista lusitana para designar aqueles escravos africanos já falantes da língua portuguesa e adaptados à vida em cativeiro e ao seu universo cultural. A expressão era ainda utilizada, à época, para se referir a cativos vistos como espertos e trapaceiros justamente por dominarem os códigos e os meandros das formas de dominação e controle, e que por isso poderiam ser dissimulados e perigosos. Mas no livro adotamos o termo em sua primeira acepção, a de africanos adaptados.

No interrogatório prestado por Manoel Congo, o próprio africano nos informa ter fugido por diversas vezes com a intenção de se apresentar às autoridades por saber, desde a África, da ilegalidade de seu cativeiro. E afirma que possuía este conhecimento por já ser, desde a sua terra de origem, “meio ladino”. Esta afirmação de que era “meio ladino” já na África foi algo fantástico e ao mesmo tempo surpreendente e que nos remeteu à discussão sobre a dimensão atlântica do universo colonial luso-brasileiro. De alguma forma que os documentos não aludem, Manoel já se relacionava com o universo lusitano atlântico quando ainda vivia no Congo, e sua história nos despertou o olhar para o fato de que devemos atentar não apenas para a dimensão econômica do mundo atlântico, mas igualmente pensar que juntamente com mercadorias circulavam ideias e informações.

IHU On-Line – Ao acompanhar a trajetória de Manoel, é impossível não remeter à história do livro e filme *12 anos de Escravidão*⁹, vencedor de diversos prêmios em 2014. Quais as principais diferenças e proximidades entre as práticas escravocratas no Brasil e nos Estados Unidos?

Vinicius Pereira de Oliveira – Sem dúvida, ao ver este filme me recordei da história de Manoel Congo e de muitos outros africanos no

⁹ Livro *12 Anos de Escravidão*, de Solomon Northup (São Paulo: Seoman, 2014), cuja versão para o cinema foi dirigida por Steve McQueen (*12 Years a Slave*. Estados Unidos, Reino Unido. Drama, 2013, cor, 134 min). (Nota da IHU On-Line)

“O Rio Grande do Sul era uma das principais províncias escravistas do Brasil. Para se ter uma ideia, em 1874, a província era a terceira com maior proporção de escravos em sua população”

Brasil Imperial. Diversos estudos de outros historiadores, como os de Jônatas Caratti¹⁰, Rafael Lima¹¹ e Keila Grinberg¹², têm analisado a vida de muitos outros africanos ilegalmente escravizados no Brasil meridional.

¹⁰ **Jônatas Marques Caratti**: professor substituto de História do Brasil na Universidade Federal do Pampa - UNIPAMPA. Doutorando em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, com pesquisa sobre a história do esporte em Porto Alegre e a inserção dos negros no boxe gaúcho. É mestre em História Latino-Americana pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS e licenciado em História pelo Centro Universitário La Salle. (Nota da IHU On-Line)

¹¹ **Rafael Peter de Lima**: graduado em Licenciatura e Bacharelado em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, especialista em Estudos Africanos e Afro-brasileiros pelo Centro Universitário La Salle, mestre em História pela UFRGS com a dissertação: *A Nefanda Pirataria de Carne Humana: escravizações ilegais e relações políticas na fronteira do Brasil meridional (1851-1868)* e doutorando em História pela mesma instituição. É professor de História no Instituto Federal Sul-rio-grandense (IFSul), campus Bagé/RS.

¹² **Keila Grinberg**: doutora em História do Brasil pela Universidade Federal Fluminense - UFF, professora associada do Departamento de História da Universida-

Já o debate comparativo sobre o escravismo no Brasil e nos EUA é um tema complexo e que remete aos estudos publicados na década de 1940 pelo norte-americano Frank Tannenbaum¹³, nos quais é discutido o papel das diferenças em termos de legislação e de religião na definição de peculiaridades dos regimes escravistas nos Estados Unidos e na América Latina, bem como sobre a possível incidência destas diferenças nas formas de tratamento dos escravizados e no acesso à alforria em cada uma das regiões. Bem, muita água passou por debaixo da ponte e o debate é longo e controverso. Mas eu acho importante pensar também nas similitudes e recorrências entre as sociedades escravistas das Américas. As formas de transformação de homens livres em escravizados eram semelhantes, bem como a lógica econômica de sua existência nas Américas. Nos dias de hoje ninguém mais questiona o fato de que a escravidão moderna foi essencialmente violenta, indiferente de onde ela tenha ocorrido. Por fim, as questões raciais decorrentes do regime escravista e de suas justificativas ideológicas perpetuaram seu legado até hoje, possibilitando que se pensem aproximações de demandas contemporâneas das populações afro-descendentes em um e outro país, demandas embasadas em noções de reparação histórica referenciadas em mazelas geradas por passados escravistas e racistas mais semelhantes do que se imagina.

de Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO. Possui pós-doutorado pela Universidade de Michigan. Foi professora visitante na Northwestern University. Entre seus principais livros, estão *Liberata: a lei da ambiguidade* (Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994), *O Feador dos Brasileiros: escravidão, cidadania e direito civil no tempo de Antonio Pereira Rebouças* (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002) e *Slavery, Freedom and the Law in the Americas*, com Sue Peabody (Boston/New York: Bedford Books, 2007). (Nota da IHU On-Line)

¹³ **Frank Tannenbaum** (1893-1969): historiador, sociólogo e criminologista austríaco-estadunidense. (Nota da IHU On-Line)

As dinâmicas de mestiçagem e a distinção social na Ibero-América

O historiador Eduardo França Paiva retoma os usos do conceito de mestiço nos séculos XVI e XVIII para explorar as dinâmicas de mestiçagem que ainda hoje marcam essa sociedade

POR ANDRIOLLI COSTA

A mestiçagem é parte integrante da formação sociocultural do povo brasileiro. O termo/conceito não se refere apenas à esfera biológica, mas aos próprios processos de intercâmbio, apropriações e reapropriações de práticas culturais, vivências e modos de sentir, pensar e agir. No entanto, ainda que Gilberto Freyre tenha promovido uma valorização da figura do mestiço, o pesquisador Eduardo França Paiva chama atenção para um detalhe: “As mestiçagens não existem para misturar todos e criar um só, não são o somatório de três raças que leva a uma quarta, que é o brasileiro”, esclarece. “Historicamente falando, os processos de mestiçagens servem para diferenciar, para distinguir uns dos outros.”

O pesquisador ressalta que a mestiçagem não elimina as relações de poder. Em seus estudos, que envolvem a Ibero-América nos séculos XVI a XVIII, Paiva identificou centenas de palavras de um “léxico mestiço” utilizadas para definir, classificar e hierarquizar grupos sociais e/ou indivíduos. As palavras “definiam quem era ‘mais qualificado’ e ‘menos qualificado’” em contexto ibero-americano, no qual a pureza de sangue teve grande importância.

Nesta entrevista, concedida por telefone à **IHU On-Line**, Paiva ressalta que a discussão de mestiçagem não se refere ao geneticismo, à eugenia ou ao racionalismo. É sim pensar na

influência de agentes mestiços e não mestiços, mas inseridos neste contexto de hibridização, e que atuaram historicamente para a formação de nossa sociedade. Para o pesquisador, “pensar as mestiçagens é também pensar as formas de trabalho nas quais mestiços e não mestiços estiveram envolvidos”. E falar sobre o mundo do trabalho, na América dos séculos XVI, XVII e XVIII, é falar em formas de trabalho compulsório – uma marca indelével na historiografia brasileira.

Eduardo França Paiva possui graduação e mestrado em História pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG e doutorado em História Social pela Universidade de São Paulo, com estudos pós-doutorais na Escuela de Estudios Hispano-Americanos/CSIC, Sevilla, e na École des Hautes Études en Sciences Sociales – EHESS, Paris. Atualmente é professor associado da UFMG e diretor do Centro de Estudos sobre a Presença Africana no Mundo Moderno – CEPAMM-UFMG. É autor, entre outros, de *Escravos e libertos nas Minas Gerais do século XVIII; estratégias de resistência através dos testamentos* (São Paulo: Annablume, 2009) e de *O ouro e as transformações na sociedade colonial; produção, abastecimento e comércio nas Minas Gerais* (São Paulo: Saraiva, 2008).

Confira a entrevista.

IHU On-Line – Atualmente, qual o conceito de “mestiço” com o qual você trabalha?

Eduardo França Paiva – Eu faço meu papel de historiador. Vou buscar nas fontes antigas os usos do termo e os significados atribuídos a eles entre

os séculos XVI e XVIII. Esse é o meu enfoque. Há uma precisão muito importante nos meus estudos e para todos os especialistas de que “mestiço” não é um conceito que se opera a partir do presente para ser apresentado a um passado que o desconheceu. Ao

contrário, “mestiço” é um conceito do passado, operado no passado – mesmo que ainda hoje se apresente, com variações ao longo do tempo. Há algumas indicações de que este conceito aparece em torno do século XIII na Europa, na península ibérica ou na

península itálica, chegando talvez até a França. Essas regiões de línguas latinas conhecem o termo/conceito desde este período, ainda que ele seja pouco empregado até o final do século XV.

A partir de então, com a chegada dos ibéricos ao Novo Mundo (a América), este termo/conceito é trazido e empregado já pelos primeiros espanhóis. Na virada do século XV para o XVI ele passa a ser utilizado, primeiramente, para designar os filhos de espanhóis com índias. Esses eram os mestiços na América espanhola, mas mais tarde o conceito será empregado em toda extensão desse Novo Mundo – a bem dizer, dos atuais Estados Unidos até o sul da América do Sul. Desta forma, o termo acaba se “americanizando” a partir do final do século XV.

No caso da América portuguesa, nos primeiros momentos, o termo “mestiço” não aparece, mas existiu outro muito particular: “mameluco”. “Mestiço”, “mameluco” e até mesmo um terceiro termo, “bastardo”, tinham o mesmo significado. Em torno desses conceitos é que eu e os pesquisadores que integram os grupos de pesquisa que coordeno estamos trabalhando, pretendendo compreender, inclusive, esse processo de mestiçagem que vai marcar tão profundamente as realidades das sociedades americanas até hoje.

IHU On-Line – Quando se fala em mestiçagem, na História, fala-se somente da questão étnica?

Eduardo França Paiva – Esta é outra questão que merece alguma precisão. “Mestiçagem” é um conceito posterior ao período que geralmente abordamos. É muito provável que ele tenha aparecido no século XIX. Até então, os termos mais ou menos sinônimos, empregados com frequência, eram “mistura” e “mescla”. Mestiçagem, portanto, é um conceito que usamos hoje, mas que sabemos que não está presente nesse período que vai até o final do século XVIII. Como conceito, ele é empregado legitimamente, como qualquer outro em nossa área de conhecimento, mas é um detalhe importante a ser esclarecido.

Não estamos falando de geneticismo nem de eugenia, conceitos, práticas e políticas que a partir do século XIX estabelecem uma hierarquia de raças e culturas, na qual as superiores são as

puras e brancas. Também não se trata do racismo, que não apenas diferenciava e hierarquizava os diversos tipos humanos, mas associava as raças degeneradas às misturas genéticas ocorridas, corroborando as teorias evolucionistas e decretando o futuro menos civilizado das sociedades miscigenadas.

As mestiçagens que estudamos nos grupos de pesquisa são os processos de mesclas biológico-culturais associadas a formas de viver e de pensar, a conhecimentos e técnicas, ao trabalho e ao mundo material, ao cotidiano, a representações e imagens, a sentimentos e medos, a relações de poder, a conflitos e negociações, etc. Tudo isso é constituído em ambientes culturalmente mestiços, historicamente falando. Quando falo em mestiçagens, refiro-me a esse processo que ocorre ao longo da história, não apenas na América, mas marcadamente a partir da América, que é o nosso foco de estudos.

IHU On-Line – Ainda nesse processo de mestiçagem, é correto pensar em culturas hegemônicas? Isto é, no contato histórico do europeu com o indígena, mesmo existindo este intercâmbio de características, ele ganha ou influencia mais estas culturas?

Eduardo França Paiva – Esta é uma questão complexa de se trabalhar. Isso vai depender do período, do tempo e do espaço, mas é claro que quando se pensa em mestiçagens, não se ignoram as relações de poder. Elas existem o tempo todo. As mestiçagens não existem para misturar todos e criar um só, não são o somatório de três raças que leva a uma quarta, que é o brasileiro. Historicamente falando, os processos de mestiçagens servem para diferenciar, para distinguir uns dos outros. Não se trata de um conceito que vai se sobrepor às relações de poder cotidianas, institucionais, ou que busca homogeneizar os diferentes, mas de um conceito que é historicamente usado para distinguir grupos e indivíduos e hierarquizá-los. Claro que temos aí a formação de um conjunto cromático, isto é, variados tons de cor de pele – cujas definições e nomeações podiam ser modificadas, dependendo de quem as visse, as registrasse e as identificasse, de como

isso era feito e com que intenção se fazia. Mas temos, também, talvez mais intensamente empregadas por toda a população, uma grande quantidade de “qualidades”, marcadores que definiam os indivíduos e os grupos.

As principais “qualidades”, nesse contexto americano, eram: índio, branco, preto, negro, mestiço, crioulo, cabra, mulato, pardo, mameluco, caboclo e *zambo*. Eram categorias que diferenciavam, classificavam e hierarquizavam grupos sociais e/ou indivíduos. Ou seja, definiam quem era “mais qualificado” e “menos qualificado”, isto é, qual a “qualidade” mais valorizada em contexto ibero-americano, no qual a pureza de sangue teve grande importância, mas teve, ao longo do tempo, seu peso carcomido pelas intensas mesclas biológico-culturais.

Pureza de sangue

Ao menos teoricamente, aos “puros de sangue” ou “homens bons” estavam destinados os cargos principais da administração. Na prática, quando o historiador vai ao arquivo e “mergulha” na documentação, percebe-se a existência de muita variação em torno dessas questões. As práticas de mestiçagens, portanto, não tornam todo esse contexto apolítico ou sem relações de poder. Ao contrário. Já o conceito “mestiçagem” pode nos ajudar a ver mais claramente como, de cima para baixo e de baixo para cima, estas relações de poder foram gestadas e manipuladas pelas pessoas. Desde os livres e brancos até os escravos (a condição jurídica mais básica), os libertos, os mestiços (os impuros de sangue), todos operaram as categorias de mestiçagens, todos se distinguiram e distinguiram o “outro”. Um pardo jamais aceitaria, *a priori*, ser confundido com um negro, nem um mulato com um crioulo. Estas situações estavam dadas e eram, inclusive, legitimadas por essas pessoas.

A distinção era a regra nesta sociedade. Ao contrário do que se propôs durante muito tempo, a ideia de igualdade dos homens começa a vingar, efetivamente, apenas a partir do final do século XVIII. Mesmo assim, essas sociedades não se tornaram a partir desse momento iguais, livres e fraternas. Elas foram construídas sob a ideia de distinção natural entre os grupos sociais e entre os indivíduos.

As mestiçagens foram muito úteis a estes princípios, embora fomentassem, ao mesmo tempo, mobilidade social e sociabilidades e dinamizassem a economia e as culturas. Elas eram ferramentas, instrumentos, a partir dos quais as pessoas construíram seu complexo cotidiano, incluídas aí as relações de poder.

IHU On-Line – Mais do que pensar em mestiçagem, você propõe “dinâmicas de mestiçagens”. O que esta proposta indica? Em que ela difere da visão anterior?

Eduardo França Paiva – A grande questão, quando se trabalha neste contexto do século XV ao XVIII, é compreender como sociedades que se conformam historicamente em torno de mestiçagens biológicas e culturais compreendiam e integravam agentes históricos que não se viam nem eram vistos ou definidos como mestiços. E eram agentes históricos muito ativos, fundamentais mesmo, para a formação dessas sociedades. Eu estou me referindo aos índios, aos brancos, aos negros, aos pretos e aos crioulos. Assim, estamos falando de sociedades que até hoje são profundamente marcadas por esses traços históricos mestiços, mas que contaram, o tempo todo, com a forte presença de agentes históricos que não se enquadravam no conceito de mestiço, como expliquei na resposta da primeira pergunta. Como entender, enfim, a formação de sociedades mestiças a partir de agentes não mestiços?

Propor o conceito de “dinâmicas de mestiçagens” significa partir de um conceito contemporâneo e historiográfico para estudar e compreender os processos de mestiçagens e não apenas os produtos mestiços, inclusive os humanos e culturais. O foco, portanto, recai muito mais intensamente sobre estes processos, que foram constituídos a partir da ação de agentes históricos, incluindo os não mestiços, que produziram dinâmicas sociais e culturais mestiças fundadoras dessas sociedades. Neste sentido, o conceito não exclui, ao contrário, abarca outros conceitos importantes e aparentemente contraditórios, como, por exemplo, sobreposições, coexistências, impermeabilidades e purezas biológicas e culturais, tão presentes nas dimensões históricas dos discursos e do imaginário.

IHU On-Line – Quais são as características do léxico mestiço?

Eduardo França Paiva – Esse processo de mestiçagem gera mecanismos de tradução de significados. O que quero dizer com isso? Que foi preciso ter palavras, às quais se atribuiu significados, que explicassem o que estava ocorrendo. Assim, o léxico histórico das mestiçagens demonstra exatamente que todos esses agentes, não de forma isonômica, lançaram mão dos termos. De um lado eu trabalhei com cinco grandes e principais categorias de distinção dos grupos e dos indivíduos. Não são categorias que eu estou propondo, mas que existiram, foram operadas historicamente e estão na documentação que pesquisei sobre o Brasil, a América espanhola e a Península Ibérica. São elas: a) Qualidade, b) Condição jurídica, c) Nação, d) Raça, e) Cor.

Essas categorias fazem parte desse léxico que foi compartilhado por gente de todas as “qualidades” e “condições”, ainda que os significados tenham variado no tempo e no espaço. Dentro delas existiam muitas subcategorias, algumas das quais eu escolhi para trabalhar, por me parecem esclarecer melhor o processo histórico que eu focava. Então, dentro de “qualidade”, como já expliquei, existiam *índio*, *branco*, *negro*, *cabra* e por aí vai. As condições jurídicas eram *livre*, *escravo* e *liberto* (ou *forro*). Depois temos a cor. Quais eram as cores? Como elas eram utilizadas? Ao longo da pesquisa ficou claro para mim que nós historiadores, hoje, muitas vezes lemos documentos e fazemos confusões que os antigos não faziam. Muitas vezes, por exemplo, chamamos de “cor” aquilo que era uma “qualidade”, porque a cor da pele não era o único marcador que as pessoas se importavam. O pardo era muito mais uma “qualidade”, ou seja, tinha um significado mais social e cultural do que biológico (a cor da pele), e assim por diante.

Desde muito cedo este léxico retomou termos antigos, mas que acabaram se “americanizando” e, ao longo do tempo, o léxico que se (re)conformava na América acabava retornando à Europa, inclusive marcando as formas que os europeus passavam a explicar os americanos e a se explicarem. Eu não organizei o léxico. Não

tenho nem competência linguística e filológica para fazer isso. Eu apenas o indiquei, buscando termos/conceitos na história para mostrar a existência de um léxico falado e compartilhado na Ibero-América, entre os séculos XVI e XVIII, malgrado as muitas diferenças existentes de uma região para outra, de um período para outro. Ao final da minha pesquisa, com a ajuda de alunos e colegas brasileiros e estrangeiros, arrolei quase 400 termos de identificação, principalmente os empregados há vários séculos, organizando-os em um anexo; são termos/conceitos que durante todo o período abordado identificaram, hierarquizaram e distinguiram pessoas e os grupos sociais aos quais pertenciam.

IHU On-Line – Qual a importância do trabalho mestiço no Brasil? De que forma a escravidão e formas de trabalho compulsório foram seus impulsionadores?

Eduardo França Paiva – Não é algo exclusivo da história do Brasil, mas ocorreu em toda a Ibero-América. A ideia é que esse léxico e essas dinâmicas de mestiçagem tenham se desenvolvido desde muito cedo, associados ao trabalho e às formas de explorá-lo. Isto parece ter sido o motor de todo este processo. E falar sobre o mundo do trabalho, na América dos séculos XVI, XVII e XVIII, é falar em formas de trabalho compulsório, que não se restringiram à escravidão. A servidão também é um tipo de trabalho compulsório ao qual foram submetidos muitos índios e muitos mestiços. A proposta, então, era mostrar que desde o início toda esta história acaba se conformando em torno das formas de trabalho, dos tipos de trabalhador e dos tipos de trabalho executados e de todas as variações que isso produziu. As “dinâmicas de mestiçagens” são um conceito, mas também são práticas que se deram ao longo desse período e que nos permitem pensar sobre como esse mundo do trabalho se constitui e sobre o impacto impressionante produzido neste Novo Mundo, moldando, desde então, as realidades das quais somos herdeiros. Pensar as mestiçagens é também pensar as formas de trabalho nas quais mestiços e não mestiços estiveram envolvidos.

As particularidades da história construída em cada aldeia

“Os grandes processos são cheios de especificidades e localismos. A história social, hoje, tem valorizado quaisquer indícios de experiência humana”, avaliam Paulo Moreira e Maria Cristina Martins

POR ANDRIOLLI COSTA E LUCIANO GALLAS

Na micro-história, “o que ocorre é uma redução da escala de observação, uma espécie de zoom (como numa máquina fotográfica), que provoca uma aproximação com o objeto de análise. Esta aproximação ou redução da escala de observação permite uma descrição mais densa do que se pretende entender, e daí denuncia-se a influência recebida da antropologia e de sua descrição etnográfica. Nada mais errado do que dizer que a micro-história ‘olha a história através do buraco da fechadura’, ou seja, só se interessa pelo detalhe, pelo ínfimo por ele mesmo. Assim como os antropólogos, para os micro-historiadores ‘o lócus do estudo não é o objeto do estudo’, ou seja, não se pretende estudar as aldeias, mas nas aldeias. Parte-se de um problema amplo de análise e opta-se por resolvê-lo em uma investigação pontual, que permite inclusive um cruzamento de fontes diversas. Na execução desta investigação, acaba-se, certamente, testando explicações macro já existentes, que nunca contemplaram variações específicas, locais. Aqueles que fizeram a graduação na década de 1980 lembrarão que os trabalhos de conclusão versavam sobre temas macro, como a implantação do modo de produção capitalista no Brasil ou na América latina. Eram visões baseadas em perspectivas macroestruturais (um tanto megalomaniacas) e que acabavam trazendo poucas variações ao que já se sabia. Nos últimos anos, os alunos têm investigado instituições hospitalares, cemitérios, trajetórias individuais, e com esta redução da escala de observa-

ção têm percebido que os grandes processos são cheios de especificidades e localismos. A história social, hoje, tem valorizado quaisquer indícios de experiência humana. Como escreveu o historiador Marc Bloch: ‘O historiador é como o ogro da lenda. Onde fareja carne humana sabe que ali está a sua caça’”, declaram Paulo Moreira e Maria Cristina Martins nesta entrevista conjunta concedida por e-mail à **IHU On-Line**.

Paulo Roberto Staudt Moreira é professor adjunto da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS. Possui mestrado e doutorado em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS e pós-doutoramento pela Universidade Federal Fluminense – UFF, além de ser graduado em História pela Unisinos, onde também exerceu o cargo de coordenador do Programa de Pós-graduação em História entre 2010 e 2014.

Maria Cristina Bohn Martins é coordenadora do grupo de pesquisas Jesuítas nas Américas e membro do grupo de pesquisas História das Américas: fontes e historiografia. Possui licenciatura plena em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, instituição pela qual também obteve o mestrado em História da Ibero-América. É doutora em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS. Atualmente, é professora titular da Unisinos, vinculada ao curso de graduação em História e ao Programa de Pós-Graduação em História da universidade.

Confira a entrevista.

IHU On-Line – O que é a micro-história? Como ela se articula com a perspectiva da “História vista de Baixo”?

Paulo Moreira & Maria Cristina Martins – A micro-história não é propriamente uma escola historiográfica, mas uma das respostas dadas pela

história para as crises políticas, ecológicas e teóricas sofridas no final da década de 1970. A crise do marxismo estruturalista, o desmoronamento dos

países do Leste Europeu, os ventos fragmentadores da pós-modernidade, o esgotamento do investimento feito em análises exclusivamente quantitativas, tudo isto afetou as academias europeias e causou uma espécie de imobilismo. Supõe-se que a situação política e econômica periférica da Itália, especificamente, tenha permitido que alguns de seus intelectuais *bebessem* em influências diversas e compusessem uma proposta ou exercício historiográfico.

Entre as influências que estes historiadores italianos sofreram, destacamos a terceira geração da Escola dos Annales¹ e o seu investimento em temas e categorias marginais, além dos (neo)marxistas ingleses, principalmente E. P. Thompson². Historiadores sociais como E. P. Thompson, Natalie Davis³ e Carlo Ginzburg⁴ apro-

“A micro-história é uma das respostas dadas pela história para as crises políticas, ecológicas e teóricas sofridas no final da década de 1970”

fundaram o conhecimento sobre as classes populares ou trabalhadoras, enfocando a história sob o ângulo destes agentes – ou seja, valorizaram os populares “à luz de sua própria experiência e de suas reações a essa experiência”⁵. Os costumes destes agentes – noção que segundo Thompson aproxima-se da de Cultura – devem ser analisados dentro de contextos históricos específicos, para que se possa entender a sua “racionalidade” (legitimidades, expectativas). Dentro de um jogo de relações sociais, numa arena de exploração e resistência, enfrentamentos e negociações, de elaboração e reelaboração de aliados, é que se pode tentar entender o significado destas práticas sociais para os diferentes grupos envolvidos⁶. Talvez seja interessante lembrar o que escreveu este heterodoxo marxista inglês [Thompson]: “Precisaríamos de mais

estudos sobre as atitudes sociais dos criminosos, soldados e marinheiros e sobre a vida de taberna; e deveríamos olhar as evidências, não com os olhos moralizadores (nem sempre os ‘pobres de Cristo’ eram agradáveis), mas com olhos para os valores Brechtianos⁷ – o fatalismo, a ironia em face das homilias, do establishment, a tenacidade da autopreservação”⁸.

IHU On-Line – Como esta metodologia se relaciona com a perspectiva histórica marxista?

Paulo Moreira & Maria Cristina Martins – Podemos dizer que os mentores deste exercício historiográfico eram oriundos do campo político da esquerda, no qual as ideias marxistas serviam de orientação política e historiográfica. Neste sentido, a micro-análise está permeada da percepção do antagonismo social, das diferenciações e hierarquias socioeconômicas e também étnico-raciais. Devemos lembrar a influência que os micro-historiadores sofreram da escola (neo) marxista inglesa, principalmente de Thompson, com a sua ênfase na *experiência* dos trabalhadores. A experiência dos trabalhadores, nesta perspectiva, não estava apenas limitada ao ambiente da produção, mas também referia-se à religião, aos momentos lúdicos. Por outro lado, como propõem uma visão mais holística da sociedade, os micro-historiadores costumam emprestar aos fenômenos culturais uma importância que não encontramos nas análises marxistas. Contudo, mais uma vez a influência de Thompson é aí marcante...

IHU On-Line – Em sua análise, a micro-história pode renunciar o macro?

Paulo Moreira & Maria Cristina Martins – Em nenhum momento a micro-história renuncia à análise macroestrutural. O que ocorre é uma re-

1 **Escola dos Annales:** movimento historiográfico. Recebe essa designação por ter surgido em torno do periódico acadêmico francês *Revue des Annales*, tendo se destacado por incorporar métodos das Ciências Sociais à História. Em geral, divide-se a trajetória da escola em quatro fases: primeira geração, liderada por Marc Bloch e Lucien Febvre; segunda geração, dirigida por Fernand Braudel; terceira geração, quando vários pesquisadores tornaram-se diretores da revista; e quarta geração, a partir de 1989. (Nota da IHU On-Line)

2 **Edward Palmer Thompson (1924-1993):** historiador britânico marxista. Em seus estudos, analisa como as experiências de classe influenciam e determinam as relações produtivas dentro das quais os homens nascem e são inseridos de modo involuntário. Suas pesquisas se estenderam desde a história do trabalho à história da cultura, o que o inspirou a realizar estudos sobre sindicalismo, partidos, movimentos sociais, escravidão, motins. Entre 1965 e 1971, foi docente na Universidade de Warwick. Na década de 1970, lecionou em universidades estadunidenses como Pittsburg, Rutgers, Brown e Dartmouth Colloge. Em 1980, atuou como professor na Queen’s University de Kingston, no Canadá, e, no final da década, trabalhou na Universidade de Manchester, na Inglaterra. (Nota da IHU On-Line)

3 **Natalie Zemon Davis (1928):** historiadora canadense-estadunidense. Atualmente, é professora de História na Universidade de Toronto, no Canadá. Foi a segunda mulher a assumir a presidência da American Historical Association (a primeira foi Nellie Neilson, em 1943). Recebeu o prêmio Holberg Internacional Memorial e a Medalha Nacional de Humanidades, além de ser nomeada Companheira da Ordem do Canadá. (Nota da IHU On-Line)

4 **Carlo Ginzburg (1939):** historiador italiano, um dos pioneiros no estudo da

micro-história. Estudou na Escola Normal Superior de Pisa e no Instituto Warburg, em Londres. Lecionou na Universidade de Bolonha, nas universidades de Harvard, Yale e Princeton e na Universidade da Califórnia. Desde 2006, ele ocupa a cadeira de História Cultural Europeia na Escola Normal Superior de Pisa. Recebeu os prêmios Aby Warburg (1992), Lyssenko (1993), Letterario Viareggio-Rèpaci (1998), Antonio Feltrinelli para a ciência histórica (2005) e Balzan (2010). (Nota da IHU On-Line)

5 Ver SHARPE, Jim. A História Vista de Baixo. In. BURKE, Peter. *A Escrita da História*. Novas Perspectivas. 2ª edição, São Paulo, EDUSP, 1992: p. 42. (Nota dos entrevistados)

6 THOMPSON, E. P. *Costumbres en Común*. Barcelona, Crítica, 1995: p. 17/22. (Nota dos entrevistados)

7 **Bertold Brecht (1898-1956):** escreveu poesia, teatro, ensaios e roteiros de cinema, lutando durante toda a sua vida pelos oprimidos. Assumiu uma clara posição de esquerda e procurou colocar a luta de classes no palco, utilizando-se da dialética. (Nota da IHU On-Line)

8 THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*. Volume 1. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987: p. 61. (Nota dos entrevistados)

dução da escala de observação, uma espécie de zoom (como numa máquina fotográfica), que provoca uma aproximação com o objeto de análise. Esta aproximação ou redução da escala de observação permite uma *descrição mais densa* do que se pretende entender, e daí denuncia-se a influência recebida da antropologia e de sua descrição etnográfica. Nada mais errado do que dizer que a micro-história “olha a história através do buraco da fechadura”, ou seja, só se interessa pelo detalhe, pelo ínfimo por ele mesmo. Assim como os antropólogos, para os micro-historiadores “o lócus do estudo não é o objeto do estudo”, ou seja, não se pretende estudar *as* aldeias, mas *nas* aldeias. Parte-se de um problema amplo de análise e opta-se por resolvê-lo em uma investigação pontual, que permite inclusive um cruzamento de fontes diversas. Na execução desta investigação acaba-se, certamente, testando explicações macro já existentes, que nunca contemplaram variações específicas, locais. Aqueles que fizeram a graduação na década de 1980 lembrarão que os trabalhos de conclusão versavam sobre temas macro, como a implantação do modo de produção capitalista no Brasil ou na América latina. Eram visões baseadas em perspectivas macroestruturais (um tanto megalomaniacas) e que acabavam trazendo poucas variações ao que já se sabia. Nos últimos anos, os alunos têm investigado instituições hospitalares, cemitérios, trajetórias individuais, e com esta redução da escala de observação têm percebido que os grandes processos são cheios de especificidades e localismos. A história social, hoje, tem valorizado quaisquer indícios de experiência humana. Como escreveu o historiador Marc Bloch⁹: “O historiador

9 Marc Bloch (Marc Léopold Benjamim Bloch, 1886-1944): historiador francês, um dos fundadores da Escola dos Annales. É considerado um dos maiores medievalistas de todos os tempos, sendo que seus trabalhos e pesquisas abriram novos horizontes nos estudos sobre o feudalismo. Estudou na Escola Normal Superior de Paris, em Berlim e em Leipzig. Participou da Primeira Guerra Mundial, sendo ferido e recebendo uma condecoração militar. Após a guerra, ingressou na Universidade de Estrasburgo, onde conheceu Lucien Febvre. Com ele, fundou, em 1929, a “Revue des Annales”, a qual deu origem à Escola dos Annales, cuja linha de estudos influenciou a chamada Nova His-

“A microanálise está permeada da percepção do antagonismo social, das diferenciações e hierarquias socioeconômicas e também étnico-raciais”

é como o ogro da lenda. Onde fareja carne humana sabe que ali está a sua caça”¹⁰.

IHU On-Line – Quais os riscos de, ao ligar os pontos entre documentos, o pesquisador cometer excessos interpretativos e transformar indícios em provas?

Paulo Moreira & Maria Cristina Martins – Quem não quiser correr riscos não deve optar pela pesquisa, eles são inerentes a qualquer operação histórica. O historiador referencial, quando se pensa em *pistas* e *indícios*, é o italiano Carlo Ginzburg, com o seu brilhante livro *O Queijo e os Vermes* (São Paulo: Cia. das Letras, 1987) e também com o artigo *Sinais, raízes de um paradigma indiciário* (capítulo do livro *Mitos, emblemas e sinais. Morfologia e história*, São Paulo: Cia. das Letras, 1989). Ginzburg é considerado como proponente do que seria uma micro-história cultural, ao contrário de Giovanni Levi¹¹, que teria optado por

tória. Com a eclosão da Segunda Guerra Mundial e a ocupação nazista da França, Bloch, por ser judeu, teve que deixar a direção da revista. O historiador militou na resistência francesa, foi preso e torturado, sendo fuzilado em 16-06-1944. Definia a História como “a ciência dos homens no transcurso do tempo”. (Nota da IHU On-Line)

10 Sobre a descrição densa, ver: GEERTZ, Clifford. *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro, Zahar, 1978. (Nota dos entrevistados)

11 Giovanni Levi (1939): historiador italiano. Membro de uma família judaica,

uma micro-história social. No livro *O Queijo e os Vermes*, Ginzburg investiga o caso do moleiro de Friuli [região nordeste da Itália] Domenico Scandella, “queimado por ordem do Santo Ofício, depois de uma vida transcorrida em total anonimato”. O foco de Ginzburg, o seu problema, é entender a cultura popular daquela época sob o impacto da reforma protestante e da invenção da imprensa. Ele descarta o uso do conceito de *mentalidades* e insiste no de *cultura popular*, denunciando sua matriz marxista ao dizer: “uma análise de classes é sempre melhor que uma interclassista” (p. 32).

Uma crítica que se fez a este trabalho de Ginzburg é que ele não escolheu entender a posição socioeconômica de um moleiro naquela sociedade, dando assim um contexto mais seguro para se entender aquele indivíduo. Ele teria optado pelos *indícios*, pelos *sinais* deixados por este herede numa documentação que tinha a finalidade de reprimi-lo. O que os críticos não quiseram entender é que o indício, para Ginzburg, não é o resto, o único, mas uma porta ou janela por onde se possam acessar aspectos inesperados. É neste sentido que Ginzburg faz uma analogia do trabalho do historiador com o do médico que, a partir de “sintomas” (pistas), busca encontrar a doença. Aqueles que criticaram (e criticam) Ginzburg por ele ter escrito um trabalho usando unicamente um *caso*, esquecem que este historiador vasculha desde a década de 1960 os arquivos da inquisição. Assim, o *Queijo e os Vermes* será melhor entendido se o localizarmos dentro de um “programa de pesquisa” que tem como foco a cultura e a religião popular na Idade Moderna. Assim, já em 1966 o autor havia publicado na Itália o livro *Os andarilhos do bem. Feitiçarias e cultos agrários nos séculos XVI e XVII* (São Paulo: Cia. das Letras, 1988),

seu pai, Ricardo Levi, foi militante do grupo antifascista Giustizia e Libertà durante a Segunda Guerra Mundial. Seu tio Carlo Levi é autor da obra *Cristo se paró en Eboli*. Junto com Carlo Ginzburg, Giovanni Levi é considerado o fundador da micro-história italiana - ambos dirigiram em conjunto a coleção Microstorie. Entretanto, enquanto Ginzburg se inclinou pelos estudos culturais, de corte antropológico, Levi se dedicou aos sistemas econômicos e redes sociais. (Nota da IHU On-Line)

um produto inicial de suas investigações. Foi explorando processos inquisitoriais sobre os *benandanti*, os quais lhe permitiram cunhar sua hipótese sobre estes “feiticeiros do bem” como expressão de crenças e ritos pré-cristãos, que ele encontrou o material sobre Domenico Scandella. Portanto, o caso *excepcional* de Menocchio [apelido do moleiro] só foi avaliado como um indício válido de acesso a uma religiosidade popular pouco conhecida depois de anos de exaustiva investigação junto a casos similares.

Segundo Ginzburg, Menocchio não era típico do campesinato da época e seu isolamento da comunidade era considerável, “mas esta singularidade tinha limites bem precisos; da cultura do próprio tempo e da própria classe não se sai a não ser para entrar no delírio e na ausência de comunicação. Assim como a língua, a cultura oferece ao indivíduo um horizonte de possibilidades latentes – uma jaula flexível e invisível dentro da qual se exercita a liberdade condicional de cada um. [...] Em poucas palavras, mesmo um caso-limite (e Menocchio com certeza o é) pode se revelar representativo, seja negativamente – porque ajuda a precisar o que se deva entender, numa situação dada, por ‘estatisticamente mais frequente’ –, seja positivamente – porque permite circunscrever as possibilidades latentes de algo (a cultura popular) que nos chega apenas através de documentos fragmentários e deformados, provenientes quase todos de ‘arquivos da repressão’” (GINZBURG, 1987: p. 28). Os indícios não estão assim dados na natureza dos arquivos, mas são alçados a esta condição valorativa por uma operação histórica sob a responsabilidade de um historiador profundamente conhecedor da sociedade geradora deste sinal e da própria instituição geradora destas fontes.

Os pontos que são ligados ou as peças que são montadas neste quebra-cabeça historiográfico exigem dedicação, erudição teórico-metodológica, um problema de investigação solidamente montado e o uso comedido e sensível da *imaginação histórica*, a qual não se refere à dicotomia Verdadeiro X Inventado, “mas na integração, sempre assinalada pontual-

“Em nenhum momento a micro-história renuncia à análise macroestrutural. O que ocorre é uma redução da escala de observação, que provoca uma aproximação com o objeto de análise”

mente, de ‘realidades’ e ‘possibilidades’” (GINZBURG, 1991: 183).

IHU On-Line – Levando em conta a abundância de registros e documentação histórica na Itália, o berço da micro-história, é possível aplicar plenamente a metodologia em pesquisas conduzidas no Brasil ou deve-se incorporar a esta métodos híbridos?

Paulo Moreira & Maria Cristina Martins – Não é exatamente a pouca quantidade de registros históricos o que nos diferencia da Itália, mas o ainda precaríssimo estado de conservação e organização dos acervos documentais públicos e privados. Fontes imprescindíveis como as eclesiásticas, por exemplo, ainda estão sob a guarda de instituições que dificultam o acesso dos pesquisadores, ao mesmo tempo que não as conservam adequadamente. Em iniciativa conjunta da Associação Nacional de História (núcleo RS), da Associação dos Arquivistas Brasileiros e da Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul – FAMURS, foi realizado alguns anos atrás um amplo diagnóstico dos arquivos históricos municipais do RS. Não chegavam a cinco os municípios que possuíam setores que podiam ser chamados de Arquivos Históricos. Nos demais, a documen-

tação municipal permanente (aquela cuja preservação serve principalmente para o testemunho e a memória histórica) era depositada em locais conhecidos como *arquivo morto*, *sala embaixo da escada*, etc. Ou seja, os cientistas sociais têm que localizar os acervos documentais (se é que eles ainda existem), torcer para que estejam minimamente organizados (ou tratar de arranjá-los) e ainda manter uma vigilância permanente para que eles não sumam em alguma *limpeza* (reciclagem) promovida por uma nova gestão e a sua específica (ir)racionalidade administrativa.

Além disso, não tivemos, infelizmente, uma geração consolidada e ampla de historiadores, como na Europa, que investissem em análises quantitativas e demográficas. Os historiadores brasileiros se veem na obrigação de localizar as fontes que vão usar, levantá-las, proceder levantamentos quantitativos e, depois, se o tempo do mestrado ou doutorado já não se esgotou, analisá-las qualitativamente. Assim, a microanálise muito se beneficiou dos avanços das metodologias antes restritas aos adeptos da demografia histórica. Como já dissemos, a redução de escala vem acompanhada do uso de fontes heterogêneas e o cruzamento destas fontes, principalmente sob o enfoque da pesquisa nominal (individual ou familiar), faz amplo uso de técnicas informáticas de bancos de dados, etc.

IHU On-Line – De que forma essa perspectiva colaborou para mudar o modo como se ensinava História no Brasil? Colaborou para pensar uma história menos eurocêntrica, mais voltada a um pensamento descolonial?

Paulo Moreira & Maria Cristina Martins – A eclosão do fenômeno dos programas de pós-graduação em História no Brasil, a partir da década de 1990, transformou radicalmente a pesquisa histórica. A micro-história foi um dos agentes renovadores deste fecundo ambiente acadêmico.

Processos de acumulação de capitais, principalmente gerados pelas atividades mercantis, alicerçados em redes sociofamiliares com ampla dispersão geográfica, mostraram dinâmicas internas coloniais, operacionalizadas à

revelia das autoridades metropolitanas. Fecundas discussões sobre a complexidade do Antigo Regime nos trópicos e do estabelecimento de nobrezas da terra evidenciaram lacunas consideráveis que se esteavam nas visões do exclusivismo metropolitano.

As plurais populações indígenas e os heterogêneos africanos escravizados, trazidos pela violenta diáspora transatlântica, também foram contemplados nesta revisão historiográfica ampla, mostrando atuações autônomas e o amplo diálogo cultural produzido pela interdependência gerada pela colonização e ocupação do Novo Mundo.

No caso do escravismo, por exemplo, tema que vem sendo fortemente renovado pela produção acadêmica recente, a investigação de casos particulares contribuiu para aprofundar estudos sobre esta instituição e, ao mesmo tempo, valorizar aspectos antes pouco considerados, introduzir perspectivas de análise e fazer avançar significativamente o conhecimento. Os historiadores se aproximaram dos sujeitos que foram submetidos ao escravismo, ao invés de centrar todas as suas fichas em estudos mais genéricos, por assim dizer. Preferindo questões como o preço ou a produtividade do trabalho escravo, eles se ocuparam em perscrutar seus valores, suas vivências e práticas sociais como escravos. Temos chamado a isto de “agency”, noção que serviu para voltar a atenção dos historiadores para estes sujeitos que poucas vezes eram vistos como protagonistas de uma história que os oprimia: índios e negros, especialmente.

Para realizar a valorização das experiências destes agentes sociais – *negros da terra e africanos escravizados* –, foi necessário o desmonte de visões que os limitavam ao papel de vítimas. Isto não implica absolutamente desconhecer a violência a que foram submetidos, nem as injustiças perpetradas contra eles, mas compreender que suas histórias não se resumem a isto. Podemos dizer que vale para os escravos e seus descendentes o mesmo que Manoela Carneiro da Cunha¹²

12 CUNHA, Manuela Carneiro da. *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Cia das Letras/Secretaria Municipal de Cultura, FAPESP, 1992. (Nota dos entrevistados)

“Na micro-história, parte-se de um problema amplo de análise e opta-se por resolvê-lo em uma investigação pontual, que permite inclusive um cruzamento de fontes diversas”

tão bem disse sobre a história dos índios no Brasil. Embora a visão de que ambos os grupos foram vítimas seja a princípio simpática, ela acaba por induzir a um outro tipo de injustiça, que é o de não reconhecer que índios [ou negros] tenham sido sujeitos de suas histórias.

Assim, o discurso da vitimização, ao mesmo tempo que é um eficiente meio de denúncia da exploração sofrida, engessa a atuação de milhões de indivíduos ao histórico papel de mártires. Não existe protagonismo ou autonomia em personagens subsumidos ao papel unívoco de sofrendores. As milhares de comunidades remanescentes de quilombos que temos atualmente no Brasil têm nos ajudado a compreender as criativas formas com que as populações afrodescendentes lidaram com o que *tentaram fazer delas*. Estudamos, assim, famílias escravas, relações de compadrio e redes de solidariedade entre elas, a formação de pecúlios para a compra da alforria, entre outros casos, os quais nos evocam um protagonismo, uma agência que tradições anteriores de pesquisa não permitiam encontrar.

IHU On-Line – Desejam acrescentar mais alguma coisa?

Paulo Moreira & Maria Cristina Martins – Nada como uma leitura

própria para que os leitores possam verificar por si a validade ou não desta perspectiva de análise. Recomendamos, então, os seguintes livros para quem se interessar em aprofundar os seus conhecimentos:

- GINZBURG, Carlo. *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa/Rio de Janeiro: Difel/Bertrand Brasil, 1989;
- GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas e sinais. Morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989;
- LEVI, Giovanni. *A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000;
- LIMA, Henrique Espada Rodrigues. *A micro-história italiana: escalas, indícios e singularidades*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006;
- MARTINS, M. Cristina Bohn & MOREIRA, Paulo (orgs.). *Uma história em escala. A microanálise e a historiografia latino-americana*. São Leopoldo: Oikos/Ed. Unisinos, 2012 (Coleção EHILA);
- REVEL, Jacques (org.). *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

Os livros acima são importantes para se entender a microanálise, mas a leitura do produto final de alguns historiadores que se associam a esta perspectiva analítica é também interessante. Citamos três exemplos, sendo que os dois últimos serão lançados durante o **XII Encontro Estadual de História**, nas dependências da **UNISINOS**:

- WEIMER, Rodrigo. *A Gente da Felisberta: Consciência Histórica, história e memória de uma família negra no Litoral Riograndense no Pós-Emancipação*. Rio de Janeiro, Universidade Federal Fluminense – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, 2013 [Tese de doutorado];
- KARSBURG, Alexandre de Oliveira. *O eremita das Américas: a odisseia de um peregrino italiano no século XIX*. Santa Maria: Editora da UFSM, 2014;
- CARATTI, J. M. *O solo da liberdade: as trajetórias da preta Faustina e do pardo Anacleto em tempos do processo abolicionista uruguaio (1842-1862)*. São Leopoldo: Oikos Editora, 2013 (Coleção EHILA).

O historiador e as distinções do relato biográfico

Benito Bisso Schmidt ressalta as diferenças formais e de objetivo do trabalho biográfico realizado pelo profissional de História, que busca responder a perguntas de caráter histórico através da vida de um indivíduo

POR ANDRIOLLI COSTA

Basta ir a qualquer livraria para perceber a explosão de títulos que passaram a povoar a seção de biografias nos últimos anos. Atraentes ao mercado editorial, as publicações englobam os mais diversos períodos e personalidades, sendo que muitas vezes um mesmo personagem histórico acaba sendo alvo de mais de um autor – e das mais diversas áreas. O pesquisador Benito Bisso Schmidt aponta que existem biografias escritas por literatos, por jornalistas, por historiadores e mesmo por cineastas. No entanto, cada uma delas terá um enfoque diferenciado.

No caso da História, o texto sempre “remete para fora”. Isto é, “não é autoexplicativo, e remete sempre para algo que está fora dele”, como é o caso das notas de pé de página, das referências bibliográficas, da explicitação de percursos metodológicos e demais cuidados inerentes à produção científica. A própria ideia de uma “biografia definitiva”, tão presente em outras áreas, inexistente na História. “O historiador sempre sabe que todo conhecimento é provisório e referente a um ponto de vista, não existem histórias definitivas.” Mais do que isso, a perspectiva não é a de “expor todos os fatos” da vida de uma pessoa, mas sim de utilizar as vivências para abordar historicamente um período e um espaço.

Em entrevista concedida por e-mail à **IHU On-Line**, Schmidt destaca a importância do

compromisso social, ético e cívico com as pessoas que atuam como fontes orais para a pesquisa em história, discute os impactos da censura prévia no trabalho biográfico e ressalta os limites entre ficção e verdade. Destaca ainda que a interdisciplinaridade permeia todo o campo de atuação do profissional em história. A diferença, assim como no caso das biografias, está no objetivo final.

Benito Bisso Schmidt é graduado em História (licenciatura e bacharelado) pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, com mestrado em História pela mesma instituição e doutorado em História Social do Trabalho pela Universidade Estadual de Campinas – Unicamp. Atualmente, é professor do Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS. Dirigiu, de 2008 a 2011, o Memorial da Justiça do Trabalho no Rio Grande do Sul vinculado ao Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região. Entre 2011 e 2013 foi presidente da Associação Nacional de História – ANPUH. Professor nas áreas de Teoria e Metodologia da História, é autor e organizador de *O Biográfico: perspectivas interdisciplinares* (Santa Cruz do Sul: EdUnisc, 2000), *Em busca da terra da promessa: a história de dois líderes socialistas* (Porto Alegre: Palmarinca, 2004) e *Memórias e narrativas (auto)biográficas* (Porto Alegre: EdUFRGS, 2009), entre outras.

Confira a entrevista.

IHU On-Line – Assim como diversas outras áreas, durante o século XIX a História foi marcada pela aproximação com a lógica científica e pelo afastamento da Literatura. Como estes conceitos se atualizam nos dias de hoje?

Benito Bisso Schmidt – A História se constitui como um campo de conhecimento específico e disciplinar com uma pretensão científica no século XIX. Tal como a Medicina, a Química e qualquer outra ciência, ela possui sua historicidade. Isto é,

ela modifica-se com o tempo e não é mais a mesma dos séculos anteriores. Ainda assim, penso que o horizonte científico é importante para o historiador e, a meu ver, deve continuar sendo sempre. A História é um tipo de narrativa, mas não é igual à

narrativa literária, ela tem outros pressupostos.

O historiador, por exemplo, deve fazer um discurso mais demonstrativo que o discurso literário. Ele pode escrever para um público mais amplo sem abrir mão do fato de que deve demonstrar a todo o tempo de onde vêm as suas informações. Precisa fazer referência aos autores que embasam seus argumentos, deve se referir às fontes (primárias e secundárias) de onde provém a sua argumentação. É preciso informar de onde vêm aquelas interpretações, porque elas foram construídas desta ou daquela maneira e quais os limites dessas interpretações. O discurso histórico está sempre apontando para os seus limites, que é o percurso até onde as fontes e os dados permitem que ele avance.

Atualmente, mesmo muito transformado, ele ainda é um discurso que busca rigor. A narrativa histórica até pode usar uma linguagem que seja mais acessível, mas ainda é uma ciência – ou, ao menos, tem por horizonte a busca da verdade e da cientificidade. Diferente do discurso literário, que até pode usar referências históricas, mas tem muito mais liberdade para criar personagens, diálogos, etc.

IHU On-Line – É possível pensar as biografias como uma convergência entre História e Literatura?

Benito Bisso Schmidt – As biografias são escritas por especialistas de diversas áreas. Temos biografias literárias, jornalísticas, feitas por historiadores, temos cinebiografias, etc. No entanto, penso que cada um desses campos tem especificidades. A biografia histórica se aproxima mais da literatura por seu caráter narrativo muito forte. Os biógrafos – tanto literatos quanto jornalistas e historiadores – contam histórias, mas os pressupostos de cada um deles são diferentes.

O historiador, por exemplo, nunca vai acreditar na ideia de uma biografia definitiva. Às vezes se publica a biografia de algum personagem histórico e se diz que aquela é “a verdadeira biografia”. O historiador sempre

“Nós temos um compromisso social, ético e cívico com as pessoas que estão sendo alvo de nossas atenções”

sabe que todo conhecimento é provisório e referente a um ponto de vista, não existem histórias definitivas.

Outra questão: o historiador sempre parte de um problema de pesquisa histórico. Ele não quer revelar *tudo* de um personagem custe o que custar, doa a quem doer, só pelo gosto de divulgar uma informação não antes conhecida. Não quer saber tudo, revelar segredos íntimos ou aquilo que nunca foi contado. Isso não é um protocolo do historiador. O protocolo do historiador é responder a perguntas de caráter histórico através da vida de um indivíduo. Respondendo sinteticamente à sua pergunta, penso que há semelhanças – até formais –, mas esses diferentes lugares de produção da biografia partem de pressupostos diferentes.

IHU On-Line – Você pode apontar exemplos de biografias sobre personagens escritas por historiadores e por profissionais de outras áreas que evidenciam esses objetivos diferentes?

Benito Bisso Schmidt – A cantora Carmen Miranda, por exemplo, já foi tema de biografias de jornalistas e historiadores¹. Os jornalistas,

em geral, têm essa preocupação de levar a ideia do “furo” para o passado, evidenciando uma coisa que as pessoas não sabiam sobre a Carmen Miranda, sobre sua origem ou seus dramas pessoais. Para os historiadores, o principal é entendê-la dentro de um contexto histórico de construção de uma ideia de nacionalidade, em que a música deveria exaltar as belezas do Brasil, muito relacionado ao projeto do governo Vargas de construir uma identidade nacional, um patriotismo e assim por diante. Carmen também está relacionada aos processos de aproximação e distanciamento com os Estados Unidos, por exemplo. São questões de relações internacionais.

Assim, os aspectos da vida da Carmen Miranda que vão interessar ao biógrafo historiador serão aqueles que ajudam a responder questionamentos de caráter histórico. Se alguma questão de sua vida íntima interessa para estes temas de fundo, então isto será levado em conta. Do contrário, não se mencionaria apenas para “explicitar os bastidores”, digamos assim. Até porque, no geral, penso que as pessoas de outras áreas se interessam normalmente por figuras já consagradas; os historiadores não necessariamente. Existe muito interesse da história pelos excluídos, por aqueles que nunca foram dignos de uma biografia – mas também fazem parte do processo histórico.

IHU On-Line – Pouco tempo atrás tivemos as polêmicas do grupo *Procurer Saber*, que cobrava a necessidade de autorização prévia para a produção de biografias. Depender da anuência da fonte ou das famílias pode prejudicar o trabalho biográfico?

Benito Bisso Schmidt – Eu acredito que sim. Pode prejudicar sempre que significa uma censura, um cerceamento quanto ao que pode ou não pode ser dito. Qualquer cerceamento deste tipo prejudica a liberdade de pesquisa e narrativa. Na maior parte dos países, ao menos nos que possuem alguma legislação sobre isso, não existe esse cerceamento prévio,

¹ Para citar alguns exemplos, o jornalista Ruy Castro escreveu *Carmen: Uma biografia* (São Paulo: Companhia das Letras, 2005). Já o historiador Alessandro Kerber escreveu *Carlos Gardel e Carmem Miranda: Representações da Argentina e do Brasil* (Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2014). (Nota da IHU On-Line)

e quando o personagem se sente prejudicado, ou quando existe alguma mentira dita no texto – na visão do biografado –, então ele processa o biógrafo. Essa avaliação é feita *a posteriori*, não existe essa necessidade de uma avaliação prévia.

Na história nós usamos ainda um procedimento, quando se usam testemunhas orais e entrevistas (tanto com o próprio biografado quanto com pessoas que conviveram com ele), que é o de solicitar uma carta de autorização. Esta carta demonstra que a pessoa cede livre e conscientemente sua entrevista para pesquisa, sabendo que ela será utilizada para a biografia. Claro que nunca podemos fazer uma entrevista com microfones escondidos, ou coisa assim, pois isso não é ético. A pessoa precisa estar ciente de que está construindo, com a entrevista, como uma fonte para a pesquisa.

IHU On-Line – Diferente de histórias de tempos antigos, biografias por vezes retratam pessoas ainda em vida ou de morte recente, expondo e revelando pessoas e familiares. Quais os cuidados que um biógrafo deve ter?

Benito Bisso Schmidt – Este é um dilema muito grande, pois ficamos, normalmente, entre dois polos: de um lado a liberdade de informação e de pesquisa e, de outro, o direito à intimidade, de as pessoas não terem suas vidas reveladas. Temos ainda duas éticas que às vezes se harmonizam e às vezes se distanciam. Uma é a ética da nossa profissão, da ciência, do conhecimento do passado; outra é a ética em relação às pessoas que estamos estudando.

Eu tendo a pensar que temos sempre de proteger os nossos testemunhos. Se você está, por exemplo, estudando uma população, um grupo, uma coletividade que pode ter um prejuízo com a revelação da pesquisa – como no caso de revelações que podem fazer com que uma pessoa seja vítima de perseguições, humilhações –, eu acredito que não vale à pena. Podemos, na verdade, utilizar procedimentos narrativos que dissimulem

“O historiador sempre sabe que todo conhecimento é provisório e referente a um ponto de vista”

um pouco esta origem, para não revelar a fonte (“um conhecido”, “uma pessoa próxima”), pois nosso compromisso principal é tentar preservar as pessoas e, ao mesmo tempo, buscar entender o passado histórico.

É um equilíbrio difícil, mas penso que devemos estar muito atentos a estes dois polos; não mentir, dissimular ou propor uma interpretação falseada só para proteger o biografado e suas fontes, mas também não fazer com que nossa pesquisa seja a coisa mais importante do mundo, doa a quem doer. Nós temos um compromisso social, ético e cívico com as pessoas que estão sendo alvo de nossas atenções.

IHU On-Line – Quais os limites entre história e ficção, tendo em vista que o relato é sempre uma construção? Apenas a metodologia é capaz de dar conta disso?

Benito Bisso Schmidt – Essa é uma pergunta epistemológica clássica, que nos assombra sempre. A própria ideia a respeito do que é uma ficção e do que é uma obra histórica é, também, uma construção histórica. Esses limites sempre foram fluidos. Em outras épocas, alguns livros que hoje nós colocaríamos na prateleira de ficção, provavelmente seriam considerados livros de história. Essa concepção do limite entre ficção e história variou com o tempo, não necessariamente para melhor ou pior, mas de acordo com as conjunturas. Penso que a narrativa histórica, como qual-

quer narrativa, é uma construção de humanos com suas rivalidades, com seus conflitos, suas alianças e assim por diante.

O que nos diferencia, talvez, e que não é nenhuma garantia de uma maior verdade, mas é o nosso horizonte, é que o texto histórico, como afirma Michel de Certeau², remete para fora do texto. Ele não é autoexplicativo, remete sempre para algo que está fora dele. Exemplo disso são as nossas amadas e, por vezes odiadas, notas de pé de página. Elas não estão ali apenas para embelezar ou para enfeitar o texto, mas para mostrar que o que está no interior da narrativa remete a outras narrativas que estão fora do texto. Que outras narrativas são essas? Indicamos o documento que localizamos nos arquivos, as fontes orais, o local e as condições em que a entrevista foi concedida, ou a nota remete para outros autores que nos ajudaram a construir essa ideia... Esse texto a todo tempo demonstra e tenta criar uma lógica para fundamentar seus argumentos.

² Michel de Certeau (1925-1986): intelectual jesuíta francês. Foi ordenado na Companhia de Jesus em 1956. Em 1954 tornou-se um dos fundadores da revista *Christus*, na qual esteve envolvido durante boa parte de sua vida. Lecionou em várias universidades, entre as quais Genebra, San Diego e Paris. Escreveu diversas obras, dentre as quais *La Fable mystique: XVIème et XVIIème siècle* (Paris: Gallimard, 1982); *Histoire et psychanalyse entre science et fiction* (Paris: Gallimard, 1987); *La prise de parole. Et autres écrits politiques* (Paris: Seuil, 1994). Em português, citamos *A escrita da história* (Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982) e *A invenção do cotidiano* (Petrópolis: Vozes, 1998). Sobre Certeau, confira as entrevistas *Michel de Certeau ou a erotização da história*, concedida por Elisabeth Roudinesco, e *As heterologias de Michel de Certeau*, concedida por Dain Borges, ambas na edição 186 da *IHU On-Line*, de 26-06-2006, disponível em <http://bit.ly/ihuon186>. As mesmas entrevistas podem ser conferidas na edição 14 dos **Cadernos IHU em formação**, intitulado *Jesuítas. Sua identidade e sua contribuição para o mundo moderno*, disponível para download em <http://bit.ly/ihuem14>. (Nota da *IHU On-Line*)

IHU On-Line – Pensando nas relações interdisciplinares, o que caracteriza na contemporaneidade o campo de exercício profissional do historiador? Em que ele difere deste mesmo campo no passado recente?

Benito Bisso Schmidt – Em um passado recente, os caminhos mais naturais para o exercício profissional do historiador eram o ensino nos seus mais diferentes níveis – tanto fundamental quanto médio e superior – e a pesquisa acadêmica, em sentido estrito. Já existiam outras possibilidades de atuação, como, por exemplo, em órgãos de patrimônio histórico (como museus e arquivos), em assessorias (de órgãos públicos e privados), mas eram ainda caminhos muito marginais. Hoje, no entanto, há uma proliferação muito maior de atuações possíveis para o historiador.

Na assessoria, por exemplo, um ramo muito difundido é o da história empresarial: são empresas que contratam historiadores para organizar seus acervos, organizar a documentação destas instituições, realizar publicações a respeito de sua história, além de promover exposições e eventos culturais. Temos ainda historiadores atuando junto à mídia, para oferecer assessoria à produção de novelas, filmes ou peças teatrais; bem como profissionais que trabalham na área de Turismo, com o delineamento de rotas turísticas. Enfim, o campo de atuação do historiador se diversificou muito nos últimos anos em relação ao passado recente.

IHU On-Line – Como se dá a relação entre o historiador e estes profissionais de outras áreas, tendo em vista o tensionamento que ambos geram em campos de atuação já em consolidação?

Benito Bisso Schmidt – Penso que o conflito é a base do mundo social. Podemos administrá-lo da melhor maneira possível, aprender com os colegas de outras áreas e, enfim, estabelecer diálogos profícuos. Muitas vezes esses encontros de profissionais diferentes podem proporcionar experiências muito positivas, onde é possível aprender e ensinar ao mesmo tempo. No entanto, também não

faz sentido fazer um discurso muito “Poliana”, como se todos ao final fossem se tornar amigos para construir um mundo melhor.

Acredito que a delimitação das fronteiras profissionais é uma luta permanente. Basta ver na área da saúde a relação dos médicos com os fisioterapeutas, psicólogos, nutricionistas e assim por diante. É sempre uma disputa, por vezes política, para tentar estabelecer regulamentações profissionais no sentido de estabelecer limites de atuação das demais áreas. Esses limites são muito variáveis e também são historicamente construídos.

No caso das ciências humanas e da informação é a mesma coisa. O historiador vai ter diálogos, mas também conflitos: se ele trabalhar em um arquivo, será com os profissionais da arquivologia; se trabalhar em um museu, com os da museologia; se trabalhar na área de turismo, com os turismólogos... Claro que o ideal seria que essas pessoas pudessem conviver e aprender umas com as outras, mas existem limites. Acredito que as experiências multidisciplinares são sempre as melhores que pode haver.

O museólogo, por exemplo, tem uma formação muito interessante para questões de conservação, exposição, documentação, etc., mas não tem conhecimento denso de história para fazer uma exposição histórica com mais refinamento. Ao mesmo tempo, o historiador não vai poder trabalhar em um museu de ciência e tecnologia, mas o museólogo sim. Esses campos profissionais estão em constante reajuste, e esses reajustes são frutos de acordos, tensões e disputas. A vida é assim. O que me preocupa é que nós historiadores possamos mostrar aos nossos colegas de todas essas áreas onde entra nossa contribuição. Teoricamente, claro, pois existem bons e maus profissionais em todas as áreas, mas é importante sermos capazes de mostrar em que, em função da nossa formação, podemos contribuir e, ao mesmo tempo, conhecer nossos limites.

IHU On-Line – Estas mudanças vieram de maneira natural no campo

da História ou são realidades as quais ainda se apresentam como desafios para o profissional?

Benito Bisso Schmidt – Penso que existe uma demanda cada vez maior da sociedade por questões ligadas à história, à memória e ao patrimônio. Basta ver a quantidade de produtos não especializados, mas voltados ao grande público que estão sendo produzidos: revistas, livros, minisséries e novelas de época, produtos culturais dos mais diversos tipos de caráter histórico. Isso de um lado. De outro, existe um interesse dos historiadores de participar e qualificar essa demanda social. Ou seja, que não seja uma simples exaltação do passado, mas uma memória e uma história balizadas por procedimentos mais rigorosos de reconstrução desse passado.

Agora, penso que você tem toda razão ao usar a palavra desafio. É um desafio para nós historiadores, acostumados a trabalhar nessas áreas clássicas, como o ensino e a pesquisa. Estas são áreas muito importantes e não devem de forma alguma ser diminuídas, mas hoje nos deparamos com novos desafios, sendo o principal deles, ao meu ver, o da comunicação. Como podemos pensar em outras formas de narrativa histórica que não sejam as mais consagradas e voltadas ao público acadêmico e escolar? Como pensar narrativas que, sem perder o rigor, levem em conta a necessidade de comunicação com outros públicos?

Temos ainda, neste campo, desafios éticos também. Como podemos nos comunicar com o grande público e fazer nossas pesquisas sem descuidar dos procedimentos éticos de preservar a imagem de determinadas pessoas, a intimidade e assim por diante? É um desafio de formação para o qual nossos cursos universitários estão se atentando nos últimos anos; da necessidade de formar um historiador que não seja só alguém que fale para o público escolar e acadêmico, mas que também consiga manusear outras linguagens, como a das exposições, as audiovisuais, a das redes sociais, enfim, de obras voltadas para um público maior.

Acessar e questionar o documento — a importância da ação educativa em acervo

Haike Kleber da Silva defende a importância de dar a conhecer as informações disponíveis em acervos, incitando sua curiosidade e provocando-a a questionar as verdades preestabelecidas

POR ANDRIOLLI COSTA

Em 1988, a historiadora e arquivista Heloísa Liberalli Bellotto lança a primeira edição de seu manual *Arquivos Permanentes: tratamento documental* (Rio de Janeiro: FGV, 2004). Na publicação, referencial na área, a autora afirma: “Os arquivos públicos existem com a função precípua de recolher, custodiar, preservar e organizar fundos documentais originados na área governamental, transferindo-lhes informações de modo a servir ao administrador, ao cidadão e ao historiador”. Dentro desta lógica, ainda que relevante, a difusão cultural, educativa e editorial é colocada em segundo plano.

Para a pesquisadora Haike Kleber da Silva, no entanto, a difusão do conhecimento disponível no acervo é fundamental. “Dar a conhecer o potencial do patrimônio documental à sociedade é primordial. Não devemos esperar pelas demandas do público; devemos estimulá-los, incitar sua curiosidade ou – como expressamos no artigo – dar publicidade ao que já é público, mas que está guardado ou é desconhecido”.

Em entrevista concedida por e-mail à **IHU On-Line**, Silva trata da influência historiográfica na concepção de produtos educativos e pedagógicos por meio do acervo documental do Arquivo Público do Estado de São Paulo, aborda a Lei de Acesso à Informação, problematiza o direito autoral de produtos midiáticos e apresenta exemplos de experiências bem-sucedidas de ação educativa.

É o caso do projeto do acervo paulista em parceria com o Memorial da Resistência de São Paulo, para alunos do Ensino Fundamental II e

Médio, no qual enfocou-se o período da ditadura militar. “Nesse caso, a atividade é constituída de uma oficina onde são apresentados e discutidos alguns conceitos (crime político, ditadura, agentes subversivos) identificados nos documentos produzidos pelo DEOPS/SP”. Deste contato direto com o documento têm-se um propósito, que é o de “fazer entender aos alunos que a História não está pronta e acabada, que os documentos sob a guarda do Arquivo são produtos de seu tempo e exprimem as relações sociais do contexto em que foram produzidos”.

Haike Kleber da Silva possui graduação em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, mestrado em História pela Unisinos e doutorado na mesma área também pela UFRGS. Atuou profissionalmente em instituições de acervo e envolveu-se voluntariamente em discussões sobre políticas públicas voltadas ao patrimônio. Atualmente, trabalha no Arquivo Público do Estado de São Paulo, onde é responsável pelo Centro de Difusão e Apoio à Pesquisa, que inclui as atividades ligadas ao atendimento ao público, às políticas de ação educativa, à produção editorial impressa e eletrônica e à coordenação do acervo da biblioteca e hemeroteca. É autora de *Entre o amor ao Brasil e ao modo de ser alemão: a história de uma liderança étnica (1868-1950)* (São Leopoldo: Oikos, 2006) e co-organizadora, entre outros livros, de *A História da Câmara e a Câmara na História* (São Leopoldo: Oikos, 2006) junto com a professora Marluza Harres.

Confira a entrevista.

IHU On-Line – De que forma os paradigmas contemporâneos que afetam a História como disciplina influenciam o modo como se trabalham os acervos?

Haike Kleber da Silva – De que trabalho se está falando? Daquele feito pelo pesquisador? Ou do trabalho feito pelo técnico na descrição arquivística? Prefiro tratar da influên-

cia historiográfica especificamente na concepção de produtos educativos e pedagógicos por meio do acervo documental do Arquivo Público do Estado de São Paulo, que é o trabalho

realizado pelo nosso Núcleo de Ação Educativa.

Atualmente, o trabalho pedagógico é influenciado pelas concepções historiográficas da Escola dos Annales¹, que, a partir das primeiras décadas do século XX, impulsionaram novas abordagens para o campo da História e ampliaram a noção de documento. Antes desse paradigma historiográfico, a construção da História tendia para a eternização dos “grandes heróis”, privilegiando o evento, a neutralidade, o tempo linear, etc. O documento escrito era concebido como elemento indispensável para a construção histórica, pois nele estava contida a verdade absoluta dos fatos, sendo considerado como prova irrefutável.

No alargamento da concepção de documento também vieram à tona novos métodos para a pesquisa e leitura dos acervos documentais. Se para o Positivismo a única crítica ao documento foi a sua autenticidade, para a Nova História² a crítica é voltada ao seu conteúdo. Entra em cena a história-problema: quais as intencionalidades do documento; qual o contexto que foi criado; por quem, para quem e por que foi produzido? Retomam-se aqui as contribuições de Jacques Le Goff³ ao problematizar o conceito de

“documento/monumento”. Essas influências podem ser evidenciadas nas atividades desenvolvidas pela nossa equipe, como as exposições virtuais, as oficinas e cursos pedagógicos e a coleção Ensino e Memória.

Ensino e Memória

No caso das exposições virtuais e da Coleção Ensino e Memória, estas são elaboradas a partir de uma temática histórica, compostas por textos e sugestões de atividades didáticas para uso em sala de aula, além de reprodução de imagens do acervo sobre o tema em questão. A escolha da temática dialoga com o potencial do acervo e com as propostas curriculares. Os textos buscam explorar o assunto, resgatando sujeitos históricos antes esquecidos pela historiografia (a participação dos marinheiros na Revolta da Chibata⁴; dos mascates e ambulantes na constituição do espaço urbano; das mulheres na guerra e no futebol). Já as atividades pedagógicas problematizam questões do presente e do passado, oferecendo possibilidade para que o aluno confronte, interprete, questione e reflita sobre o fato histórico por meio da análise das fontes documentais.

Essa dinâmica/propósito não se difere das concepções adotadas na elaboração das demais atividades. No caso das oficinas pedagógicas, o trabalho é realizado diretamente com professores e alunos de graduação abordando questões teóricas e metodológicas sobre os usos dos documentos de arquivo na sala de aula.

(EHESS), foi diretor de pesquisa no grupo de Antropologia Histórica do Ocidente Medieval dessa mesma instituição. Entre outras altas distinções, Le Goff recebeu a medalha de ouro do Centre National de la Recherche Scientifique (CNRS), pela primeira vez atribuída a um historiador. Boa parte de sua obra está ao alcance do leitor brasileiro, como por exemplo, *Para um novo conceito de Idade Média: tempo, trabalho e cultura no Ocidente* (Lisboa: Estampa, 1980); *Mercadores e banqueiros da Idade Média* (Lisboa: Gradiva, 1982); e *A civilização no Ocidente Medieval* (Lisboa: Estampa, 1984). Le Goff concedeu a entrevista *Roma, alimento e paralisia da Idade Média* à edição 198 da revista *IHU On-Line*, de 02-10-2006, disponível em <http://bit.ly/ihuon198>. (Nota da *IHU On-Line*)

4 **Revolta da Chibata**: eclodiu em 1910 na Baía de Guanabara. Na ocasião, 2 mil marinheiros da Marinha se rebelaram contra a aplicação dos castigos físicos a eles impostos como punição. (Nota da *IHU On-Line*)

Nas oficinas pedagógicas, trabalhamos com alunos da Educação Básica, desde o público de Ensino Fundamental I até o Médio. Nesses casos, o propósito é o de fazer entender aos alunos de que a história não está pronta e acabada, que os documentos sob a guarda do Arquivo são produtos de seu tempo e exprimem as relações sociais do contexto em que foram produzidos. Uma das temáticas desenvolvidas dentro dessas oficinas trata das “Fontes Históricas” e tem como objetivo trabalhar conceitualmente o papel das fontes primárias na pesquisa e na construção do conhecimento.

Outro exemplo é um projeto que realizamos em parceria com o Memorial da Resistência de São Paulo, para alunos do Ensino Fundamental II e Médio, no qual abordamos o período da ditadura militar. Nesse caso, a atividade é constituída de uma oficina onde são apresentados e discutidos alguns conceitos (crime político, ditadura, agentes subversivos) identificados nos documentos produzidos pelo DEOPS/SP. Em seguida, os alunos visitam a exposição de longa duração do Memorial que foi elaborada a partir do relato e da experiência de presos políticos. Assim, a proposta da atividade é explorar a relação entre História e Memória e como ela se constrói.

IHU On-Line – Qual o objetivo de um acervo? Atender às necessidades da administração a que servem ou salvaguardar e socializar informação?

Haike Kleber da Silva – Trabalhei esta questão juntamente com minha colega Andresa Barbosa⁵ em artigo publicado em 2012 na revista *Acervo*, do Arquivo Nacional. Na ocasião, discutíamos a importância da difusão em Arquivos, já que ela foca principalmente a socialização da informação. Polemizamos com as afirmações de Bellotto⁶ em seu famoso manual *Arquivos Permanentes: tratamento do-*

5 **Andresa Cristina Oliver Barbosa**: mestre em História pela PUC-SP, com a dissertação *Arquivo e Sociedade: experiências de ação educativa em Arquivos brasileiros (1980-2011)*. (Nota da *IHU On-Line*)

6 **Heloísa Liberalli Bellotto**: doutora em História pela Universidade de São Paulo - USP e especialista em Arquivística pela *Escuela de Documentalistas*, de Madri. Professora aposentada pela USP. (Nota da *IHU On-Line*)

1 **Escola dos Annales**: movimento historiográfico. Recebe essa designação por ter surgido em torno do periódico acadêmico francês *Revue des Annales*, tendo se destacado por incorporar métodos das Ciências Sociais à História. Em geral, divide-se a trajetória da escola em quatro fases: primeira geração, liderada por Marc Bloch e Lucien Febvre; segunda geração, dirigida por Fernand Braudel; terceira geração, vários pesquisadores tornaram-se diretores; e quarta geração, a partir de 1989. (Nota da *IHU On-Line*)

2 **Nova História**: criada com a revista *Annales d'Histoire Économique et Sociale* (Anais de História Econômica e Social) - fundada na França em 1929 pelos historiadores Lucien Febvre e Marc Bloch -, a Nova História se opõe à historiografia tradicional - que considera positivista e patriótica - e defende a necessidade de a história passar a se servir das ferramentas de outras ciências (como Sociologia, Antropologia e Psicanálise) e tratar menos dos grandes acontecimentos e heróis. Nesse sentido, a historiografia, para a Nova História, deve voltar-se para o estudo do homem e seu contexto, de que são exemplos a história do cotidiano e a das mentalidades. (Nota da *IHU On-Line*)

3 **Jacques Le Goff** (1924): medievalista francês, formado em história e membro da Escola dos Annales. Presidente, de 1972 a 1977, da VI Seção da École des Hautes Études en Sciences Sociales

cumental (Rio de Janeiro: FGV, 2004), no qual ela enfatiza – tanto na edição original de 1988 como na de 2007 – que as funções principais dos Arquivos Permanentes são o recolhimento, a custódia, a preservação e a organização de documentos gerados pelo governo de forma que sejam úteis à administração, aos cidadãos e à historiografia. Deixa a difusão “cultural”, “educativa”, “editorial” em segundo lugar, para além das competências primordiais, servindo, no entanto, para dar à instituição “contornos sociais”. Entendemos assim que para Belotto os “contornos sociais” estão em segundo plano. E é essa ideia que contestamos veementemente no artigo.

Dar a conhecer o potencial do patrimônio documental à sociedade é primordial. Não devemos esperar pelas demandas do público; devemos estimulá-los, incitar sua curiosidade ou – como expressamos no artigo – dar publicidade ao que já é público, mas que está guardado ou é desconhecido. Dar publicidade e visibilidade às fontes e à riqueza documental dos Arquivos de forma ampla, para públicos distintos do acadêmico ou da administração, é construir valor, sem o que a instituição não se sustenta.

A legislação já evoluiu bastante, sobretudo com a Lei de Acesso à Informação, extensiva a outros órgãos que não apenas os Arquivos. O cidadão tem à sua disposição agora um instrumento efetivo de cobrança de seus direitos no que se refere ao acesso à informação. Ao Arquivo cabe ainda mais: promover a divulgação do patrimônio documental que preserva ampliando o conhecimento sobre ele.

IHU On-Line – Pensando ainda na disseminação de informação, qual a sua visão sobre a não abertura dos arquivos da Ditadura militar, que permanecem em segredo de estado?

Haike Kleber da Silva – Sua pergunta é relativa aos arquivos ainda não abertos, certo? Entendo que esses estão com os dias contados. Uma série de instituições e principalmente a sociedade civil estão bastante engajadas no desvelamento desses arquivos. A disponibilização de mais e mais conjuntos documentais de forma irrestrita tem mostrado isso. O Arquivo Nacional, impulsionado pela

Lei de Acesso à Informação, liberou em 2012 a consulta a documentos do SNI; no mesmo ano, o Arquivo Público Mineiro disponibilizou na internet 250 mil páginas de documentos do antigo Departamento de Ordem Política e Social de Minas Gerais; em 2013, o projeto *Brasil Nunca Mais Digital* trouxe a público, também na rede, 900 mil páginas relativas a cerca de 710 processos julgados no Supremo Tribunal Militar; e como não poderia deixar de dizer, no mesmo ano, o Arquivo Público do Estado de São Paulo disponibilizou cerca de 1 milhão de páginas de documentos do DEOPS-SP na internet. E o processo de abertura apenas começou.

Lembro que alguns Arquivos, mesmo antes da Lei 12.527, já forneciam acesso aos documentos da ditadura presentes nos conjuntos documentais dos órgãos de repressão de seus respectivos estados. Rio de Janeiro e São Paulo estão entre eles. Pesquisas, trabalhos acadêmicos e uma série de processos de reparação são resultado da abertura desses Arquivos. Portanto, a abertura dos arquivos da ditadura é um processo que foi iniciado e certamente não tem volta.

IHU On-Line – Em nível empresarial, como encarar, por exemplo, o caso das emissoras de TV, que mesmo sendo concessões públicas não liberam seus arquivos de programas e telejornais?

Haike Kleber da Silva – Não gostaria de entrar na questão da empresa privada x concessão pública por simplesmente desconhecer o tema. Mas acho que posso aproveitar o gancho para falar dos direitos autorais das emissoras e empresas jornalísticas sobre o conteúdo – que é, na maioria das vezes, a vida pública e, do ponto de vista do conhecimento, o saber, a cultura. Particularmente, penso que está mais do que na hora de rever a Lei de Direitos Autorais à luz das novas tecnologias de difusão do conhecimento e sob o prisma prioritário da socialização da cultura. Convivo, no trabalho do Arquivo, com os entraves que a legislação coloca para divulgação e uso de periódicos e fotografias que registram importantes momentos da história do país. E estamos “com a faca e o queijo nas mãos”: tecnologia

para difusão e um público sedento para devorar essa riqueza cultural.

IHU On-Line – Sobre acervos privados, existe alguma proposta de promover a socialização destas informações por meio da digitalização dos documentos?

Haike Kleber da Silva – Acervos privados – recolhidos a instituições públicas sem restrição à divulgação das informações quando da doação – são passíveis de digitalização e difusão na internet. No Arquivo Público do Estado de São Paulo, onde se encontram alguns conjuntos privados (de interesse público), já foram feitas algumas iniciativas de digitalização. Exemplo disso é o acervo do antigo Partido Democrático. Melhor ainda falar do acervo fotográfico do jornal *Última Hora*, cujo volume disponível hoje é de 97 mil imagens. Atualmente, um projeto financiado pela Petrobras vem promovendo o tratamento de preservação, informação e reprodução digital de mais 166 mil fotografias do *Última Hora*.

IHU On-Line – Ainda sobre digitalização, quais são os benefícios e os entraves para este tipo de ação? E o historiador perde alguma coisa sem este contato direto com o material de análise?

Haike Kleber da Silva – Em minha experiência profissional só tenho visto vantagens na digitalização de acervos. Qualquer pesquisador que entenda minimamente como funciona um banco de dados online tem acesso a fontes documentais de vários lugares do mundo. É claro que o que deve ser cuidado é o uso da estratégia de forma indiscriminada. É necessário, em primeiro lugar, que o detentor do acervo promova o tratamento da informação, que trabalhe sobre o acervo físico ou, nas palavras do jargão da comunidade dos Arquivos, que se promova o tratamento arquivístico. Esta, por sinal, é condição *sine qua non* para qualquer disponibilização ao público, seja on-line ou no salão de consultas.

Não tenho dúvidas sobre a validade da digitalização para difusão; como estratégia de preservação, ainda me parece temerária em razão dos custos de armazenamento. No Arquivo Público do Estado de São Paulo

estamos justamente no meio dessa discussão.

Perguntada se o historiador perde pela falta de contato com o documento original, respondo que não vejo perda alguma. Os ganhos em agilidade e acessibilidade são infinitamente maiores que as perdas. É claro que se espera boa qualidade da reprodução para que os detalhes possam ser evidenciados. Particularmente gosto muito dos originais. Mas se sua manipulação constante pelos pesquisadores afetar a integridade física do documento, é melhor encontrar saídas para sua estabilização. E nisso a digitalização pode ajudar.

IHU On-Line – Que ações têm sido desenvolvidas para permitir a democratização das informações contidas em acervos? Quais instituições no Brasil ou no mundo você destacaria por realizar trabalhos exemplares?

Haike Kleber da Silva – As ferramentas de internet têm sido grandes aliadas dos Arquivos e Bibliotecas para a democratização dos seus acervos. Pequenos bancos de dados ou grandes sistemas de busca estão disponíveis em sites de várias instituições. A digitalização dos documentos vem complementar os instrumentos de pesquisa mais ou menos sofisticados com a visualização dos documentos digitalizados. Esta estratégia é utilizada por uma infinidade de instituições, chegando às vezes a compor redes – como é o caso da Europeana⁷. Dentro do Brasil posso destacar aqui a Hemeroteca Nacional Digital⁸ como bom exemplo.

O que mais um Arquivo pode fazer para permitir a democratização das informações contidas nos acervos? A gama de possibilidades é bastante grande. No Arquivo Público do Estado de São Paulo, por exemplo, além do acesso tradicional aos documentos originais no salão de consultas, promovemos a difusão por meio de exposições físicas e virtuais, o atendimento a grupos escolares de todos os níveis (do Fundamental I ao Superior), a produção de páginas

eletrônicas temáticas e a divulgação do acervo “em doses homeopáticas” por meio de chamadas no Facebook, além, é claro, da disponibilização de documentos em bases de dados na internet.

Mas ainda devemos fazer mais. Há um público específico que não é atingido por estas estratégias e merece uma atenção especial. Os Arquivos devem se preocupar com o atendimento e o acolhimento das demandas das pessoas com deficiências colocando em pauta a criação de políticas de acessibilidade. Esse é um desafio que tem nos ocupado nos últimos dois anos.

IHU On-Line – Quais as grandes dificuldades para a ação educativa em acervos? Seria a falta de políticas públicas? De recursos humanos e financeiros?

Haike Kleber da Silva – Não posso deixar de pontuar primeiramente que trabalhar os acervos documentais como produto de difusão, e principalmente produto pedagógico, é um dos desafios colocados na atualidade para as instituições arquivísticas no Brasil. Se, em países como Espanha, França e Inglaterra essa questão está bem encaminhada, pelo menos desde a década de 1950, no Brasil, a realidade é bem diferente.

Em uma pesquisa realizada em 2010 em sites institucionais dos Arquivos estaduais, constatou-se que, dos 27 sites pesquisados, somente sete mostravam algum indício da oferta de atividades de cunho educativo ou cultural a partir do acervo. Essa constatação nos aponta para várias questões referentes às condições de infraestrutura e de recursos humanos nas quais os Arquivos e a memória pública se encontram. Também podemos refletir aí sobre a priorização das funções de Arquivo de cada instituição: o velho tema da difusão como “quinta roda da carreta”. Essa é uma discussão importante que merece ainda muita atenção da sociedade e daqueles que podem transformar essa realidade.

No Arquivo Público do Estado de São Paulo, o que temos em termos de ação educativa hoje é fruto de um trabalho de sete anos, com investimento em mão de obra especializada e muito engajamento da equipe.

IHU On-Line – Tendo em vista que materiais como fotografias, mapas, jornais, revistas, manuscritos são documentos sensíveis, é possível que qualquer acervo abra suas portas para ações educativas?

Haike Kleber da Silva – Qualquer ação deve respeitar as condições e restrições de conservação dos documentos. Para documentos mais sensíveis – como as fotografias, passíveis de degradação pela variação de temperatura –, utilizamos reproduções nas atividades educativas sem perda alguma na aprendizagem. Envolvimento em poliéster para o manuseio dos mapas e o uso de luvas para todo e qualquer documento ajudam a trabalhar conceitos de preservação. Mas é necessário que haja orientação especializada dos conservadores: eles é que nos dirão o que tem e o que não tem condições de ser utilizado.

IHU On-Line – Deseja acrescentar mais alguma coisa?

Haike Kleber da Silva – Eu me sinto honrada de poder estar aqui participando da festa dos 35 anos da ANPUH-RS, entidade na qual me engajei e para a qual acho que dei uma boa parcela de contribuição. Além disso, retornar à Unisinos para mostrar um pouco do que tenho feito desde que abandonei os “pagos do Rio Grande” também é muito gratificante. Parte de minha formação como pesquisadora se deu nessa universidade. Parte de minha ligação com os acervos também. Sempre tive um apego especial pelos periódicos publicados em alemão na “colônia” preservados com bastante zelo pelo Prof. Rambo⁹ e sua equipe. Como diz o ditado: “o bom filho a casa torna”!

⁹ Balduino Rambo (1906-1961): sacerdote jesuíta, professor, jornalista, escritor, botânico e geógrafo brasileiro. Sobre ele, consultar o livro de Luiz Osvaldo Leite *Jesuítas cientistas no sul do Brasil* (São Leopoldo: Unisinos, 2005). Rambo publicou um livro de contos em dialeto alemão, em dois volumes, intitulado *O rebenito do carvalho* (São Leopoldo: Unisinos, 2002). Em 1942 publicou sua primeira grande obra, *A fisionomia do Rio Grande do Sul*, uma descrição detalhada da geografia do estado, incluindo mapas e 30 ilustrações paisagísticas, feitas a partir de fotos aéreas tiradas por ele em viagens por todo o território, realizadas com um avião do terceiro Regimento de Aviadores de Canoas. (Nota da IHU On-Line)

⁷ Acesse pelo link <http://www.europeana.eu/> (Nota da IHU On-Line)

⁸ Acesse pelo link <http://hemerotecadigital.bn.br/> (Nota da IHU On-Line)

História e verdade – Os arquivos como valor de prova

Renato Pinto Venâncio aborda a importância dos arquivos para a pesquisa historiográfica a partir da constituição de valores de prova para fundamentar a verdade histórica

POR ANDRIOLLI COSTA

Atualmente é impossível pensar o trabalho do historiador descolado da pesquisa em arquivos. No entanto, não foi sempre assim. De acordo com o pesquisador Renato Pinto Venâncio, até o início do século XIX, “os livros de história tinham como modelo a tradição clássica, e os historiadores quase sempre escreviam a respeito da Grécia e de Roma, recorrendo a textos filosóficos ou literários”. Quanto aos arquivos, estes eram fonte de consulta para pesquisa teológica ou mesmo jurídica, mas não historiográfica.

A partir dos “Novecentos”, no entanto, a aproximação com as gramáticas das ciências e a emergência de novas formas de encarar a sociedade estimularam “a ida aos arquivos e o desenvolvimento de um aparato crítico em relação aos documentos”. Grande parte devido à busca daquilo que Aristóteles nomeia de “valor da prova”. Venâncio relata que muitos historiadores, especialmente no século XIX, faziam a relação entre verdade e “valor da prova”. “No entanto, eles não eram ingênuos. Até mesmo uma criança sabe que nem tudo que está escrito num papel é verdade.” Os documentos de arquivo possuem este valor, o de uma verdade semelhante à jurídica.

Em entrevista concedida por e-mail à **IHU On-Line**, Venâncio defende a distinção – e as complementaridades – das atividades de arquivista e historiador, explora exemplos de ações educativas em arquivos e discorre sobre um dos grandes problemas da digitalização de material de acervo. Segundo ele, existe

uma impossibilidade estrutural de disponibilizar os milhões de páginas que compõem um arquivo na web. Isso faz com que o esforço de digitalização priorize material referencial, o que torna a circulação de conhecimento quase tautológica. “As instituições arquivísticas disponibilizam on-line seus acervos mais consultados e, em razão disso, eles são ainda mais consultados. Isso pode, de certa maneira, empobrecer o conhecimento histórico”, problematiza.

Renato Pinto Venâncio é graduado em História pela Pontifícia Universidade Católica – PUCRJ, com mestrado pela Universidade de São Paulo, doutorado pela Universidade de Paris IV – Sorbonne e pós-doutorado pela Universidade de São Paulo. Atuou como consultor científico, trabalhou como editor de periódicos em arquivos, tendo sido responsável pela coordenação da implantação do Sistema Integrado de Acesso do Arquivo Público Mineiro – SIA-APM. Atualmente é professor na Universidade Federal de Minas Gerais e coordena a Comissão de implantação da Diretoria de Arquivos Institucionais da UFMG. Dentre suas obras, destacamos *Universidade & Arquivos: gestão, ensino e pesquisa* (Belo Horizonte: ECI-UFMG, 2012), *Cativos do Reino: a circulação de escravos entre Portugal e Brasil, séculos 18 e 19* (São Paulo: Alameda, 2012) e a organização de *Panfletos Abolicionistas: o 13 de maio em versos* (Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro, 2007).

Confira a entrevista.

IHU On-Line – Qual a importância da Arquivística para a História? O que permite que ela se caracterize como uma disciplina própria e não como um braço da História?

Renato Pinto Venâncio – A relação entre Arquivística e História é, em si, um fenômeno histórico. Até o início do século XIX, essa relação não existia. Os livros de história tinham

como modelo a tradição clássica, e os historiadores quase sempre escreviam a respeito da Grécia e de Roma, recorrendo a textos filosóficos ou literários. Talvez a única área vin-

culada à História que, então, recorria sistematicamente aos arquivos fosse a da História Religiosa, mas numa perspectiva teológica, no sentido de provar que milagres tinham acontecido ou que determinado santo tinha realmente existido. Por isso é possível afirmar que até o início do século XIX não havia uma relação muito clara entre Arquivística e História. Os arquivos eram mais consultados pelos juristas do que pelos historiadores.

Tudo isso muda nos Novecentos. Grosso modo isso decorreu do papel que a História passou a ocupar. A partir das revoluções constitucionais, que puseram fim ao Antigo Regime, a noção de soberania migrou da realeza para a nação. Nesse último caso, tratava-se de um “eu coletivo”. Como definir uma nação? Ora, uma das respostas a essa questão foi a de pensar a nação como um passado em comum. É bom também lembrar que a construção dessas histórias nacionais projetava-se em territórios, que muitas vezes eram alvos de disputas (Alemanha e França, por exemplo) ou então lutavam por fundamentar uma noção de soberania em competição com outras (Itália, por exemplo). Todo esse quadro estimulou a ida aos arquivos e o desenvolvimento de um aparato crítico em relação aos documentos. No século XIX, a Arquivística foi definida como uma ciência auxiliar da História. No século XX, porém, essa definição deixou de ter sentido, pois a Arquivística passou a existir além dos Arquivos Históricos. A metodologia de Gestão Documental, com seu conceito de ciclo de vida dos arquivos, levou os arquivistas a se tornarem – pelo menos nos países desenvolvidos – um braço da modernização administrativa das organizações. Uma parte desta história é contada no excelente livro, recentemente traduzido, *Arquivos para quê? Textos escolhidos* (São Paulo: iFHC, 2010), de Bruno Delmas¹.

IHU On-Line – Como se dá a relação do historiador com o arquivista? No âmbito profissional, há espaços

1 Bruno Delmas (1941): arquivista paleográfico francês, historiador de documento contemporâneo. É membro do Comité des travaux historiques et scientifiques (CTHS) e da Académie des sciences d'outre-mer. (Nota da IHU On-Line)

de tensão, ou as atividades que eles desempenham mais se complementam do que competem entre si?

Renato Pinto Venâncio – Essa questão é bastante interessante. Defendo que os historiadores – salvo aqueles que estudaram a Arquivística contemporânea – não têm competência alguma para atuarem nos arquivos correntes ou intermediários. Os cursos de História não tratam dessas questões. Quais informações têm os alunos de graduação dessa área a respeito de Planos de Classificação Hierárquica de Documentos Administrativos ou de Tabelas de Temporalidade e Destinação? Creio que a resposta é: nenhuma. Por outro lado, há espaço para os historiadores trabalharem nos arquivos permanentes dos Arquivos Públicos. O conhecimento histórico é importante na identificação e descrição de acervos arquivísticos. O mesmo podemos afirmar em relação aos projetos de ação cultural ou ação educativa dos Arquivos Públicos. Por outro lado, os arquivistas também precisam conhecer História, caso contrário eles não conseguirão avaliar as massas documentais produzidas pelas organizações ou por pessoas físicas. Enfim, trata-se de uma interdisciplinaridade, e não de uma competição.

IHU On-Line – Quais são os métodos que permitem ao historiador construir (ou reconstruir) narrativas sobre o passado sem, com isso, incorrer na ficcionalização do relato?

Renato Pinto Venâncio – Recorro aqui ao texto de Carlo Ginzburg², *Sobre Aristóteles e a história, mais uma vez*³. Nele, Ginzburg observa que Aristóteles⁴ diferencia a qualidade

2 Carlo Ginzburg (1939): historiador italiano, conhecido como um dos pioneiros no estudo da micro-história. (Nota da IHU On-Line)

3 Publicado no livro *Relações de Força: história, retórica, prova* (São Paulo: Companhia das Letras, 2002). (Nota do entrevistado)

4 Aristóteles de Estagira (384 a.C.-322 a.C.): filósofo nascido na Calcídica, Estagira, um dos maiores pensadores de todos os tempos. Suas reflexões filosóficas – por um lado originais e por outro reformuladoras da tradição grega – acabaram por configurar um modo de pensar que se estenderia por séculos. Prestou inigualáveis contribuições para o pensamento humano, destacando-se nos campos da ética, política, física, metafísica, lógica, psicologia, poesia,

dos textos históricos de Heródoto⁵ em relação aos de Tucídides⁶, sublinhando que este último dava mais valor à prova. Então chegamos a uma questão fundamentalmente arquivística: os documentos de Arquivo têm valor de prova. Isso que os diferenciam, por exemplo, dos documentos de Biblioteca. Qual é o significado desse valor de prova? Ora, nesse aspecto adentramos em um campo minado, pois muitos historiadores associaram esse valor à noção de “verdade”. De fato, os historiadores do século XIX faziam essa relação. No entanto, eles não eram ingênuos. Até mesmo uma criança sabe que nem tudo que está escrito num papel é verdade.

A Escola Metódica⁷ do século XIX, comumente caracterizada como positivista, trabalhava com a noção de “verdade jurídica”. Então, quando se dizia que os documentos de arquivo eram verdadeiros, não necessa-

retórica, zoologia, biologia, história natural e outras áreas de conhecimento. É considerado, por muitos, o filósofo que mais influenciou o pensamento ocidental. (Nota da IHU On-Line)

5 Heródoto de Halicarnasso (420 a.C.-485 a.C.): historiador grego, autor da história da invasão persa da Grécia nos princípios do século V a.C., conhecida simplesmente como *As histórias de Heródoto*. Esta obra foi reconhecida como uma nova forma de literatura pouco depois de ser publicada. Heródoto foi o primeiro não só a gravar o passado, mas também a considerá-lo um problema filosófico ou um projeto de pesquisa que podia revelar conhecimento do comportamento humano. A sua criação deu-lhe o título de “pai da História”. (Nota da IHU On-Line)

6 Tucídides (460 a.C.-400 a.C.): historiador grego, autor de História da Guerra do Peloponeso, em que ele conta a guerra entre Esparta e Atenas, ocorrida no século V a.C. No dia 29-05-2003, durante a segunda edição do evento Abrindo o Livro, promovido pelo IHU, a obra História da Guerra do Peloponeso foi apresentada pelo Prof. Dr. Anderson Zaleski Vargas, da Pós-Graduação em História da UFRGS. A IHU On-Line entrevistou o historiador a respeito da obra apresentada na 62ª edição, de 02-06-2003. O material está disponível para download no link <http://bit.ly/ihuon62>. (Nota da IHU On-Line)

7 Escola Metódica: movimento surgido na França que buscou distanciar a História da Literatura. Centrado na figura do historiador Leopold Von Ranke, defendia uma existência objetiva da história que se oferece através dos documentos. A objetividade também afetava o pesquisador, que seria capaz de escapar a todo condicionamento social e cultural durante seus estudos. É tida como uma Escola Positivista. (Nota da IHU On-Line)

riamente se acreditava que eles reproduziam integralmente a realidade (aliás, se fosse assim, por qual razão esses historiadores teriam desenvolvido o aparato da crítica interna e externa às fontes?). A verdade jurídica voltava-se para a questão da custódia responsável (ou seja, onde permaneceu ou circulou o documento), ou então procurava-se identificar se o autor do documento reconhecia essa autoria. Enfim, é uma noção de verdade formal e dependente da crítica. Voltando à questão inicial, a História se diferencia da Literatura em razão da necessidade da prova. As hipóteses de pesquisa precisam ser demonstradas. É isso que faz a ida ao arquivo algo tão interessante: quase sempre a hipótese inicial não é confirmada. Então é estabelecida uma relação dialógica entre o historiador e o documento, fazendo com que a hipótese inicial seja ajustada às evidências. O resultado desse diálogo é sempre surpreendente, enriquecendo e aprofundando as perspectivas culturais da humanidade.

IHU On-Line – De que formas as novas tecnologias permitiram uma mudança no modo como se desenvolvia a pesquisa em acervos?

Renato Pinto Venâncio – Creio que a tecnologia apresenta dois aspectos: um positivo e outro nem tanto. O aspecto positivo é que está ocorrendo uma revolução do acesso aos acervos arquivísticos. A disponibilização crescente de fundos arquivísticos via internet democratiza o conhecimento e viabiliza a multiplicação da pesquisa e dos cursos de pós-graduação. Um exemplo: até a década de 2000, um dos campos mais elitistas da pesquisa sobre a história brasileira dizia respeito à Inquisição. Era necessário ir a Portugal, pois os processos inquisitoriais estão na Torre do Tombo⁸; também era necessário lá permanecer durante meses. Nesse caso a pesquisa tinha um custo muito elevado, restringindo o número de

pesquisadores. Sem dúvida, havia a possibilidade da microfilmagem, mas isso também é dispendioso e depende das leitoras de microfimes, que também são difíceis de encontrar.

Hoje a situação mudou. A maior parte dos processos inquisitoriais está disponível no site da Torre do Tombo⁹. Por outro lado, existe um problema: os Arquivos Públicos são compostos por centenas de milhões de páginas. Nenhum Arquivo Público de grande porte conseguirá, pelo menos por enquanto, disponibilizar todo seu acervo on-line. Quanto a isso, posso mencionar um exemplo que conheço bem: atualmente o Arquivo Público Mineiro¹⁰ disponibiliza on-line aproximadamente 1 milhão de páginas de documentos do século XVIII ao XX. Ora, isso representa menos de 5% de seu acervo.

Então, estamos diante da seguinte situação: as instituições arquivísticas disponibilizam on-line seus acervos mais consultados e, em razão disso, eles são ainda mais consultados. Isso pode, de certa maneira, empobrecer o conhecimento histórico. Os portais das instituições arquivísticas devem evitar tal situação e dar destaque aos Guias de Fundos e Coleções, assim como destacar a riqueza e diversidade da documentação que abrigam.

IHU On-Line – Em um contexto de disponibilidade quase infinita de informação on-line em acervos e arquivos públicos digitais, torna-se mais fácil ou mais difícil para um historiador cercar um tema de interesse?

Renato Pinto Venâncio – Na questão acima, em parte respondi sua indagação. A questão é o seguinte: o trabalho do historiador não é solitário. A pesquisa acadêmica está sempre inserida em contextos historiográficos. Então, um pesquisador iniciante deve sempre começar por procurar estudar a historiografia nacional e internacional a respeito do tema selecionado. Em outras palavras, o arquivo é um momento avançado da pesquisa. Os documentos precisam ser indagados,

questionados e essas questões estão presentes na historiografia da área.

IHU On-Line – Atualmente, existem projetos e políticas públicas de incentivo à ação educativa em arquivos? Quais são os grandes desafios?

Renato Pinto Venâncio – Eis um campo em que os historiadores podem contribuir. Uma ação educativa bem estruturada depende de várias etapas. O contato com os professores, depois a produção de material para ser utilizado pelos professores de História (por exemplo: indicação de um ou uma série de documentos, sua contextualização, perguntas e respostas, etc.), em seguida vem o treinamento de estagiários que receberão os alunos no Arquivo. Por último, a recepção dos alunos. Há experiências internacionais envolvendo professores de Matemática, Português ou mesmo de Química em ações educativas em Arquivos Públicos. No Brasil, há um trabalho excepcional feito pelo Arquivo Público do Estado de São Paulo¹¹, de Ação Educativa via internet. Não tenho conhecimento de políticas públicas de ações educativas em Arquivos, nem acho que isso consistiria em um objeto de uma política pública.

IHU On-Line – O que é preciso ser feito para a democratização das informações disponíveis nos arquivos? Apenas a digitalização é suficiente para dar conta disso?

Renato Pinto Venâncio – Creio que acima respondi parcialmente sua questão. No entanto, gostaria de acrescentar um aspecto fundamental. Há recursos nas agências de fomento à pesquisa para a criação de portais com acervos arquivísticos. No entanto, não há linhas de financiamento para a manutenção desses portais. Então, muito é feito e muito é perdido. Devia-se adotar o modelo da Espanha, no qual o Ministério da Cultura mantém uma plataforma única: a *Pares*¹². Os arquivos regionais podem manter seus próprios portais, mas o ministério da cultura garante a continuidade da disponibilização dos acervos digitalizados.

⁸ Torre do Tombo: unidade que se constitui como arquivo central do Estado Português desde a Idade Média, tendo os seus primeiros Guardas-Mores sido, também, Cronistas-Mores do Reino. Com mais de 600 anos, é uma das mais antigas instituições portuguesas ainda ativas. (Nota da IHU On-Line)

⁹ Acesse em <http://digitarq.dgarq.gov.pt/> (Nota da IHU On-Line)

¹⁰ Acesse em <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br> (Nota da IHU On-Line)

¹¹ Acesse em <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/> (Nota da IHU On-Line)

¹² Acesse em <http://bit.ly/paresihu> (Nota da IHU On-Line)

Tema
de
Capa

**Destques
da Semana**

IHU em
Revista

Destques On-Line

Entrevistas especiais feitas pela **IHU On-Line** no período de 05-08-2014 a 08-08-2014, disponíveis nas **Entrevistas do Dia** do site do IHU (www.ihu.unisinos.br).

Pós-junho e pós-Copa. O desafio de, sem deixar-se capturar, impactar a política institucional

Entrevista especial com Pablo Ortellado, professor no Programa de Pós-graduação em Estudos Culturais da USP e coordenador do Grupo de Pesquisa em Políticas Públicas para o Acesso à Informação Gpopai
Publicada no dia 08-08-2014
Acesse o link <http://bit.ly/X6naYL>

“O grande legado positivo das manifestações de junho é o fortalecimento de formas de organização social que são desvinculadas das instituições e que valorizam o processo de democracia interna. No entanto, esse tipo de movimento tem muita dificuldade de converter essa pulsante democracia comunitária em mudança política concreta e duradoura. Acho que o grande desafio dos próximos anos consistirá nesses movimentos adquirirem a capacidade de impactar concretamente a política institucional sem se deixarem capturar por ela”, a reflexão é do professor Pablo Ortellado, que tem acompanhado as manifestações de rua, inclusive antes de os protestos ganharem a dimensão de junho de 2013.

“O ‘virtual’ é real”. Cultura digital e evangelização

Entrevista especial com Moisés Sbardelotto, mestre e doutorando em Ciências da Comunicação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos
Publicada no dia 07-08-2014
Acesse o link <http://bit.ly/X6ntCL>

A cultura do encontro e o testemunho. Essas são as bases que devem nortear a comunicação na Igreja, que tem não somente a intenção de comunicar, mas a prioridade de evangelizar. Num contexto desafiante de transcender o “marketing religioso”, ainda mais excessivo na era digital, é preciso “passar de uma comunicação meramente informativa para uma comunicação performativa, que não apenas transmita dados e informações, mas que promova o Encontro maiúsculo, a experiência de uma Mensagem maiúscula, que vai muito além do mero conteúdo transmitido”, assinala Sbardelotto.

A retórica do desenvolvimento e o fantasma do apagão num emaranhado jogo de disputa política

Entrevista especial com Célio Bermann, professor do Instituto de Energia e Ambiente da Universidade de São Paulo
Publicada no dia 06-08-2014
Acesse o link <http://bit.ly/1uv2qoi>

O governo brasileiro “age como bombeiro para apagar o fogo que ele próprio provocou, claro, tendo também as empresas públicas e privadas na coautoria desse incêndio em que se transformou o setor elétrico no Brasil”. A observação é de Célio Bermann, professor do Instituto de Energia e Ambiente da Universidade de São Paulo, que há anos acompanha a situação do setor elétrico no país. Crítico da MP 579, que tratou da renovação das concessões do setor elétrico em 2012, Bermann destaca que as discussões acerca da energia no Brasil foram substituídas por um “jogo político”, que envolve partidos, empreiteiras e empresas do setor elétrico.

Extração de minério no Atlântico: “Abrir uma nova e tão controversa fronteira não traz vantagem alguma”

Entrevista especial com Carlos Bittencourt, historiador e pesquisador do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas – Ibase
Publicada no dia 05-08-2014
Acesse o link <http://bit.ly/1msTIBC>

Com o lançamento das bases para a extração de minérios no fundo do mar, em 2013, pela Autoridade Internacional do Leito Oceânico, órgão da ONU responsável pelo controle da mineração nos oceanos, o Brasil pediu autorização para iniciar pesquisas relativas à extração no subsolo do Oceano Atlântico. De acordo com Carlos Bittencourt, o Serviço Geológico do Brasil CPRM “conseguiu autorização para pesquisar e explorar uma área de três mil quilômetros quadrados em águas internacionais. Trata-se de uma região conhecida como Elevação do Rio Grande, localizada a 1,5 mil quilômetros da costa do estado do Rio de Janeiro”.

Siga nossas Redes Sociais

Facebook

Facebook interface showing the profile of Instituto Humanitas Unisinos. The cover photo features a person with 'NO' and 'RAPE' written on their hands. The profile picture is the IHU logo. The page shows 14,517 likes and 3,350 posts. Navigation buttons for 'Curtiu' and 'Mensagem' are visible. Below the profile information are sections for 'Mídia/Notícias/Publicação', 'Fotos', 'Opções "Curtir"', 'Eventos', and 'Promoções'.

Twitter

Twitter feed for @ihu. Four tweets are visible:

- IHU @_ihu** 3 h: 'Advogado é custo, engenheiro é produtividade', diz Dilma Rousseff em Nova York bit.ly/19GKVX9
- IHU @_ihu** 3 h: Sementes Nativas, Garantia de Futuro: Carta de Mandirituba bit.ly/16EwS1h
- IHU @_ihu** 3 h: O fascínio discreto de Póncio Pilatos. Artigo de Giorgio Agamben bit.ly/1h7ZFKF Com a imagem correta. pic.twitter.com/G0cZJc2y8B
- IHU @_ihu** 3 h: Qual código de ética é lecionado na faculdade de administração de Harvard? bit.ly/16EwNdK

Blog

Blog post from Instituto Humanitas Unisinos. The title is 'Ativistas do Greenpeace estão presos na Rússia'. The post includes a sub-header 'Ativistas presos', a date '12/08/2014', and a category 'Atualizado'. The main text discusses the arrest of Greenpeace activists in Russia. An image shows a person in winter gear, likely an activist, in a snowy environment.

Instagram

Instagram profile page for @ihu. The grid shows various images related to IHU, including books like 'A ciência da leitura de Latour' and 'IHU ideias', and photos of events and people. The profile name is 'Instituto Humanitas Unisinos' and it shows 29 posts, 70 followers, and 33 following.

 bit.ly/ihuon
 twitter.com/_ihu

 instagram.com/_ihu
 unisinos.br/blogs/ihu

Teologia Pública

O pós-colonialismo e a fé cristã. Desafios

Diarmuid O’Murchu, em seu recente livro *On Being a Postcolonial Christian: Embracing an Empowering Faith*, debate costumes enraizados cujos sentidos são irrelevantes para nosso tempo

POR: MÁRCIA JUNGES E RICARDO MACHADO | TRADUÇÃO: WALTER O. SCHLUPP

O psicólogo social e membro dos Missionários do Sagrado Coração Diarmuid O’Murchu lançou, em maio deste ano, o livro *On Being a Postcolonial Christian: Embracing an Empowering Faith* (New York: Amazon, 2014), em tradução livre: *Sobre ser um cristão pós-colonial: abraçando e empoderando a fé*.

Em entrevista por e-mail à **IHU On-Line**, ele comenta a obra, afirmando que o pós-colonialismo “analisa as consequências, o impacto que continua atuando anos depois que a influência colonizadora em si deixou de existir, ou tenha perdido grande parte de sua influência”, explica. “Um exemplo simples é a dos paramentos, que o sacerdote usa ao celebrar Eucaristia: eles são modelados conforme os trajes usados pelas elites masculinas na época romana dos séculos IV a V. Por que continuamos agarrados a essa ultrapassada bagagem associada a uma superada cultura imperial?”, questiona.

“O próprio papado, além de várias características de autoridade em todas as Igrejas cristãs, continua usando símbolos cujo significado está enraizado em costumes e práticas que, além de serem irrelevantes para o nosso tempo, poderiam até mesmo ser considerados blasfemos desvios da vivência de uma fé mais autêntica”, provoca Diarmuid. Ao propor uma perspectiva mais crítica com relação a costumes, que na sua avaliação são imperiais, o autor defende que o “pós-colonialismo é muito mais um instrumento ou recurso que provoca um despertar adulto para as formas como temos sido engabelados por muito tem-

po. Ele mostra os comportamentos codependentes detectados em todos os principais sistemas de fé, induzindo os devotos a se comportar como crianças passivas, em vez de adultos criticamente envolvidos”.

Por fim, ele destaca que no caso do cristianismo há todo um linguajar suntuoso onde Deus é tratado com um rei, adotando um repertório tipicamente imperial. “Dirigir-se a Deus como rei, adotando todo um repertório de constructos imperiais, nada tem a ver com a mensagem do Evangelho original, com a qual Jesus denunciou veementemente a instituição da realeza. Na verdade, esses constructos se devem à influência patriarcal de gente como Constantino, que se agarraram ao poder, minando a autêntica fé cristã ao longo de vários séculos, até os nossos dias”, aponta.

Diarmuid O’Murchu é psicólogo social e membro da Sociedade dos Missionários do Sagrado Coração. Durante anos atuou no aconselhamento de casais, portadores de HIV, moradores de rua e refugiados. Agiu ainda como facilitador da organização de grupos para propagação da fé em países como Europa, Estados Unidos, Austrália, Filipinas, Tailândia, Índia e Peru. Além do livro que abordamos nesta entrevista, Diarmuid O’Murchu escreveu, entre outras obras, *Christianity’s Dangerous Memory* (New York: The Crossroad Publishing Company, 2011), *In the Beginning was the Spirit* (New York: Orbis Books, 2012) e *God in the Midst of Change* (New York: Orbis Books, 2013).

Confira a entrevista.

IHU On-Line Que é pós-colonialismo e o que é um cristão pós-colonial?

Diarmuid O’Murchu O pós-colonialismo estuda o que resta do poder colonial. Ele destaca e analisa as con-

sequências, o impacto que continua atuando anos depois que a influência colonizadora em si deixou de existir,

ou tenha perdido grande parte de sua influência. Um exemplo simples é a dos paramentos, que o sacerdote usa ao celebrar Eucaristia: eles são modelados conforme os trajes usados pelas elites masculinas na época romana dos séculos IV a V. Por que continuamos agarrados a essa ultrapassada bagagem associada a uma superada cultura imperial? O próprio papado, além de várias características de autoridade em todas as Igrejas cristãs, continua usando símbolos cujo significado está enraizado em costumes e práticas que, além de serem irrelevantes para o nosso tempo, poderiam até mesmo ser considerados blasfemos desvios da vivência de uma fé mais autêntica.

IHU On-Line Quais são os desafios e as possibilidades que emergem de tal visão para o cristianismo? Diarmuid O’Murchu O pós-colonialismo faz uma crítica penetrante do poder imperial (patriarcal) com seu dissimulado vício de perpetuar-se *ad infinitum*. Ele vai mais fundo que outras ferramentas de análise, focalizando principalmente a forma como língua e literatura continuam a espessar e valorizar práticas e concepções que mascaram o jogo de poder que precisa ser exposto, em nome da verdade e da justiça.

IHU On-Line Até que ponto essa perspectiva pós-colonial implica um novo uso e um novo significado para a fé?

Diarmuid O’Murchu O pós-colonialismo é muito mais um instrumento ou recurso que provoca um despertar adulto para as formas como temos sido engabelados por muito tempo. Ele mostra os comportamentos codependentes detectados em todos os principais sistemas de fé, induzindo os devotos a se comportar como crianças passivas, em vez de adultos criticamente envolvidos.

IHU On-Line Será que se poderia mesmo falar de um retorno para uma fé mais autêntica, com base nessa perspectiva pós-colonial? Por quê?

Diarmuid O’Murchu O pós-colonialismo critica aquilo que ele considera superficial, convidando o praticante da fé a buscar sentidos mais

profundos. No caso do cristianismo, o pós-colonialismo destaca o fato de que todo esse linguajar suntuoso — dirigir-se a Deus como rei, adotando todo um repertório de constructos imperiais — nada tem a ver com a mensagem do Evangelho original, com a qual Jesus denunciou veementemente a instituição da realeza. Na verdade, esses constructos se devem à influência patriarcal de gente como Constantino¹, que se agarraram ao poder, minando a autêntica fé cristã ao longo de vários séculos, até os nossos dias.

IHU On-Line Partindo dos conhecimentos de História, da Teologia e das Ciências Humanas, quais evidências demonstram que o cristianismo promove o poder imperial?

Diarmuid O’Murchu A evidência se manifesta na incontestada submissão à instituição da realeza e na maneira indiscriminada e irrefletida com que qualidades imperiais são atribuídas a Jesus e foram adotadas em várias práticas da Igreja ao longo de muitos séculos.

IHU On-Line Até que ponto essa postura do cristianismo em relação ao poder imperial chegou a causar problemas, como a falta de diálogo inter-religioso, por exemplo?

Diarmuid O’Murchu A mentalidade imperial não é apenas uma espécie de obediência cega a certas formas e estruturas de poder, mas também tende a opor-se a qualquer outro sistema de fé que venha a desafiar seus pressupostos. Quando outras religiões também usam linguagem e imagens “régias”, essas mesmas religiões imperiais provavelmente deixarão de concordar entre si e acabarão condenando-se mutuamente, por não adotar a versão “pura” de determinado poder. A dominação imperial geralmente é acompanhada de um tipo perigoso de arrogância e, como mostram os estudos pós-coloniais, pode levar a

uma série de desvirtuamentos, distorções, e mais: a conluios pouco salutares.

IHU On-Line Existe uma conexão entre o cristianismo pós-colonial e uma “perigosa” memória cristã?

Diarmuid O’Murchu A “perigosa memória cristã” mencionada por uma série de estudiosos cristãos é a noção de Evangelho do Reino de Deus, que eu sugiro seja melhor traduzida (do original aramaico) como *Companheirismo do Empoderamento*, característica central da vida e do testemunho do Jesus histórico. É a antítese da colonização que os estudos pós-coloniais procuram denunciar e desmascarar.

IHU On-Line Na América Latina, a Teologia da Libertação tem promovido uma revitalização da fé católica e da resistência ao poder opressor. Em que sentido pode essa teologia ser vista como expressão do cristianismo pós-colonial?

Diarmuid O’Murchu A Teologia da Libertação com razão critica a opressão e a dominação sofridas pelos pobres e marginalizados sob o poder de forças imperiais profanas. Apenas raramente ela critica abertamente a própria Igreja, particularmente a sua submissão a estruturas de poder que, em si, representam uma traição do empoderamento libertador do Evangelho, o qual se manifesta de uma forma única na vida e na práxis do Jesus histórico.

Leia mais...

- *Por uma evolução consciente, dinâmica e proativa.* Entrevista com Diarmuid O’Murchu publicada na edição 448 da **IHU On-Line**, de 28-07-2014, disponível em <http://bit.ly/1uvryve>.
- *Pós-colonialismo e pensamento descolonial. A construção de um mundo plural.* Edição 431 da **IHU On-Line**, de 04-11-2013, disponível em <http://bit.ly/1tSoEQM>.

¹ Constantino também conhecido como Constantino Magno ou Constantino, o Grande (em latim Flavius Valerius Constantinus Naisso (272–337): foi um imperador romano, proclamado Augusto, venerável, pelas suas tropas em 25 de julho de 306, que governou uma porção crescente do Império Romano até a sua morte. (Nota da IHU On-Line)

Artigo da Semana

Parábolas, a língua do Reino

POR GIORGIO AGAMBEN | TRADUÇÃO: SELVINO J. ASSMANN

A literatura é a memória do fogo que perdemos. E se continuamos a narrar, a inventar e compartilhar histórias é justamente porque não podemos abrir mão do mistério do qual também fomos separados. Parte daí a reflexão que Giorgio Agamben escande nos ensaios reunidos em *Il fuoco e il racconto* (...), nova etapa de um longo percurso intelectual durante o qual o pensa-

dor soube entrelaçar entre si as linguagens da filosofia, da literatura e da teologia. Uma vastíssima rede de remissões testemunhada também pela passagem que antecipamos nesta página, no qual o assunto principal de *Il fuoco e il racconto* é aplicado às parábolas evangélicas ou, mais precisamente, o nexa inseparável entre “Parábola e Reino”.

Eis o texto de Agamben:

*Sobre as parábolas (Von den Gleichnissen)*¹ é o título de um fragmento póstumo de Kafka,² publicado por Max Brod em 1931. Trata-se aparentemente, como o título parece sugerir, de uma parábola sobre as parábolas. O sentido do breve diálogo que se desenrola entre os dois interlocutores (de um terceiro, que recita o primeiro texto, não se diz nada) é, porém, precisamente o contrário, a saber, que a parábola sobre as parábolas não é mais uma parábola.

“Muitas pessoas se queixam porque as palavras dos sábios sempre são apenas parábolas, mas inaplicáveis na vida cotidiana, que a única vida que temos. Quando o sábio diz: “Vá além”, ele não quer dizer que a gente (einer) deva ir para outro lado, algo que se poderia sempre fazer, se o resultado valesse a pena, mas sobretudo se refere a algo distante e misterioso, algo que não conhecemos, algo que ele mesmo não conseguiria designar mais de perto (näher) e que, portanto, já não pode ser de ajuda alguma. Todas estas parábolas só e precisamente querem dizer que o incompreensível é incompreensível, e isso já o sabíamos. Mas aquilo com que nos preocupamos cada dia são outras coisas”.

Uma voz anônima (*einer*, “alguém”) sugere a solução do problema: “Por que vocês resistem? Se seguissem as parábolas, terminariam por tornar-se parábola vocês mesmos, e com isso estariam livres das preocupações cotidianas”. A objeção do segundo interlocutor “aposto que também esta afirmação é uma parábola” parece, contudo, insuperável: também o fato de tornar-se parábola e a saída da realidade são, segundo todas as evidências, apenas

uma parábola, com o que o primeiro interlocutor não tem dificuldade de concordar (“você venceu”). Só nesta altura ele pode esclarecer o sentido da sua sugestão e inverter improvavelmente a derrota em vitória. Frente ao comentário despreocupado do segundo: “mas infelizmente só em parábola”, ele responde sem qualquer ironia: “não; venceu na realidade; na parábola você perdeu”.

Quem se obstina em manter a distinção entre realidade e parábola não entendeu o sentido da parábola. Tornar-se parábola significa compreender que não há mais diferença entre a palavra do Reino e o Reino, entre o discurso e a realidade. Por isso, o segundo interlocutor, que insiste em acreditar que a saída da realidade ainda seja uma parábola, só pode perder. Para quem se faz palavra e parábola a derivação etimológica mostra aqui toda a sua verdade o Reino está tão perto que pode ser captado sem “ir além”.

Segundo a tradição da hermenêutica medieval, a Escritura tem quatro sentidos (que um dos autores do Zohar faz corresponder aos quatro rios do Éden e às quatro consoantes da palavra *Pardes*, “paraíso”): aque-

¹ No dia 10 de junho de 2014, o jornal italiano *Avvenire* (Roma) publicou texto de Agamben que faz parte do mais recente livro do autor, intitulado *Il fuoco e il racconto* (Roma, Nottetempo, 2014). Antes do breve capítulo do novo livro, o jornal faz um comentário que aqui traduzimos também: AGAMBEN, Giorgio. Parabole, la lingua del Regno. *Avvenire*. Roma, 10.06.2014. Acessado em 05 de agosto de 2014: <http://bit.ly/1r524XI>. Tradução portuguesa de Selvino J. Assmann

² Franz Kafka (1883-1924): escritor tcheco, de língua alemã. De suas obras, destacamos: *A metamorfose* (1916), que narra o caso de um homem que acaba transformado num gigantesco inseto, e *O processo* (1925), cujo enredo conta a história de um certo Josef K., julgado e condenado por um crime que ele mesmo ignora. (Nota da IHU On-Line)

le literal ou histórico, o alegórico, o tropológico ou moral, e aquele anagógico ou místico. O último sentido conforme está implícito no seu nome (*anagogia* significa movimento para o alto) não é um sentido ao lado dos outros, mas indica a passagem a outra dimensão (na formulação de Nicolau de Lira, ele indica *quo tendas*, “aonde deves ir”). Aqui, o equívoco sempre possível é o de tratar os quatro sentidos como diferentes uns dos outros, mas substancialmente homogêneos, como se, por exemplo, o sentido literal se referisse a um certo lugar ou a certa pessoa e o anagógico, a outro lugar ou a outra pessoa. Contra este equívoco, que gerou a estúpida ideia de uma interpretação infinita.

Orígenes não se cansa de lembrar que “*não devemos pensar que os eventos históricos sejam figura de*

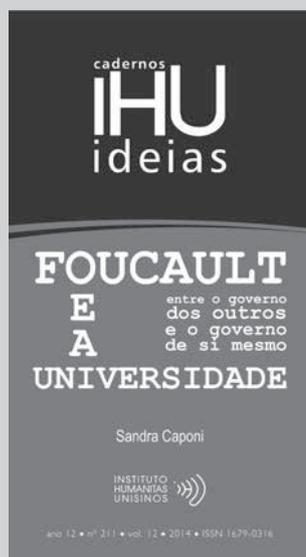
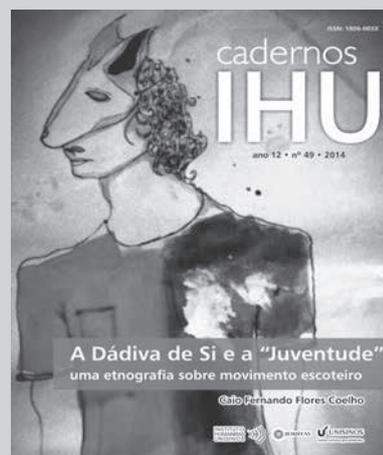
outros eventos históricos, nem que as coisas corporais sejam figura de outras coisas corporais, mas que as coisas corporais são figura de realidades espirituais e os eventos históricos, de realidades inteligíveis”. O sentido literal e o sentido místico não são dois sentidos separados, mas homólogos: o sentido místico nada mais é do que o fato de a letra elevar-se para além do seu sentido lógico, do que o transfigurar-se na compreensão ou seja, a cessação de todo sentido ulterior. Entender a letra, tornar-se parábola significa permitir que nela aconteça o Reino. A palavra “como se não fôssemos Reino”, mas justamente e só desse modo ela nos abre a porta do Reino. A parábola sobre a “palavra do Reino” é, assim, uma parábola sobre a língua, a saber, sobre aquilo que ainda e sempre nos resta por entender o fato de sermos falantes.

Compreender a nossa morada na língua não significa conhecer o sentido das palavras, com todas as suas ambiguidades e todas as suas sutilezas. Significa, isso sim, dar-mos conta de que aquilo que na língua está em questão é a proximidade do Reino, a sua semelhança com o mundo tão próximo e tão semelhante que costumamos a reconhecê-lo. Pelo fato de que a sua proximidade é uma exigência, a sua semelhança uma apóstrofe que não podemos deixar insatisfeita. A palavra nos foi dada como parábola, não para nos afastarmos das coisas, mas para as deixarmos perto de nós, mais perto como acontece quando reconhecemos num rosto uma semelhança, como quando uma mão roça em nós. Parabolar é simplesmente falar: *Marana tha*, “vem, Senhor”.

Acesse o Twitter do IHU em twitter.com/_ihu



CONFIRA AS PUBLICAÇÕES DO INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS - IHU



ELAS ESTÃO DISPONÍVEIS NA PÁGINA ELETRÔNICA

WWW.IHU.UNISINOS.BR

Tema
de
Capa

Destques
da Semana

**IHU em
Revista**

Forma de vida e os dispositivos biopolíticos de exceção e governamentalização da vida humana

“Todas as formas de governo, assim como os diferentes projetos que se propõem atualmente como alternativas, terminam sendo engolidos por uma lógica maior, a da governamentalização da vida na racionalidade *oikonomica*, e pela espetacularização das democracias reduzidas a uma espécie de liturgia da glorificação dos governantes”, afirma Castor Bartolomé Ruiz

POR MÁRCIA JUNGES

No livro *Altíssima Pobreza. Regras monásticas e forma de vida* [Homo Sacer, IV, 1] (*Altissima poverta. Regole monastiche e forma di vita* São Paulo: Boitempo Editorial, 2013), Giorgio Agamben propõe “formas de vida” alternativas aos dispositivos biopolíticos de controle social atualmente hegemônicos. A economia política capitalista dominante e o direito como dispositivo de captura da vida se impõem de forma tão absoluta que conseguem assimilar as diferenças e normatizar as divergências numa espécie de totalidade única, impedindo a percepção de uma exterioridade ao sistema. Todas as formas de governo, assim como os diferentes projetos que se propõem atualmente como alternativas, terminam sendo engolidos por uma lógica maior, qual seja, a governamentalização da vida na racionalidade *oikonomica*, e pela espetacularização das democracias reduzidas a uma espécie de liturgia da glorificação dos governantes. Agamben pensa a possibilidade de criar aberturas para a biopolítica atual através de novas formas de vida que não se submetam às práticas governamentais existentes”, comenta o filósofo Castor Bartolomé Ruiz.

De acordo com o professor e pesquisador, “a questão de fundo que Agamben se propõe desenvolver nestas obras finais do projeto *Homo sacer* é uma questão ética, ela diz respeito à possibilidade de se criar uma forma de vida

capaz de superar os dispositivos biopolíticos de controle social em que estamos imersos”. Segundo Castor, trata-se de “uma abordagem ética da vida, uma perspectiva que identifica a forma de vida como um modo ético de criar uma nova política. Esta perspectiva ética seria o paradigma político da comunidade que vem e da política que vem”.

Castor Bartolomé Ruiz é professor nos cursos de graduação e pós-graduação em Filosofia da Unisinos. É graduado em Filosofia pela Universidade de Comillas, na Espanha, mestre em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS e doutor em Filosofia pela Universidade de Deusto, Espanha. É pós-doutor pelo Conselho Superior de Investigações Científicas. Escreveu inúmeras obras, das quais destacamos: *Os paradoxos do imaginário* (São Leopoldo: Unisinos, 2003); *Os labirintos do poder. O poder (do) simbólico e os modos de subjetivação* (Porto Alegre: Escritos, 2004) e *As encruzilhadas do humanismo. A subjetividade e alteridade ante os dilemas do poder ético* (Petrópolis: Vozes, 2006). Leia, ainda, o livro eletrônico do XI Simpósio Internacional IHU: *o (des)governo biopolítico da vida humana*, no qual Castor Ruiz contribui com uma reflexão intitulada “A exceção jurídica na biopolítica moderna”, disponível em <http://bit.ly/a88wnF>.

Confira a entrevista.

IHU On-Line Qual é a temática central abordada em *Altíssima Pobreza*?

Castor Bartolomé Ruiz O tema central desta obra de Agamben¹, *Altíssima Pobreza*, é a relação entre a regra e a vida. No marco deste tema geral, Agamben se propõe investigar o que denomina de *forma de vida*. É uma temática que implica os dois conceitos: forma e vida, procurando mostrar as possibilidades de uma vida que dá forma a si mesma sem estar submetida a regras externas que a normatizam ou excluem.

O interesse de Agamben por este tema decorre de suas pesquisas anteriores sobre os dispositivos biopolíticos de controle social e governo da vida: exceção e *oikonomia*. A arqueologia sobre a forma de vida, ou seja, sobre as possibilidades da vida humana poder se dar uma forma própria de

viver, apresenta-se como paradigma possível para outras formas de vida que não se deixam normatizar pelos dispositivos biopolíticos, *oikonomicos*, dominantes. Agamben pretende mostrar nestas pesquisas últimas a possibilidade de criar uma forma de vida, uma vida capaz de dar forma a seu modo de viver sem ficar presa aos dispositivos jurídicos ou econômicos que regem nossas sociedades. Esta é uma abordagem ética da vida, uma perspectiva que identifica a *forma de vida* como um modo ético de criar uma nova política. Esta perspectiva ética seria o paradigma político da comunidade que vem e da política que vem.

Como é habitual nas suas obras, Agamben utiliza-se do método arqueológico-genealógico para mostrar suas teses. Nesta obra, realiza uma arqueologia da *forma de vida* do monacato cristão dos séculos IV e V e dos movimentos religiosos dos séculos XI e XII, entre eles o franciscanismo. O objetivo do autor é encontrar nestas formas de vida paradigmas de experiências que problematizaram a vida de tal modo que criaram uma forma diferente de vivê-la. O eixo sobre o qual o monacato criou sua forma de vida foi a regra. Agamben faz uma análise arqueológica sobre a relação entre regra e vida e como a regra foi problematizada nas formas de vida das primeiras comunidades cenobitas cristãs.

IHU On-Line O que significa o conceito “forma de vida” e qual é o nexos que se estabelece entre regra e vida a partir dessa perspectiva?

Castor Bartolomé Ruiz O sintagma “forma de vida” não é uma invenção dos movimentos franciscanos nem do monacato cristão, ele já se encontra em pensadores clássicos como Cícero², Quintiliano³, Sêneca⁴ (*sanam ac salubrem formam vitae tenete*), entre outros.

2 **Túlio Cícero** (106 a.C. - 43 a.C.): filósofo, orador, escritor, advogado e político romano. (Nota da IHU On-Line)

3 **Marco Fábio Quintiliano** (em latim, Marcus Fabius Quintilianus, 35 d.C. - 95 d.C.): orador, advogado e professor de retórica romano. Escreveu o *Institutio Oratoria*. (Nota da IHU On-Line)

4 **Sêneca** (4 a.C. - 65 d.C.): estadista, escritor e filósofo estoico romano. De suas obras, restam 12 ensaios filosóficos, 124 cartas, um ensaio meteorológico, uma sátira e nove tragédias. (Nota da IHU On-Line)

1 **Giorgio Agamben** (1942): filósofo italiano. É professor da *Facoltà di Design e arti della IUAV* (Veneza), onde ensina Estética, e do *College International de Philosophie* de Paris. Formado em Direito, foi professor da *Università di Macerata*, *Università di Verona* e da *New York University*, cargo ao qual renunciou em protesto à política do governo norte-americano. Sua produção centra-se nas relações entre filosofia, literatura, poesia e, fundamentalmente, política. Entre suas principais obras, estão *Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua* (Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002), *A linguagem e a morte* (Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2005), *Infância e história: destruição da experiência e origem da história* (Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006); *Estado de exceção* (São Paulo: Boitempo Editorial, 2007), *Estâncias - A palavra e o fantasma na cultura ocidental* (Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2007) e *Profanações* (São Paulo: Boitempo Editorial, 2007). Em 04-09-2007, o sítio do **Instituto Humanitas Unisinos - IHU** publicou a entrevista *Estado de exceção e biopolítica segundo Giorgio Agamben*, com o filósofo Jasson da Silva Martins, disponível em <http://bit.ly/jasson040907>. A edição 236 da **IHU On-Line**, de 17-09-2007, publicou a entrevista *Agamben e Heidegger: o âmbito originário de uma nova experiência, ética, política e direito*, com o filósofo Fabrício Carlos Zanin, disponível em <http://bit.ly/ihuon236>. A edição 81 da publicação, de 27-10-2003, teve como tema de capa *O Estado de exceção e a vida nua: a lei política moderna*, disponível para acesso em <http://bit.ly/ihuon81>. Além disso, de 16 de abril a 23 de outubro de 2013, o IHU organizou o ciclo de estudos *O pensamento de Giorgio Agamben: técnicas biopolíticas de governo, soberania e exceção*, cujas atividades integraram o I e o II seminários preparatórios ao *XIV Simpósio Internacional IHU - Revoluções tecnocientíficas, culturas, indivíduos e sociedades*. (Nota da IHU On-Line)

Agamben destaca que, antes dos séculos IV e V, nunca se tinha produzido tanta literatura nem tão sólida sobre a regra de vida. Segundo Agamben, a novidade da regra de vida do monacato cristão reside em que não se cria a regra para impô-la sobre a vida, como ocorre com o direito comum, mas é a vida que deve dar a regra mais conveniente para viver. Nas origens do monacato, não existe a regra como norma independente e externa à vida, pelo contrário, a regra se origina do modo de vida que se escolhe e se pretende viver. Na origem do monacato cristão há uma experiência de forma de vida na qual se propõe a vida como critério para definir as regras e não o contrário, que é como que habitualmente opera o direito e os dispositivos normatizadores das instituições modernas.

A regra, no monacato cristão originário, era imanente à vida, dela devia derivar e a ela tinha que se assimilar. Por isso, a forma de vida a que se aspirava não era a de cumprir as regras dadas a modo de obediência servil a uma lei, senão a de internalizar uma regra de vida, escolhida pelos monges, a tal ponto que se fizesse indiscernível a regra da vida, havendo transformado a vida numa forma regrada de viver e a regra numa forma de vida. O elo crítico sobre o que girava esta frágil relação era a opção do monge por escolher essa regra como uma forma de viver, fazendo desse viver uma forma de regra a vida.

Agamben chama atenção a respeito da originalidade desta experiência de vida, uma vez que ela questiona a tradicional e atual relação entre a lei e a vida. Para a lei, a vida é um elemento que deve ser capturado, normatizado, regrado para seu melhor controle e eficiência. A lei está a serviço da ordem, como as normas o estão das instituições; para ambas, a vida é o elemento subsidiário que deve ser legislado e normatizado. A arqueologia do monacato cristão mostra que nele se constituiu uma forma de vida diferente que decidiu ignorar o direito comum como norma de sua convivência comunitária, estabelecendo em seu lugar uma relação singular entre a regra e a vida. A regra de vida do monacato se tornará ofício litúrgico aspirando a fazer da vida uma liturgia e da liturgia

uma forma de vida. Na experiência monástica, por um lado, tudo se faz regra e ofício até o extremo que a vida se dilui na regra. Concomitantemente, tudo se faz vida; as regras, desenvolvidas cada vez mais na forma de ofício litúrgico, se tornam “preceitos vitais”. À lei que se indetermina numa forma de vida corresponde uma vida que se torna integralmente lei para si mesma.

Embora essa experiência de vida monástica originária não tenha sido permanente, pois a relação livre entre regra e vida foi posteriormente normatizada pelo direito canônico seguindo o modelo de submissão da vida à lei, ela mantém sua validade como experiência que conseguiu criar uma forma diferenciada com a regra.

IHU On-Line Qual é o lugar que esse livro ocupa nos escritos de Agamben e o que ele representa dentro da obra do filósofo em termos mais amplos?

Castor Bartolomé Ruiz O próprio autor inclui esta obra na coletânea por ele denominada de

Homo Sacer, com a numeração Homo Sacer IV, I. Anuncia-se para setembro de 2014 a publicação de outra obra: “*L’uso dei corp*”, Homo Sacer IV, II. *Altíssima Pobreza* seria uma das obras conclusivas desta magna pesquisa do *Homo Sacer*. Neste contexto, a problemática da forma de vida, central nesta obra, pretende responder às anteriores pesquisas sobre os dispositivos biopolíticos da exceção e da *oikonomia*. Estes dispositivos visam objetivar a vida humana instrumentalizando-a através da sua governamentalidade econômica ou capturando-a nos dispositivos de exceção. Ambas são formas biopolíticas de captura e governo da vida humana. A questão de fundo que Agamben se propõe desenvolver nestas obras finais do projeto *Homo sacer* é uma questão ética, ela diz respeito à possibilidade de criar uma forma de vida capaz de superar os dispositivos biopolíticos de controle social em que estamos imersos.

Agamben preocupa-se em traçar aberturas filosóficas às arqueologias da exceção e da economia política realizadas nas obras anteriores. As teses críticas de Agamben sobre a atualidade do estado de exceção como técnica de governo, do campo como

paradigma da política moderna e da economia política como prática governamental da vida humana têm um acentuado caráter crítico da realidade atual. Nesta obra, *Altíssima Pobreza*, o autor desenha aberturas possíveis para os dispositivos biopolíticos de controle social.

Junto com a obra *Altíssima Pobreza* há que situar-se a outra obra publicada concomitantemente: *Opus Dei: arqueologia do ofício* [Homo Sacer, II, 5] (*Opus Dei: Archeologia dell’ufficio* – São Paulo: Boitempo Editorial, 2013), que também realiza uma arqueologia ética sobre a forma de vida. Nesta outra obra Agamben analisa a relação entre a noção de dever e a prática litúrgica cristã do “ofício das horas”. Nela, o autor defende a tese de que o conceito moderno de dever, inclusive a noção deontológica do dever, remete à genealogia do ofício litúrgico.

Há que se destacar um certo paralelismo e um diálogo silencioso entre a genealogia da *forma de vida* que Agamben vem realizando e a genealogia do *cuidado de si* realiza por Michel Foucault⁵ em suas últimas

5 Michel Foucault (1926-1984): filósofo francês. Suas obras, desde a *História da Loucura* até a *História da sexualidade* (a qual não pôde completar devido a sua morte) situam-se dentro de uma filosofia do conhecimento. Suas teorias sobre o saber, o poder e o sujeito romperam com as concepções modernas destes termos, motivo pelo qual é considerado por certos autores, contrariando a sua própria opinião de si mesmo, um pós-moderno. Seus primeiros trabalhos (*História da Loucura*, *O Nascimento da Clínica*, *As Palavras e as Coisas*, *A Arqueologia do Saber*) seguem uma linha estruturalista, o que não impede que seja considerado geralmente como um pós-estruturalista devido a obras posteriores como *Vigiar e Punir* e *A História da Sexualidade*. Foucault trata principalmente do tema do poder, rompendo com as concepções clássicas deste termo. Para ele, o poder não pode ser localizado em uma instituição ou no Estado, o que tornaria impossível a “tomada de poder” proposta pelos marxistas. O poder não é considerado como algo que o indivíduo cede a um soberano (concepção contratual jurídico-política), mas sim como uma relação de forças. Ao ser relação, o poder está em todas as partes, uma pessoa está atravessada por relações de poder, não pode ser considerada independente delas. Para Foucault, o poder não somente reprime, mas também produz efeitos de verdade e saber, constituindo verdades, práticas e subjetividades. Em várias edições a **IHU On-Line** dedicou matéria de capa a Foucault: edição 119, de 18-10-2004, disponível em <http://bit.ly/ihuon119>, a

obras e cursos ministrados no Collège de France. Foucault provocou uma virada ética nas pesquisas últimas identificando na genealogia do *cuidado de si* nas sociedades greco-romanas um discurso e uma prática através da qual os sujeitos aprendiam a constituir uma subjetividade autônoma. Para Foucault, esta prática ética do cuidado de si possibilitou aos sujeitos criar um estilo de vida próprio, sem sujeitar-se a determinações heterônomas da conduta. De alguma forma, Foucault estava propondo a ética do cuidado de si como uma possibilidade política de resistência aos dispositivos de vigilância e controle biopolítico das sociedades contemporâneas.

Agamben, nestas últimas pesquisas, também realiza uma virada ética no tema e no problema da política. As análises arqueo-genealógicas sobre a forma de vida no cristianismo primitivo são também um paradigma político que, além de resistir aos dispositivos biopolíticos de controle, oferecem aberturas para construir o que autor denomina: uma política que vem. Agamben assiná-la também algumas diferenças importantes entre a forma de vida do monacato cristão e outros estilos de vida clássicos que influenciaram as práticas dos monges, porém delas também se diferenciaram. Os monges criaram uma forma de vida vinculada ao ofício litúrgico com um elo tão estreito entre ambos que a vida se tornava ofício e o ofício vida. O ser e a práxis tendiam a indiferenciar-se no modo de vida. O monge não vive nem age como o filósofo estoico para observar a lei moral presente na ordem cósmica; também não se assemelha ao modo de vida do patricio romano que

edição 203, de 06-11-2006, disponível em <http://bit.ly/ihuon203>, e edição 364, de 06-06-2011, intitulada ‘*História da loucura*’ e o *discurso racional em debate*, disponível em <http://bit.ly/ihuon364>. Em 2004, o IHU organizou o *Ciclo de Estudos sobre Michel Foucault*, que deu origem aos *Cadernos IHU em Formação* n° 13, disponível em <http://bit.ly/ihuem13> sob o título *Michel Foucault. Sua contribuição para a educação, a política e a ética*. Em 2010, ocorreu o *XI Simpósio Internacional IHU: O (des)governo biopolítico da vida humana*. Confira a edição 343 da **IHU On-Line** homônima publicada em 13-09-2010, disponível em <http://bit.ly/ihuon343>, e a edição 344, intitulada *Biopolítica, estado de exceção e vida nua. Um debate*, disponível em <http://bit.ly/ihuon344>. (Nota da **IHU On-Line**)

seguia escrupulosamente a prescrição jurídica e o formalismo ritual dela derivado; também se diferenciava da prática judaica do *mitzwot* que cumpria a lei em virtude do pacto fiduciário que o vinculava a Deus; também se diferenciava do modo de vida do cidadão ateniense que exercia a liberdade procurando a beleza e a sabedoria. A forma de vida criada pelo monacato cristão inovou a forma como a vida se torna uma celebração (liturgia) permanentemente submetendo a este fim as regras de vida.

IHU On-Line Em que sentido a genealogia das regras monásticas realizada nessa obra nos remete a dilemas do mundo contemporâneo?

Castor Bartolomé Ruiz Como indicamos anteriormente, o interesse de Agamben por estas experiências de vida do cristianismo primitivo tem a motivação política do presente. Os estudos altamente eruditos que Agamben vem realizando sobre teologia, liturgia e história do cristianismo tem como tese de fundo que a teologia, especificamente a teologia cristã, é o saber que subjaz a uma grande parte das instituições e dispositivos políticos modernos. Inclusive, como afirmava Walter Benjamin⁶ em sua tese *Sobre o conceito de história*, a teologia, embora hoje apareça como algo feio e desprezível (*um anão feio e corcunda*, diz Benjamin) para os olhos da racionalidade moderna, contém um resto de potencialidade política que os discursos políticos habituais não têm. Esse resto discursivo da teologia possibilita criar aberturas conceituais e práticas alternativas ao pensamento único imposto no presente.

Nesta obra de Agamben, fica clara a intenção do autor de propor “formas de vida” alternativas aos dispositivos biopolíticos de controle social atualmente hegemônicos. A economia política capitalista dominante e

o direito como dispositivo de captura da vida se impõem de forma tão absoluta que conseguem assimilar as diferenças e normatizar as divergências numa espécie de totalidade única impedindo a percepção de uma exterioridade ao sistema. Todas as formas de governo, assim como os diferentes projetos que se propõem atualmente como alternativas, terminam sendo engolidos por uma lógica maior, qual seja, a governamentalização da vida na racionalidade *oikonomica*, e pela espetacularização das democracias reduzidas a uma espécie de liturgia da glorificação dos governantes. Agamben pensa a possibilidade de criar aberturas para a biopolítica atual através de novas formas de vida que não se submetam às práticas governamentais existentes.

Ao fazer a genealogia da forma de vida franciscana, Agamben mostra como o debate entre, por um lado, os franciscanos, e, por outro, teólogos oficiais do papa e autoridades políticas, põe em questão um dos elementos definidores de nossas sociedades ocidentais: a propriedade. A genealogia desse debate coloca à mostra a lógica da propriedade e da apropriação e o modo como foi implantada por decreto e por direito como a forma de vida no ocidente. Essa lógica da propriedade será crucial para consolidar o modelo capitalista baseado na acumulação indefinida do ter, no consumir de forma ilimitada e em produzir sem limites.

De outro lado, o debate sobre a forma de vida franciscana deixa exposta uma via política nunca seriamente explorada, a do uso em lugar da propriedade. Se pensarmos que a lógica capitalista de produção e consumo ilimitados está-nos conduzindo à beira de um abismo planetário, já que esse modelo é ecologicamente insustentável e promove a desigualdade social estrutural cada vez maior, talvez repensar a relação política do uso das coisas e não da propriedade possa abrir novas possibilidades estruturais de uso do necessário, assim como a liberdade do supérfluo nos possibilita criar novos modelos estruturais de relação política.

Agamben mostra, através desta arqueo-genealogia, que a questão que foi deixada deliberadamente de

fora da filosofia e da política ocidental é a reflexão e prática sobre o *uso*. Enquanto o discurso e a prática sobre a propriedade foi desenvolvida à exaustão até chegar a fazer da propriedade o elemento nuclear da política moderna, a arqueologia da forma de vida franciscana e seus conflitos mostraram que a noção do uso das coisas foi deliberadamente submetida pela lei da propriedade. Agamben afirma que um dos grandes desafios que teremos que fazer se quisermos modificar a política moderna é criar uma sólida teoria do uso em lugar da propriedade. O título da obra que se anuncia para setembro de 2014, “L’uso dei corpi”, parece criar certa expectativa a respeito de uma pesquisa do autor sobre temática do uso.

IHU On-Line Quais são as implicações ético-políticas dos conflitos da “forma de vida franciscana” a respeito da propriedade e o direito na obra *Altíssima Pobreza*?

Castor Bartolomé Ruiz Nos séculos XI e XII vemos surgir no cristianismo uma série do que podemos denominar “movimentos religiosos” de grande impacto na cultura da época: os humilhados, os pobres de Cristo, os homens bons, os irmãos menores ou franciscanos, entre outros. A característica comum destes movimentos é a reivindicação de uma forma de vida pobre. A pobreza como forma de vida está presente em todos eles, reivindicando o direito de criar uma forma de vida segundo a pobreza, o desprendimento e a liberdade de não ter. Eles reivindicavam o direito a poder usar as coisas sem ter a obrigação de tê-las em propriedade porque, através desta forma de vida, se consegue, já nesta vida, a felicidade oferecida no evangelho como a grande bem-aventurança daqueles que, desprendidos do ter, sabem viver livres do uso das coisas. É importante assinalar que esta forma de vida não era proposta como uma forma ascética, senão como um modo alegre de atingir a felicidade evangélica. O ideal de vida destes movimentos era a vida feliz, sendo a alegria o resultado imediato de estar livres das correntes do ter.

Estes movimentos, em sua maioria, não entravam em debates sobre questões dogmáticas ou canônicas,

⁶ **Walter Benjamin** (1892-1940): filósofo alemão. Foi refugiado judeu e, diante da perspectiva de ser capturado pelos nazistas, preferiu o suicídio. Um dos principais pensadores da Escola de Frankfurt. Sobre Benjamin, confira a entrevista *Walter Benjamin e o império do instante*, concedida pelo filósofo espanhol José Antonio Zamora à IHU On-Line nº 313, disponível em <http://bit.ly/zamora313>. (Nota da IHU On-Line)

eles reivindicavam uma forma de vida diferente daquela que exige ter propriedade das coisas e faz da apropriação do ter o modo de viver. Reivindicavam o uso como forma de vida.

Ainda que não questionassem aspectos dogmáticos ou jurídicos, não demorou em estabelecer-se conflitos agudos das instituições eclesiais e políticas contra estes movimentos. Estes movimentos colocavam em questão, pela primeira vez, não a regra, mas a vida; não a profissão dogmática de qualquer artigo de fé, mas o direito a viver diferente e a praticar com alegria uma outra forma de vida. Estes movimentos, em concreto os irmãos menores franciscanos, reivindicavam uma vida e não uma regra, uma *forma vitae* e não uma lei ou doutrina.

A forma de vida criada pelo monacato procurou fazer da vida uma regra e da regra uma forma de vida. Estes movimentos reivindicam o direito a viver além de determinadas regras, em concreto aquelas que impõem a propriedade e a apropriação como a forma oficial de viver em sociedade. Eles propunham viver fora e além do direito estabelecido, criando uma nova relação da vida com o direito. O que estes movimentos propunham era um tipo de direito que não fosse capaz de capturar a vida, conferindo à vida o poder de criar seu próprio direito de viver segundo a melhor forma. A referência para este desafio do direito era o evangelho, que supera qualquer direito através de formas de vida que estão além da lei estabelecida. Não se trata de aplicar uma forma, ou regra, a uma vida, mas de viver segundo essa forma construindo uma vida que se funde com a forma desejada até coincidir forma e vida.

O movimento franciscano foi um dos movimentos que se destacou neste conflito. A estratégia dos setores oficiais da igreja foi desviar o conflito da forma de vida para a doutrina, a fim de poder enquadrar estes movimentos como hereges. No entanto, estes movimentos reivindicavam o direito a uma *forma vitae* na qual o que se questionava não era a regra, a doutrina ou o direito, mas a vida. Porém, a forma de vida reivindicada por estes movimentos questionava as regras existentes. A forma de vida po-

bre, sem apropriação ou propriedade, que questionava as hierarquias sociais fundadas no acúmulo de propriedades, questionava o modo de vida de uma grande parte das hierarquias eclesiais baseado no poder da propriedade.

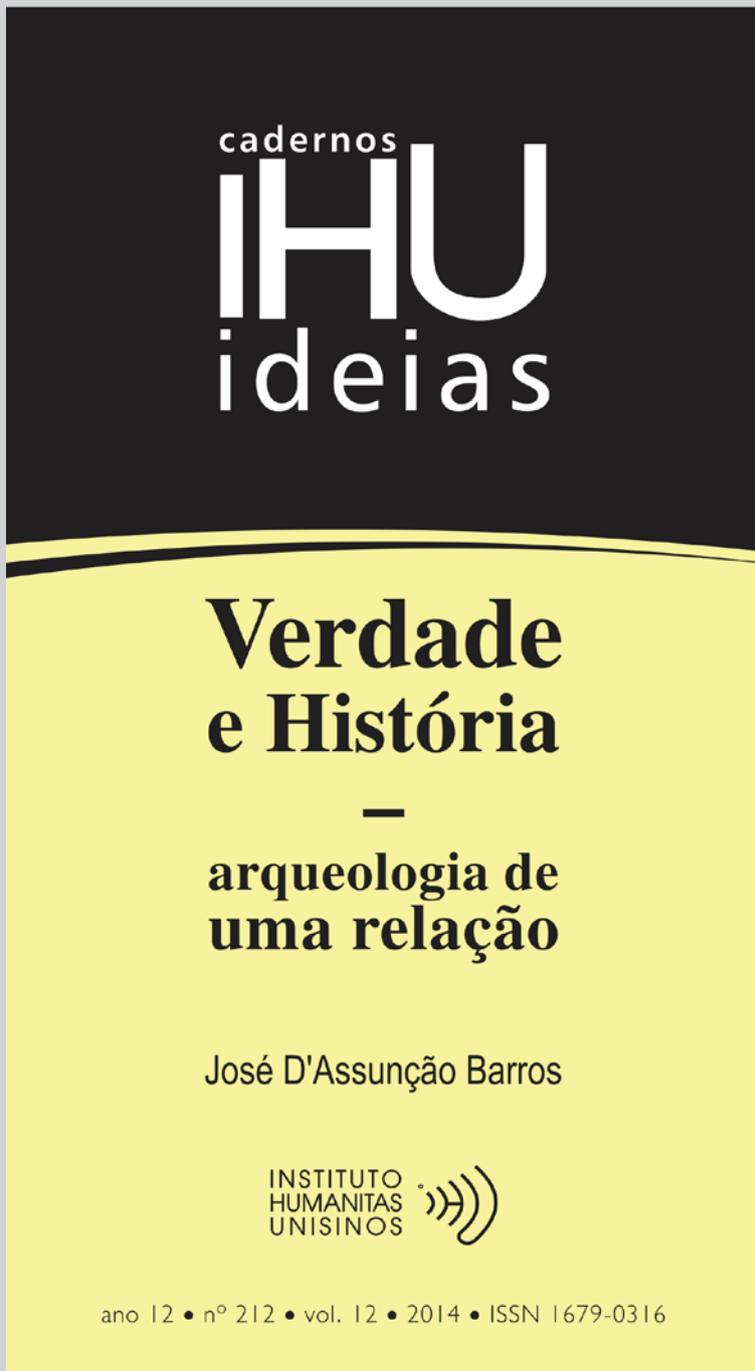
Os aspectos centrais reivindicados como forma de vida no conflito destes movimentos abrangem, de um lado, o direito; de outro, a propriedade, embora ambos se encontrem imbricados nas diversas posições. Os movimentos, entre eles os franciscanos, reivindicavam o direito a uma forma de vida sem propriedade. No lugar da propriedade, exigiam o direito a criar um estilo de vida a partir do uso. As coisas deveriam ser usadas sem ter obrigação de detê-las em propriedade, desse modo a vida encontrava-se livre das âncoras da apropriação que obrigam a viver defendendo como própria a propriedade e acumulando propriedades para ser alguém propriamente estimado na sociedade. O papa João XXII afirmou, contra os franciscanos, o caráter inseparável da propriedade e o uso, obrigando à ordem franciscana a deter em propriedade os bens que usa.

O debate sobre a forma de vida sem propriedade e com direito ao uso questiona o próprio uso do direito como instrumento de enquadramento e captura da vida. O direito vigente obriga a uma vida de apropriação e propriedade, uma vida apropriada pelo direito na obrigação de ter que viver com títulos de propriedade. A forma de vida franciscana debateu abertamente contra este direito, contra o direito vigente que lhes obrigava a viver como proprietários. Reivindicavam o direito a viver fora desse direito para poder viver uma forma de vida segundo o uso das coisas. É uma forma de vida que não se alcança através do direito, senão que se realiza além do direito. Esta forma de vida, que os franciscanos reivindicavam para si, é o paradigma ético da vida que vive além das capturas da lei. Este é, para Agamben, o horizonte que deveremos construir numa política que vem, se quisermos superar os dispositivos biopolíticos de exceção e governamentalização da vida humana que se ramificam por todo o planeta.

Leia mais...

- **Agamben. Cadernos IHU em Formação**, edição 45, disponível em <http://bit.ly/1ynejNw>;
- **Homo sacer. O poder soberano e a vida nua**. Revista **IHU On-Line**, edição 371, de 29-08-2011, disponível em <http://bit.ly/naBMm8>
- **O campo como paradigma biopolítico moderno**. Revista **IHU On-Line**, edição 372, de 05-09-2011, disponível em <http://bit.ly/nPTz3>
- **O estado de exceção como paradigma de governo**. Revista **IHU On-Line**, edição 373, de 12-09-2011, disponível em <http://bit.ly/nsUUpX>
- **A exceção jurídica e a vida humana. Cruzamentos e rupturas entre C. Schmitt e W. Benjamin**. Revista **IHU On-Line**, edição 374, de 26-09-2011, disponível em <http://bit.ly/pDpE2N>
- **A testemunha, um acontecimento**. Revista **IHU On-Line**, edição 375, de 03-10-2011, disponível em <http://bit.ly/q84Ecj>
- **A testemunha, o resto humano na dissolução pós-metafísica do sujeito**. Revista **IHU On-Line**, edição 376, de 17-10-2011, disponível em <http://migre.me/66N5R>
- **A vítima da violência: testemunha do in-comunicável, critério ético de justiça**. Revista **IHU On-Line**, edição 380, de 14-11-2011, disponível em <http://bit.ly/vQLFZE>
- **Genealogia da biopolítica. Legitimações naturalistas e filosofia crítica**. Revista **IHU On-Line**, edição 386, de 19-03-2012, disponível em <http://bit.ly/GHWSMF>
- **A bios humana: paradoxos éticos e políticos da biopolítica**. Revista **IHU On-Line**, edição 388, de 09-04-2012, disponível em <http://bit.ly/Hsl5Yx>
- **Objetivação e governo da vida humana. Rupturas arqueo-genealógicas e filosofia crítica**. Revista **IHU On-Line**, edição 389, de 23-04-2012, disponível em <http://bit.ly/1pA8G3>
- **A economia e suas técnicas de governo biopolítico**. Revista **IHU On-Line**, edição 390, de 30-04-2012, disponível em <http://bit.ly/L2PyO1>
- **O advento do social: leituras biopolíticas em Hannah Arendt**. Revista **IHU On-Line**, edição 392, de 14-05-2012, disponível em <http://bit.ly/188crF>
- **O trabalho e a biopolítica na perspectiva de Hannah Arendt**. Revista **IHU On-Line**, edição 393, de 21-05-2012, disponível em <http://bit.ly/KOOxuX>
- **Giorgio Agamben, genealogia teológica da economia e do governo**. Artigo de Castor Bartolomé Ruiz na Revista **IHU On-Line** edição 413, de 01-04-2013, disponível em <http://bit.ly/1aobf9t>.
- **A verdade, o poder e os modelos de subjetivação em Foucault**. Publicado nas **Notícias do Dia**, de 25-09-2013, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos, disponível em <http://bit.ly/GB38Nt>.
- **Genealogia do governo e da economia política**. Artigo de Castor Bartolomé Ruiz na Revista **IHU On-Line** edição 437, de 17-03-2014, disponível em <http://bit.ly/1jtTFnB>;
- **O poder pastoral, a economia política e a genealogia do Estado moderno**. Artigo de Bartolomé Ruiz na Revista **IHU On-Line** edição 446, de 16-06-2014, disponível em <http://bit.ly/XcRuRm>.

Publicação em destaque



Verdade e História – arqueologia de uma relação

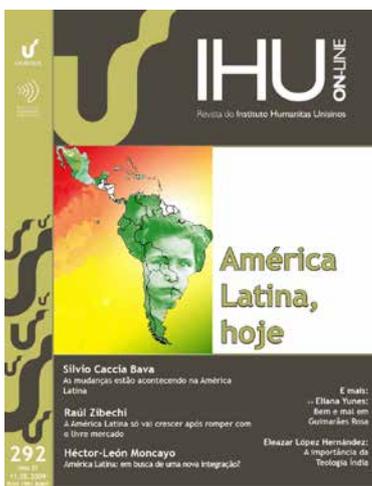
A edição nº 212 dos **Cadernos IHU ideias** traz como eixo central de debate a produção da verdade em perspectiva com a história, discutido por José D'Assunção Barros, que faz a conferência de encerramento do XII Encontro Estadual de História da Associação Nacional de História – Seção Rio Grande do Sul - ANPUH-RS. Nesse sentido, ele explica que resta muito pouco da antiga pretensão positivista de alcançar um dia a verdade última, acabada e definitiva. A própria redefinição da História como uma ciência interpretativa leva a se admitir que os resultados e produtos da História a serem alcançados no plano mais geral são apenas *hipóteses* sobre o desenvolvimento do mundo humano, interpretações sobre os processos vividos pela humanidade ou cada uma das diversas sociedades dela constituintes, leituras em torno das razões e desdobramentos dos grandes acontecimentos que impactaram o mundo humano desde os inícios dos tempos, sendo o seu principal resultado a elaboração de “hipóteses sobre o funcionamento do mundo”.

Quando ocorre a uma hipótese ser erigida ao status de ‘verdade absoluta’, incontestável e definitiva, pode-se dizer, aliás, que ela se petrifica em dogma e que, ato contínuo, abandonamos o campo da ciência. A principal característica da ciência é a convivência da eterna busca da verdade com a noção concomitante de que a produção de conhecimento necessita da crítica eternamente atualizada e de uma reescrita constante. Quero sustentar que a História trabalha tanto com as ‘intenções de verdades’ que se relacionam com aquele gesto pericial que busca obter precisão informativa, como com as formu-

lações que se referem ao gesto interpretativo de propor hipóteses que apenas anseiam produzir um conhecimento verdadeiro e relativo, embora sem necessariamente alcançar a verdade propriamente dita.

Esta e outras edições dos **Cadernos IHU** podem ser acessadas gratuitamente para download em <http://bit.ly/CadernosIHU>. Elas também podem ser adquiridas em versão impressa diretamente no **Instituto Humanitas Unisinos - IHU** ou solicitadas pelo endereço humanitas@unisinos.br ou pelo telefone 55 (51) 3590 8247.

Veja algumas das edições já publicadas da **Revista IHU On-Line**



América Latina, hoje

Edição 292 - Ano IX – 11-05-2009

Disponível em <http://bit.ly/1smzptw>

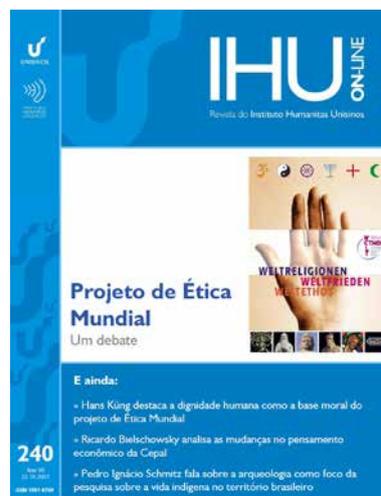
Tendo em vista o panorama político na América Latina na primeira década do século XXI, a **IHU On-Line** dedicou a edição 292 para discutir a situação atual no continente. “O quadro político da América Latina, considerando os últimos anos, é de mudança. Nós temos 11 presidentes que foram eleitos nesse período, alguns deles reeleitos, e que deslocam as elites do poder, trazendo uma agenda nova, muitas vezes calcada nas demandas da maioria”, aponta Silvio Caccia Bava, um dos entrevistados do número. Contribuem ainda para a discussão Adrián Padilla Fernández, Alfredo Molano, Héctor-León Moncayo, Raúl Zibechi, René Cardozo e José Maria Blanch.

Projeto de Ética Mundial. Um debate

Edição 240 - Ano VII – 22-10-2007

Disponível em <http://bit.ly/1sh8ClG>

E edição 240 da **IHU On-Line** debate o tema da Ética Mundial desde a perspectiva do teólogo, de renome internacional, Hans Küng, entrevistado especial da edição. Além dele, outros intelectuais que abordam a temática participam da discussão, tais como Paul Valadier, Denis Müller, Paolo Flores D’Arcais e Gianni Vattimo. O número ainda conta as contribuições do egiptólogo Jan Assmann e do filósofo Alfredo Culleton.



Curso de História da Unisinos: 40 anos buscando ouvir outras vozes

Edição 97 – Ano IV - 19-04-2004

Disponível em <http://bit.ly/1urqZCw>

Quando o curso de História da Unisinos completou 40 anos, em 2004, a **IHU On-Line** fez um resgate do surgimento e desenvolvimento do curso ao longo das quatro décadas. Entre os entrevistados estavam os fundadores do curso, o professor Pe. Pedro Ignácio Schmitz, renomado arqueólogo brasileiro, e as professoras Helga Iracema Landgraf Piccolo, Ítala Irene Basile Becker e Beatriz Vasconcelos Franzen. Dois ex-alunos e professores doutores José Alberto Baldissera e René Gertz debatem o contexto da ditadura militar no Brasil nos primeiros anos do curso de História da Unisinos.



Inscrições abertas ao XIV Simpósio Internacional IHU

XIV SIMPÓSIO INTERNACIONAL IHU
 REVOLUÇÕES TECNOCIENTÍFICAS,
 CULTURAS, INDIVÍDUOS E SOCIEDADES

A modelagem da vida, do conhecimento e dos processos produtivos na tecnociência contemporânea

Inscrições e envio de trabalhos
 Informações: <http://www.ihu.unisinos.br/>

O próximo Simpósio Internacional do IHU segue com inscrições abertas para o envio de trabalhos que tenham como eixo de debate reflexões transdisciplinares que auxiliem a pensar os desafios teóricos e práticos da contemporaneidade tecnocientífica. Inscrições, envio de trabalhos e mais informações em <http://bit.ly/SIMPXIV>.

IHU Ideias

Getúlio Vargas 60 anos depois: influências à economia, à política e ao trabalho no Brasil

Palestrante: Prof. Dr. Luciano Aronne de Abreu – PPGH/PUC-RS

Data: 21 de agosto de 2014

Horário: 17h30min às 19h

Local: Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros, no IHU



Fonte: Wikipedia

Biopoder e a constituição étnico-racial das populações

Palestrante: Prof. MS Gustavo da Silva Kern – Doutorando em Educação – UFRGS

Data: 28 de agosto de 2014

Horário: 17h30min às 19h

Local: Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros, no IHU



Fonte: UNHCR/ACNUR Américas

O Perfil Profissional Contemporâneo: campo estratégico de investimentos, competitividade e governo da população

Palestrante: Prof. MS Maurício dos Santos Ferreira – UNISINOS

Data: 04 de setembro de 2014

Horário: 17h30min às 19h

Local: Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros, no IHU

